



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

LUCAS OLIVEIRA ALVARES

Crítica à forma Psicologia: um ensaio teórico sobre sua gênese,
natureza e função social no capitalismo

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LUCAS OLIVEIRA ALVARES

3. Título do trabalho

Crítica à forma Psicologia: um ensaio teórico sobre sua gênese, natureza e função social no capitalismo

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Mattos Farias**, **Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Oliveira Alvares**, **Discente**, em 10/03/2025, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5219844** e o código CRC **072456F7**.

LUCAS OLIVEIRA ALVARES

Crítica à forma Psicologia: um ensaio teórico sobre sua gênese,
natureza e função social no capitalismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias.

Goiânia

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alvares, Lucas Oliveira

Crítica à Forma Psicologia [manuscrito] : Um ensaio teórico sobre sua gênese, natureza e função social no capitalismo / Lucas Oliveira Alvares. - 2025.

CLXXVII, 177 f.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2025.

1. Crítica à Psicologia. 2. Marxismo. 3. Formas sociais capitalistas. 4. Fetichismo da individualidade. 5. Alienação. I. Farias, Tadeu Mattos , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 13 da sessão de Defesa de Dissertação de **LUCAS OLIVEIRA ALVARES** que confere o título de **Mestre em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **vinte e hum dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (21/02/2025)**, a partir das **09:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "*Crítica à forma Psicologia: um ensaio teórico sobre sua gênese, natureza e função social no capitalismo*". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador **Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias (PPGP/FE/UFG)**, doutor em **Psicologia** pela UFRN, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat (PPGP/UFRJ)**, doutor em **Psicologia** pela UFRJ - integrante titular externo, **Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa (PCC/UnB)**, doutor em **Psicologia** pela UFJF - integrante titular externo e **Prof^a. Dr^a. Livia Gomes dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela PUC/SP - integrante titular interna. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias

Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat

Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa

Prof^a. Dr^a. Livia Gomes dos Santos

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Antunes da Costa**, **Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Mattos Farias**, **Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Oliveira Alvares, Discente**, em 10/03/2025, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 13/03/2025, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5219732** e o código CRC **2E40E169**.

Referência: Processo nº 23070.012388/2025-20

SEI nº 5219732

Resumo

A presente dissertação se fundamenta no materialismo histórico-dialético e adota uma perspectiva marxiana e marxista para realizar uma análise crítica da Psicologia enquanto uma forma social burguesa, que constitui e sustenta as relações sociais do capitalismo. À semelhança do Direito, a Psicologia é abordada como uma forma social que perpetua a organização social capitalista, de modo a contribuir para a alienação dos indivíduos e a reprodução do fetichismo e da reificação da subjetividade do ser social. Por isso, parte-se do pressuposto de que a Psicologia, em sua expressão mais simples, manifesta a relação entre indivíduos em uma realidade marcada pelo fetichismo e pela reificação da subjetividade. Dessa maneira, dentro dessa lógica, a subjetividade do indivíduo é fragmentada por meio do fetichismo da individualidade, que é promovido nas relações da Psicologia e, conseqüentemente, é moldada pelo critério do capitalismo. Assim, o trabalho problematiza a Psicologia como uma prática e uma ciência que se originou historicamente junto ao capitalismo e que se desenvolve a partir da necessidade de agir frente a subjetividade humana de acordo com o desdobramento histórico das condições da sociedade burguesa. Nesse processo, a Psicologia contribui para a funcionalidade do indivíduo, e assim, o torna um instrumento/mercadoria que atende às demandas do mercado, enquanto sua prática, obscurece a totalidade das relações sociais que determinam sua existência. Neste sentido, a investigação busca responder à seguinte pergunta: *Do que se trata, e como entender essa forma da Psicologia no capitalismo?* O objetivo geral consiste em demonstrar como a Psicologia se constitui enquanto uma forma de relações sociais capitalistas que emerge e se desenvolve junto ao seu objeto, o indivíduo reificado, para isso, especificamente a pesquisa busca explorar como a Psicologia age e regula as relações sociais no capitalismo e, investigar a relação forma-conteúdo da Psicologia em face da estrutura capitalista. Ao atuar sobre a subjetividade, a Psicologia age em fragmentar a realidade e naturalizar as relações sociais reificadas, com a perda de uma perspectiva de totalidade do ser social. Como marco teórico, o estudo articula as contribuições de autores marxianos e marxistas, cujas obras permitem a realização de uma pesquisa de ensaio teórico que possa compreender a gênese, a natureza e a função social da Psicologia em sua relação com as contradições do capitalismo. O trabalho desenvolve uma crítica que investiga a relação dialética entre forma e conteúdo da Psicologia, de maneira a evidenciar como ela se configura como uma forma social contrarrevolucionária. Por fim, conclui-se que a Psicologia desempenha um papel central no capitalismo, pois age através de uma violência sofisticada sobre a subjetividade do indivíduo em conformidade com as exigências do mercado e, assim, auxilia na constituição da alienação. Apesar de suas máscaras, através de suas aparentes contradições internas, a Psicologia reafirma seu compromisso com o modo de produção capitalista, de maneira a impedir qualquer possibilidade de transformação radical a partir de suas bases. Ao compreender essa forma da Psicologia no capitalismo, o trabalho contribui para o fortalecimento de uma crítica que busca apontar os limites e as possibilidades da superação do modo de produção baseado na exploração do ser humano pelo outro ser humano.

Palavras-chave: Crítica à Psicologia; Marxismo; Formas sociais capitalistas; Fetichismo da individualidade; Alienação.

Abstract

This dissertation is grounded in historical-dialectical materialism and adopts a Marxian and Marxist perspective to conduct a critical analysis of Psychology as a bourgeois social form that constitutes and sustains the social relations of capitalism. Similar to Law, Psychology is approached as a social form that perpetuates the capitalist social organization, contributing to the alienation of individuals and the reproduction of fetishism and the reification of the subjectivity of the social being. It is thus premised on the notion that Psychology, in its simplest expression, manifests the relationship between individuals in a reality marked by fetishism and the reification of subjectivity. Within this logic, the individual's subjectivity is fragmented through the fetishism of individuality, which is promoted within Psychology's relations and consequently shaped by capitalist criteria. This work problematizes Psychology as both a practice and a science that historically emerged alongside capitalism and developed out of the need to act upon human subjectivity according to the historical unfolding of bourgeois society's conditions. In this process, Psychology contributes to the functionality of the individual, transforming them into an instrument/commodity that meets market demands, while its practice obscures the totality of the social relations that determine its existence. In this context, the investigation seeks to answer the following question: What is this form of Psychology in capitalism, and how can it be understood? The general objective is to demonstrate how Psychology is constituted as a form of capitalist social relations that emerges and develops alongside its object, the reified individual. Specifically, the research aims to explore how Psychology acts and regulates social relations under capitalism and to investigate the form-content relationship of Psychology in the face of the capitalist structure. By acting on subjectivity, Psychology fragments reality and naturalizes reified social relations, resulting in a loss of perspective on the social being's totality. As its theoretical framework, the study integrates the contributions of Marxian and Marxist authors, whose works enable a theoretical essay to understand the genesis, nature, and social function of Psychology in its relation to capitalism's contradictions. The research develops a critique investigating the dialectical relationship between the form and content of Psychology, highlighting how it configures itself as a counter-revolutionary social form. Finally, the study concludes that Psychology plays a central role in capitalism by exerting sophisticated violence on individual subjectivity in accordance with market demands, thereby assisting in the constitution of alienation. Despite its masks and apparent internal contradictions, Psychology reaffirms its commitment to the capitalist mode of production, effectively obstructing any possibility of radical transformation from its foundations. By understanding this form of Psychology in capitalism, this work contributes to strengthening a critique that seeks to delineate the limits and possibilities of overcoming a mode of production based on the exploitation of humans by other humans.

Keywords: Critique of Psychology; Marxism; Capitalist Social Forms; Fetishism of individuality; Alienation.

Resumen

La presente disertación se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico y adopta una perspectiva marxiana y marxista para realizar un análisis crítico de la Psicología como una forma social burguesa que constituye y sostiene las relaciones sociales del capitalismo. De manera similar al Derecho, la Psicología es abordada como una forma social que perpetúa la organización social capitalista, contribuyendo a la alienación de los individuos y a la reproducción del fetichismo y la cosificación de la subjetividad del ser social. Por ello, se parte del supuesto de que la Psicología, en su expresión más simple, manifiesta la relación entre los individuos en una realidad marcada por el fetichismo y la cosificación de la subjetividad. De esta manera, dentro de esta lógica, la subjetividad del individuo es fragmentada mediante el fetichismo de la individualidad, promovido en las relaciones de la Psicología, y consecuentemente, moldeada por los criterios del capitalismo. Así, el trabajo problematiza la Psicología como una práctica y una ciencia que se originó históricamente junto con el capitalismo y que se desarrolla a partir de la necesidad de actuar frente a la subjetividad humana según el desarrollo histórico de las condiciones de la sociedad burguesa. En este proceso, la Psicología contribuye a la funcionalidad del individuo, convirtiéndolo en un instrumento/mercancía que responde a las demandas del mercado, mientras que su práctica oscurece la totalidad de las relaciones sociales que determinan su existencia. En este sentido, la investigación busca responder a la siguiente pregunta: ¿De qué se trata y cómo entender esta forma de la Psicología en el capitalismo? El objetivo general consiste en demostrar cómo la Psicología se constituye como una forma de relaciones sociales capitalistas que emerge y se desarrolla junto a su objeto, el individuo cosificado. Para ello, específicamente la investigación busca explorar cómo la Psicología actúa y regula las relaciones sociales en el capitalismo, e investigar la relación forma-contenido de la Psicología frente a la estructura capitalista. Al actuar sobre la subjetividad, la Psicología fragmenta la realidad y naturaliza las relaciones sociales cosificadas, perdiendo una perspectiva de totalidad del ser social. Como marco teórico, el estudio articula las contribuciones de autores marxianos y marxistas, cuyas obras permiten realizar una investigación de ensayo teórico que posibilite comprender la génesis, la naturaleza y la función social de la Psicología en su relación con las contradicciones del capitalismo. El trabajo desarrolla una crítica que investiga la relación dialéctica entre forma y contenido de la Psicología, evidenciando cómo se configura como una forma social contrarrevolucionaria. Finalmente, se concluye que la Psicología desempeña un papel central en el capitalismo, actuando mediante una violencia sofisticada sobre la subjetividad del individuo conforme a las exigencias del mercado y, así, contribuye a la constitución de la alienación. A pesar de sus máscaras, a través de sus aparentes contradicciones internas, la Psicología reafirma su compromiso con el modo de producción capitalista, impidiendo cualquier posibilidad de transformación radical desde sus bases. Al comprender esta forma de la Psicología en el capitalismo, el trabajo contribuye al fortalecimiento de una crítica que busca señalar los límites y las posibilidades de la superación del modo de producción basado en la explotación del ser humano por otro ser humano.

Palabras clave: Crítica a la Psicología; Marxismo; Formas sociales capitalistas; Fetichismo de la individualidad; Alienación.

“Mas não, não só com a cabeça os comunistas fazem sua política, como se ela comportasse apenas cálculos imediatistas e fins objetivos. Para eles política era vida e a vida se vive com a cabeça que raciocina e com o coração que ama”

Jorge Amado, Os subterrâneos da Liberdade.

“Ousar lutar, ousar vencer”

Carlos Lamarca

Sumário

Considerações iniciais.....	12
Capítulo 1: O Contexto histórico da origem do Capitalismo e a sofisticação da civilização.....	33
1.1. Breve contextualização da origem da civilização.....	34
1.2. A Civilização e/é o escravismo.....	40
1.3. Do escravismo para a servidão.....	44
1.4. Revoluções burguesas e o capitalismo.....	52
1.5. Síntese do capítulo.....	80
Capítulo 2: A gênese e a origem da Psicologia.....	81
2.1. O ser social e o indivíduo civilizado do capitalismo.....	81
2.2. A origem da Psicologia.....	90
2.2.1. O começo científico da Psicologia.....	92
2.2.2. A atuação da Psicologia no Direito, na Educação, na fábrica, na clínica e nas relações sociais.....	95
2.3. Síntese do Capítulo.....	109
Capítulo 3: A natureza da Psicologia.....	112
3.1. O desenvolvimento interno das contradições da Forma Psicologia.....	113
3.1.1. A natureza do problema científico.....	113
3.1.2. A crise da Psicologia como Psicologia Geral.....	118
3.2. A naturalização do indivíduo reificado.....	126
3.3. A Natureza da forma Psicologia.....	129
3.4. Síntese do capítulo.....	134
Capítulo 4: A função social da Psicologia.....	136
4.1. Mas afinal, o que é essa função social da Psicologia?.....	136
4.2. A violência sofisticada burguesa como função social da Psicologia.....	151
4.3. Síntese do capítulo.....	156
Considerações finais.....	159
Referências bibliográficas.....	171

Considerações iniciais

Este trabalho se propõe a criticar a Psicologia a partir de uma perspectiva marxiana e marxista, de maneira a analisar sua atuação como uma forma que faz parte da sustentação do capitalismo. Desta maneira, sustenta-se que historicamente, a Psicologia desempenhou um papel fundamental na formação e perpetuação das relações sociais capitalistas, através de dinâmicas de adaptação na exploração e alienação do indivíduo na sociedade capitalista.

Ao investigar a psicologia em seu movimento, esbarrou-se em alguns conceitos como alienação, fetichismo e reificação, este estudo busca revelar a forma da Psicologia através de uma análise crítica que ilumina suas implicações no desenvolvimento do indivíduo no capitalismo. A relevância deste trabalho reside na necessidade de repensar os limites, a funcionalização, a instrumentalização e a romantização da Psicologia em suas reais condições na luta de classes, dentro do contexto capitalista.

Para tanto, entende-se que a Psicologia se desponta como uma área científica em crescimento nos últimos anos. Ademais, observa-se que ela ganha espaço nas áreas de atuação como clínica, empresas, escolas, instituições do Estado, dentre outras (Rose, 2008). Bem como suas produções ganharam espaço nos meios populares, como se vê nas discussões em redes sociais e espaços de socialização cotidianos, além de haver uma banalização de alguns termos que advém desta área (Fogaça, 2023).

Mas, para além disso, como exposto no título deste trabalho, o objetivo aqui é a crítica. Justamente por conta desta questão, salienta-se a necessidade de compreender inicialmente o que se pretende criticar, e o porquê da crítica. Conseqüentemente, a primeira pergunta que deverá levantar o questionamento é: o que é essa Psicologia na qual este trabalho se pretende construir uma crítica marxista, e qual seu propósito? Tentar-se-á construir uma resposta para tanto, em busca de evitar a perspectiva de: tudo é Psicologia/nada é Psicologia.

Dito isso, parte-se de que a Psicologia emerge no início da solidificação do capitalismo (Vigotski, 2004), em que, pela primeira vez na história da humanidade, um modo de produção toma proporções globais viabilizada pela universalização das trocas mercantis. Destarte, entende-se que a necessidade de existência da Psicologia é oriunda da complexidade histórica do modo de produção capitalista. Portanto, a expansão do capitalismo para todo o mundo e suas crises operaram e potencializaram a existência da Psicologia (Braz & Netto, 2012).

Além disso, considera-se que o cerne do capitalismo é a luta de classes, onde desde a instauração da propriedade privada e da divisão social do trabalho, a classe burguesa passa a explorar a classe trabalhadora (Marx, 2023). Nesse ínterim, a maioria trabalhadora se afasta dos meios produtivos, dos seus produtos, dos demais e de si, assim, vigora a alienação, há um estranhamento de todas as produções genéricas da humanidade, objetivada em suas diversas formas (Marx, 2010a).

Por conseguinte, as produções humanas, majoritariamente, se tornam mercadorias no capitalismo. Estas passam a encobrir as relações sociais de produção, e assim mascaram a dinâmica de como e quem produz o valor de utilidade contido na mercadoria. Dessa lógica se origina o fetiche, nela o trabalho abstrato¹ ganha uma proporção maior ao trabalho em termos criativos (Marx, 2023).

Desta maneira, compreende-se por alienação as formas de interação do indivíduo, que são marcadas por essa ruptura e pelo estranhamento, seja ao se relacionar com outros, com si mesmo ou com as produções humanas. Nesse estranhamento há um não reconhecimento da realidade em termos complexos, i. e., de si como é, dos outros como são, e das mercadorias como resultados do trabalho feito pelo ser humano. Como consequência, a alienação se trata de um fenômeno que resulta no processo da desumanização, não há, assim, uma compreensão do ser humano enquanto ser social, ativo e criativo.

Não obstante, entende-se que o processo da alienação resulta das relações sociais no capitalismo, marcadas pela mediação da divisão social do trabalho e da propriedade privada, de forma a expressar as dinâmicas supramencionadas e gerar outros fenômenos em sua esteira, como a reificação. Trata-se de uma expressão do fetichismo, em que propaga-se de maneira ilusória a percepção de que os seres humanos são mercadorias, se coisificam, de forma a estarem subordinados a seus produtos (as mercadorias efetivamente), como se fossem passivos.

Em suma, a alienação se trata da inversão de sentido nas relações sociais, entre os seres humanos e o produto de seu trabalho (mercadorias). Estas, na dinâmica capitalista, ganham vida e propriedade criativa, e os indivíduos, enquanto seres sociais, são resumidos à mercadorias, apassivados, não se reconhecem enquanto ser social. O fetichismo se trata da maneira ilusória de apreensão desta relação e a reificação, como parte do fetichismo, marca a

¹Um trabalho que pode ser entendido como trabalho no capitalismo, que é aquele que justifica o valor de troca, focado apenas para a produção de mercadoria para fins lucrativos e não necessariamente de utilidades, em outras palavras, aquele trabalho que recebe salário (Marx, 20023).

fantasmagórica inversão das relações sociais entre seres humanos, colocados de maneira subordinada às relações entre as mercadorias.

Dinâmica que expressa, por fim, o domínio da classe burguesa sobre a maioria da população que depende de seu próprio trabalho e é colocada à margem do processo de produção de sua própria história. Aliados do que produzem e da capacidade criadora, do mundo, de si e dos demais. Subordinados à lógica do lucro.

Nesse sentido, a própria formação da subjetividade se pauta por essa lógica, no momento em que há a reificação da formação humana, com uma maior identificação do ser humano à mercadoria (Marx, 2023); algo que é fruto do caráter exploratório da realidade. Por isso, o humano é resumido cada vez mais à sua força de trabalho comprada pelo burguês e direcionada a fins de valorização do capital e não desenvolvimento da humanidade (Marx, 2023).

Ao considerar o desenvolvimento das forças produtivas² pautado pela lógica do capital, ressalta-se que este também confere uma especificidade quanto à formação científica, a maneira de apreensão do real, que também atravessa a perspectiva da reificação (Lukács, 2003). Bem como, estabelece a divisão social do trabalho, com aqueles que produzem e aqueles que teorizam, de maneira a haver um processo de especialização do trabalho e atomização da humanidade, e assim há um distanciamento da teoria em relação à realidade (Marx, 2021).

Para tanto, Marx (2020) mostra que a ideologia emerge como uma expressão necessária das relações sociais de produção, e não como algo externo ou imposto à estrutura produtiva. Como reflexo das contradições que permeiam a formação social, as concepções ideológicas legitimam e, simultaneamente, ocultam as relações que sustentam o modo de produção capitalista. Ao regular a atuação das instituições capitalistas, como o Estado, a ideologia burguesa é também moldada pela dinâmica da reprodução social, e assim, desempenha um papel central na organização da força de trabalho e do cotidiano reprodutivo dos trabalhadores.

Posto isso, rememora-se ao leitor o momento de transição histórico da Revolução burguesa, em que a burguesia na luta de classes contra a nobreza feudal, constituía um papel extremamente revolucionário, pois, historicamente se propunha a mudar o modo de sociabilidade. Nessa guinada, a classe burguesa e a classe trabalhadora compunham a ponta

² São os meios de produção (os instrumentos, as estruturas, as máquinas, a tecnologia de trabalho, que pertencem ao capitalista), mais a força de trabalho (o esforço físico, intelectual, habilidades aprendidas, entre outras características que pertencem ao trabalhador).

contrária da classe dominante na luta de classes, e a burguesia, com as reais condições históricas para isso³, exercia o protagonismo nesse embate (Braz & Netto, 2012).

Outrossim, a expansão do modo de produção capitalista trouxe novidades para o gênero humano, como o desenvolvimento do próprio indivíduo na sociedade - a partir dos ideais burgueses de indivíduo. A ciência burguesa, portanto, também exerceu seu valor enquanto revolucionária, de modo a dar bases para a cultura ilustrada, que nada mais é do que os ideais revolucionários da burguesia no período histórico de transição do modo de produção feudal para o capitalismo - igualdade, liberdade e fraternidade (Braz & Netto, 2012).

Porém, por condições históricas enquanto classe burguesa, seus ideais revolucionários se tornaram contraditórios, pois, em seu caráter do modo de produção capitalista se propunha uma sociedade mais desenvolvida, sem escravização, mas sem excluir a exploração do trabalho, nem suprimir completamente a escravidão. E isso ocorre devido a classe burguesa depender de outra classe para produzir as mercadorias, e conseqüentemente, enriquecerem-se (Marx, 2023).

Diante disto, as condições da luta de classes no modo de produção capitalista sofrem alterações drásticas através da mudança de papel da burguesia ilustrada, de revolucionária para conservadora e de dominada para dominante, e também, concomitantemente e associado à constituição, ocorre a emergência do proletariado como classe fundamental. Essa mudança acontece de acordo com o movimento das reais condições do modo de produção capitalista e seu recorte histórico da época em questão (Marx, 2023).

Por consequência, as ideias dominantes da burguesia passaram também de revolucionárias para conservadoras, o que levou a alterar diversas contribuições científicas da cultura ilustrada, que se constituíram como revolucionárias, mas como já não serviam para a classe dominante, por serem perigosas para uma nova revolução. O que mostra que na luta de classes ideológica a própria ciência sofre alterações de seu caráter revolucionário para conservador.

Assim, a ciência burguesa, a partir dessa virada na história da humanidade, emerge em consonância a uma *especialização* da ciência, como uma ciência *vulgar*, em que em suas divisões encontra um empobrecimento teórico com propósito de desvincular uma análise de sua realidade (Marx, 2023). Curiosamente, mas nem tanto, como neste período de vulgarização da ciência, considera-se as primeiras marcas da Psicologia enquanto ciência (Yamamoto, 1987).

³ Naquele momento histórico.

Para além disso, frisa-se a importância do leitor tomar conhecimento dos processos das crises do capitalismo, que sempre presentes em sua trajetória, não são eventos isolados, mas expressões das contradições internas do sistema. Desde seu início, o capitalismo oscila entre expansão e retração, e assim gera crescimento econômico que inevitavelmente leva a crises de superprodução e desemprego (Braz & Netto, 2012).

Essas crises são manifestações da tensão entre capital e trabalho. A contínua busca por lucro leva a uma maior exploração dos trabalhadores, com a extração de mais-valia - o valor que o trabalhador gera além do equivalente ao seu salário - de maneira a servir como um meio para acumular capital nas mãos dos capitalistas (Marx, 2023). Essa dinâmica gera desigualdades e insatisfações que se intensificam em períodos de crise.

O avanço tecnológico, frequentemente visto como uma solução, muitas vezes exacerba essas contradições. As inovações aumentam a produtividade, contudo, intensificam a extração de mais-valor, o que pode levar o capitalismo a novas crises. Para enfrentar essas crises, o capitalismo busca reorganizar-se, de maneira a ajustar suas estruturas sociais, práticas produtivas e ideológicas para preservar sua hegemonia (Braz & Netto, 2012).

Essa reorganização envolve mudanças nos modos de produção, e também transformações nas superestruturas ideológicas e sociais que sustentam o sistema. As formas de gestão e os estilos de vida dos trabalhadores sofrem adaptações, e assim são pressionados a se conformar com as novas condições laborais e sociais.

A superestrutura, composta por instituições, ideias e valores que legitimam e perpetuam as relações de produção capitalistas, adapta-se e complexifica-se para manter o status quo, o que silencia as demandas por mudança. À medida que a base econômica enfrenta crises e se transforma, a superestrutura também evolui para integrar novas ideologias e práticas sociais que sustentam a hegemonia capitalista.

Essa evolução é um processo ativo que molda a percepção e as aspirações da sociedade, e assim, assegura que as transformações ocorram dentro dos limites aceitáveis para a continuidade do sistema. Desta maneira, a relação entre base e superestrutura é dialética e adaptativa, o que leva a preservar o equilíbrio necessário para a perpetuação das relações de poder existentes (Braz & Netto, 2012).

No entanto, ainda nessa introdução, propõe-se destrinchar um pouco mais sobre esse processo de vulgarização das ciências. Consequentemente, neste momento histórico de transição da sociedade, observa-se o movimento de mudanças metodológicas na ciência burguesa, em que ocorre a troca da centralidade do objeto para o sujeito (Tonet, 2013).

Para tanto, o paradigma científico, como o leitor já pode ter percebido, sofre e atua diretamente na sociedade, sob uma condição de estar a mercê da classe hegemônica na história, isto quer dizer que, no capitalismo, como apresentado, está ligado profundamente com a ideologia burguesa (Marx & Engels, 2019). Para tal intuito, o modelo mencionado no parágrafo anterior, na mudança da centralidade, se trata de uma abordagem *gnosiológica* (Tonet, 2013).

Desta maneira, este movimento acarreta em o objeto ser elaborado/construído teoricamente pelo sujeito - através de seu próprio ponto de vista, enviesado. À vista disso, a perspectiva gnosiológica prioriza a centralidade do sujeito como ponto de partida para a construção do conhecimento. Isso significa que o objeto de estudo não é investigado em sua totalidade objetiva, mas é elaborado pelas limitações e interesses do sujeito, mediados por condições históricas e sociais específicas.

Na ciência burguesa, isso se traduz em uma visão fragmentada e parcial do real, que prioriza aspectos isolados e ignora as relações estruturais mais amplas. Então, isso resulta no poder do sujeito definir o objeto. De maneira a ter em vista a questão hodierna da luta de classes, fica mais do que evidente a problemática que resultará nessa metodologia pelas ciências burguesas.

Como exemplo, na economia, a perspectiva gnosiológica pode ser observada nos modelos matemáticos que abstraem a realidade social em fórmulas e equações, de modo a tratar fenômenos como oferta e demanda ou crescimento econômico como elementos universais e a-históricos. Esses modelos ignoram as relações de exploração e as desigualdades que são características do sistema capitalista, e apresenta o mercado como uma entidade autônoma e autorregulada, desligada das condições materiais e históricas que o sustentam.

Essa forma gnosiológica da ciência burguesa, ao se concentrar no sujeito e ignorar as determinações sociais e históricas do objeto, favorece a manutenção do *status quo*. Na prática, isso se traduz em uma ciência que atua em serviço da adaptação dos indivíduos às contradições do sistema capitalista, ao mascarar os conflitos de classe e reforçar a ideologia dominante.

Assim, a Psicologia nasce da mudança dos paradigmas, em que a centralidade não está mais no seu objeto, mas sim em si mesma, no sujeito que analisa, interpreta e age em seu objeto. Dito isso, frisa-se questionar: o que/quem é o objeto de estudos da Psicologia?

Para responder a esta pergunta recorre-se ao significado do que quer dizer *Psicologia*, que é *o estudo da alma*, e mesmo com a contradição de alguns autores da época, cabe

entender essa alma como algo interno ao indivíduo (Vigotski 2023). Já Figueiredo e Santi (2008) complementam essa resposta ao trazerem várias contribuições de formas diferentes como subjetividade, inconsciente e comportamento do indivíduo como objeto da(s) Psicologia(s).

Mas, para que o leitor não fique mais confuso do que a própria Psicologia se mostra, cabe analisar que a Psicologia se desenvolve como ciência em um momento de subjetividade privada, e só se torna possível isso, esse desenvolvimento humano, no momento histórico do capitalismo. Com isso, instrui-se o leitor a compreender que não existe subjetividade sem indivíduo, assim como não existe indivíduo sem relações sociais em sociedade, bem como, em cada momento histórico, existem condições culturais específicas que configuram o indivíduo (Vigotski, 2004).

Portanto, para finalmente responder a pergunta, mas a partir de uma análise ontológica, que é oposta a análise gnosiológica, i. e., ao colocar o objeto ao centro da pesquisa, na qual, o sujeito se propõe a captar seu movimento e suas relações na sua totalidade, pode-se entender que o objeto da Psicologia é o indivíduo (Tonet, 2013). Mas não qualquer um, é o indivíduo do momento histórico da subjetividade privada desenvolvida no capitalismo, o indivíduo do capitalismo.

Para chegar nessa conclusão, entende-se que, a partir da leitura gnosiológica da(s) Psicologia(s), ocorre uma dicotomia na análise do próprio objeto, pois o indivíduo é um ser que só existe como ser humano em sociedade, como *ser social* (Marx & Engels, 2019). A divisão de indivíduo-sociedade resulta, por fim, em uma visão caótica do próprio objeto, que como mencionado, pela leitura burguesa, também será formado pelo ponto de vista das várias Psicologias (Vigotski, 2004).

Conduzir-se da análise gnosiológica significa que cada Psicologia (de maneira dicotomizada) cria a forma de ver e lidar com seu próprio objeto que é o indivíduo do capitalismo - o indivíduo reificado (Tonet, 2013). Desta maneira, a Psicologia pode se dividir em duas grandes percepções, que pode levar a dois objetos de olhares diferentes. No entanto, de maneira contraditória, embora seu objeto seja o indivíduo, ela age em função do interesse privado, do indivíduo do capitalismo, e não do ser social (Vigotski, 2004).

Ademais, é denunciado por Vigotski (2004) essa disputa em relação a forma de apreensão do objeto no cerne da Psicologia é caracterizada por uma crise das Psicologias. O autor chega à conclusão de que a Psicologia, em suas diversas abordagens, se divide em uma análise materialista e a outra abstrata/idealista, sobre o indivíduo.

As consequências desta crise se formaram como uma característica natural da própria Psicologia, pois entende-se seu sentido no plural, por essa crise significar as várias Psicologias, ou melhor, a natureza das várias formas caóticas de interpretar e agir no indivíduo, em função de sua alienação enquanto ser social. Assim, frisa-se que desta natureza, a forma da Psicologia já começa a se tornar menos camuflada.

Ainda, no tocante à primeira pergunta levantada, no início destas considerações, pode-se, agora, entender que a Psicologia sobre a qual este trabalho estabelece sua crítica é sua forma-conteúdo, isto é, uma análise da uma forma burguesa capitalista que engloba a ciência da psicologia e suas práticas. Por isso, a finalidade da crítica deste trabalho, visa contribuir para desvelar as contradições internas da sociedade burguesa ao expor a forma de alienação da Psicologia.

Não obstante, percebe-se que na crise da Psicologia algumas linhas hegemônicas exercem um papel dominante, mas que também coexistem abordagens que se pretendem mais críticas, sobretudo após a década de 1970. Todavia, visto de fora, os resultados práticos desta digladição, parece o funcionamento mais que harmônico desta forma em que a Psicologia apresenta desde sua origem (Yamamoto, 1987).

Como mencionado neste trabalho, entende-se que a Psicologia surge na exploração do homem pelo homem. Para ser mais exato, percebe-se que a forma Psicologia nasce mesmo com a necessidade de maiores sofisticções da forma violenta de explorar e dominar a relação de trabalho no capitalismo. Do mesmo modo, o Direito surge com a contradição de liberdade, igualdade e fraternidade com a propriedade privada como Direito sagrado e a igualdade entre os homens no âmbito da lei (Pachukanis, 2017).

No entanto, seu surgimento se dá aos poucos, de forma a ainda não ser Psicologia. Isso acontece porque ela estava espalhada na alienação arcaica, nas práticas de terror psicológico da força violenta das instituições burguesas que estavam em surgimento, como o terror psicológico na moral cristã, seguido pela violência de controle do estado, e a moral filosófica de um bom cidadão existente no Direito (Pachukanis, 2017).

Por consequência, sustenta-se que a Psicologia é uma sofisticção das violências burguesas. Que se complexifica à medida em que se expande o capital e seu poderio de dominação. Desta maneira, como pode ser observado, o cenário da Psicologia, em seu surgimento, não aparenta ser muito diferente do que se vê hoje. Ela se complexificou e desenvolveu no/pelo capitalismo, mas suas raízes, natureza e função não se alteraram. Pelo contrário, se complexificam, assim como o capitalismo (Lênin, 2021).

Em termos práticos a Psicologia se despende de uma só maneira, como um tentáculo do capital, que tanto o sustenta, quanto mexe em suas estruturas vitais, de forma a permitir com que este se alimente e siga com vitalidade. À primeira vista, esta compreensão parece radical, mas trata-se da crítica que assenta este trabalho, ir às raízes da Psicologia enquanto sua forma e conteúdo no capitalismo.

Como supramencionado, não falta à existência de propostas que tentam à uma contra/anti hegemônica, na busca de ofertar perspectivas críticas, campos/áreas que alcancem a classe trabalhadora e o que se apreende de suas demandas. E essas surgem da própria luta de classes, que abre embates, concessões e conquistas aos explorados. Contudo, é importante levantar uma questão: qual o limite dessas propostas?

Em primeiro lugar, precisa-se separar propostas reformistas de propostas revolucionárias. Não que ambas não possam ser pensadas, mas é muito importante serem pensadas e desenvolvidas com todo cuidado, para que o reformismo não seja um horizonte, e sim a real necessidade da transformação da sociedade. Segundo que as propostas revolucionárias não cabem sob a responsabilidade de uma função que visa a perpetuação do capitalismo, e sim, elas são fruto de organizações coletivas, nas quais as pessoas que as constituem possuem papel histórico para isso (Lessa & Tonet, 2012; Marx & Engels, 2008).

Diante disso, é importante frisar que essas alternativas da Psicologia são propostas que, no máximo, oferecem uma perspectiva conciliatória e alternativas coloridas, que servem como distrações e enfeites às atrocidades do capital. Efetivamente, não promovem qualquer tipo de transformação, pois suas críticas se limitam apenas em bases epistemológicas e não em práticas, de fato, revolucionárias (Farias & Alvares, 2025). Como exemplo, expressam-se as Psicologias críticas, anticapitalistas, antifascistas, entre outras.

De maneira nenhuma isso significa dizer que um profissional da Psicologia não possa cunhar em seu dia a dia uma luta crítica, anticapitalista e antifascista, mas, sim, defende-se neste trabalho que essas lutas não devem esperar da Psicologia grandes contribuições, muito menos esperar que desse lugar se desenvolva uma prática comprometida com tais ideais.

E aqui não se faz um julgamento moral ou de qualidade de empenho na construção dessas propostas. Não é algo pessoal com os teóricos ou com os profissionais, trata-se de um limite colocado pela Psicologia e sua própria forma, que pretende-se demonstrar nesta pesquisa.

A questão é que, caso esta dinâmica seja proposta a ser desenvolvida, das duas pelo menos uma ocorre: ou a Psicologia tropeça em si mesma e se fundamenta em uma crítica meramente epistemológica de fuga de sua própria realidade e, assim, mesmo de maneira a se

propor contra-hegemônica, ela segue a Psicologia hegemônica sob ideologia burguesa; ou ela será negada e, por ventura, não terá possibilidades dentro de si mesma de se estabelecer essa luta (Yamamoto, 1987).

Desta maneira, sustenta-se essas impossibilidades da Psicologia, para que o profissional que compreenda e se lance ardentemente nos caminhos da luta pelo socialismo, não se perca em um caminho idealista no qual se espera da Psicologia um espaço a serviço do trabalhador. O que se pretende demonstrar para o leitor é que, esse espaço de luta deve existir, mas fora das limitações da Psicologia, em organizações revolucionárias de luta coletiva, esses espaços sim estarão a serviço do desenvolvimento e da verdadeira liberdade do ser humano.

Dessarte, reforça-se que um espectro ronda a Psicologia, esse é a ideia de construir uma Psicologia contra/anti hegemônica, mas diferente do espectro da luta comunista, esse se configura como um fantasma, com cabeça, mas sem pés, sem bases materiais e finalidades objetivas, de jeito a pairar no ar e, assim, atua de maneira a manter a essência da Psicologia, sua essência burguesa, com críticas puramente abstratas que se esbarram na prática.

A crítica, por mais embasada em Marx ou em outros autores que sejam revolucionários, não muda por si só estrutura funcional da Psicologia na sociedade burguesa, pois não se trata mais de um território de disputa, em termos gerais, mas de um território burguês e limitado em uma disputa mais reformista *versus* conservador, mas ainda uma disputa burguesa. Assim como ocorre nas realidades dos fracassos e romantismos de políticas reformistas no Estado burguês (Lénine, 1986).

A Psicologia científica, tal como constituída historicamente, sustenta à prática um limite estrutural, que é sua funcionalidade adaptativa e construtiva à ordem capitalista. Portanto, a prática não escapa à lógica da ciência que a fundamenta.

Para tal propósito, enquanto ciência, a Psicologia é fragmentada em sua crise e/ou parcializada tal como uma ciência vulgar, em que é fetichizada e assim, produz reificação, se não isso, deixa de ser Psicologia. Enquanto prática, o serviço psicológico se encontra submetido às determinações de sua ciência, e esta, por sua vez, percebe-se que se garante, por sua natureza, como forma social burguesa.

Nesse sentido, a prática psicológica, mesmo em seus momentos de tensão, permanece em função da adaptação do sujeito às exigências do capital, ora na reprodução, ora na criação de novos mecanismos de reificação. Rememora-se que essa reificação é a forma complexificada da alienação na contemporaneidade, e por ela, ocorre que a subjetividade é convertida em objeto de intervenção, gestão e normatização.

Fugir dessa lógica implicaria negar a Psicologia, o que, na prática, a definharia como tal, e para tanto, deixa de ser Psicologia. Assim, sob a forma da Psicologia, a práxis emancipatória, em termos marxistas, torna-se uma impossibilidade, pois a forma-conteúdo da Psicologia se limita a uma complexificação da forma da alienação no capitalismo (Marx & Engels, 2019).

Ainda, frisa-se que isso não se trata de uma falha ética ou insuficiência crítica dos sujeitos/agentes que a exercem, esse limite se constitui pelo fato da Psicologia estar intrinsecamente vinculada ao modo de produção capitalista. Desta maneira, conclui-se que como tal, a Psicologia opera como um dos braços do processo de alienação e reprodução das relações sociais capitalistas, como uma forma complexificada da reificação.

Isto posto, retorna-se à questão de que a Psicologia advém de concretas relações sociais, propriamente dito, da exploração do homem pelo homem. E isso não pode ser ignorado para a condição de analisar e utilizar a Psicologia. São propriamente tropeços romantizados, impregnados pela ideologia burguesa. Esta crítica cabe também a um trabalho anterior do autor deste texto, no qual em seu TCC⁴ levantou uma bem intencionada e romantizada esperança ao apontar possibilidades de exercer uma prática psicológica voltada para a insurgência revolucionária do trabalhador latino-americano.

Ou seja, a Psicologia é cheia de alternativas de boas intenções, e até mesmo que se propõem radicais, porém, percebe-se que suas ações sempre resultam nela mesma. Assim, mesmo que cheia de boas intenções, o povo que produz a comida ainda segue com fome. E isso vai de encontro com uma das críticas de Marx e Engels a Feuerbach (2019)⁵. Portanto, nas alternativas para a Psicologia, as quais não sejam sua negação, ou posteriormente, em outra sociedade, sua superação, ela ainda se limita a sua forma capitalista.

Nesta entonação, ainda, mesmo apreendida de uma maneira que se aproxime ao caráter ontológico, reforça-se que a Psicologia está fundada em uma função social no capitalismo, que tem em seu limite máximo em *reduzir danos* da adaptação dos trabalhadores ao processo produtivo no atual modo de produção capitalista, ainda nos moldes burgueses. E estes são, a necessidade de existir força de trabalho no mercado para o enriquecimento de poucos sobre o suor de muitos (Tonet, 2013).

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso. Especificamente, o trabalho em questão levou o título de *Apontamentos introdutórios para a prática da Psicologia insurgente latinoamericana* na graduação em Psicologia, no ano de 2021. Infelizmente até a presente data, os resultados do trabalho não foram publicados, mas é algo que ainda está no planejamento do autor.

⁵ “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de maneiras diferentes; o que importa, contudo, é *transformá-lo*” (Marx & Engels, 2019, p. 91).

Neste momento histórico, com a complexificação das crises, acirramento do neoliberalismo e perspectivas pós-modernas e pós-estruturalistas, que coadunam com o falseamento das relações materiais de produção (Duarte, 2021), chega-se ao que podemos denominar aqui de *era da saúde mental*. E, assim, esse movimento se torna de extrema importância para entender a Psicologia e as dinâmicas do capitalismo.

Segundo Almeida (2018), o sofrimento psíquico não é apenas um reflexo individual, mas também uma expressão das crises sociais e econômicas do capitalismo. Em momentos de intensificação das contradições do sistema, a saúde mental se torna um termômetro das desigualdades e das condições de exploração.

Então, se há um acirramento das contradições, isso também será expresso na subjetividade. Mas a forma em que será captado e trabalhado está de acordo com a perspectiva hegemônica de manutenção social das relações de opressão-exploração dentro deste sistema.

Por conseguinte, na era da saúde mental, observa-se uma crescente valorização da Psicologia. Isso se dá no momento em que se vê uma difusão na discussão sobre saúde mental, e a coloca como um acessório fundamental de consolidação da inserção social do indivíduo neste sistema, seja por sua afirmação em um cultivo constante de bem-estar, ou através de sua negação, por meio de categorização em transtornos mentais via DSM⁶, pois de acordo com a OMS (2022), 1 em cada 8 pessoas possui algum tipo de transtorno.

Pois bem, essa discussão se problematiza assim que há uma psicologização da compreensão de saúde mental, ao centrar no indivíduo as causas e respostas de seus próprios *problemas*, isto é, daquilo que o desvia de uma certa normatividade traçada pelo capital, em contraste com os processos de sofrimento gerados pelo mesmo. Esse movimento demonstra sua agudização na crescente demanda de psicoterapia (Carbonari e Van Deursen, 2024), que a partir de uma análise crítica é colocada como salvacionista em uma lógica fetichizada. Essa lógica está vinculada à psicologização neoliberal, que desloca a atenção das causas estruturais para o indivíduo, de modo a reforçar o fetiche da autocura e da autorresponsabilização (Pavón-Cuéllar, 2017).

Esse fenômeno se evidencia, principalmente, em sua ampla divulgação nas redes sociais, que dispõe de uma banalização de termos próprios a essa esfera, como um bingo autodiagnóstico (Fogaça, 2023). A banalização dos diagnósticos psiquiátricos reflete uma lógica de afirmação de poder, na qual os dispositivos normativos promovidos pelo DSM

⁶ Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

funcionam como estratégias de gestão da saúde mental (Caponi, 2012), aos quais a Psicologia atua como braço direito. Vê-se que esse diagnóstico se ampliam para abarcar cada vez mais características que se propõem a serem trabalhadas em um viés neoliberal de melhoria constante de si.

Como Almeida (2018) argumenta, os transtornos mentais, são resultados de processos sociais profundamente enraizados nas condições de vida e trabalho sob o capitalismo. A categorização promovida pelo DSM, longe de ser neutra, reflete interesses de medicalização social e controle populacional, em uma lógica individualista de culpabilização, que mascara as reais causas, das quais os sintomas são denúncias.

Posta essa digressão de caráter meramente provocativo ao leitor, visto que não se propõe adentrar nessas discussões específicas, que, contudo, fornecem a esta pesquisa elementos importantes para se pensar o papel da Psicologia hoje. Pode-se concluir que este momento é o apogeu da forma Psicologia, mas, ao mesmo tempo, expressa sua forma de se camuflar no andar da própria ciência. No entanto, em consequência da discussão do tema, ergue-se a pergunta-problema desta pesquisa: *do que se trata, e como entender, essa forma da Psicologia no capitalismo?*

Antes de esboçar a hipótese que norteia esse trabalho, é necessário compreender o significado deste termo *forma*. Com esse propósito, baseia-se recorrer às contribuições marxianas e marxistas, especificamente aqui a Marx (2023) em sua análise a forma da mercadoria e Pachukanis (2017) em sua análise da Forma do Direito, para então explicar ao leitor minimamente a relação forma-conteúdo.

Dessa maneira, pode ser entendido como forma as estruturas de relações sociais no capitalismo que garantem uma independência e influência em outras estruturas. Essas estruturas assumem, como sua própria definição coloca, uma forma expressa dessas relações, como estruturas externas e organizacionais da sociedade capitalista, de maneira a incluir suas instituições e práticas que moldam e regulam as relações sociais. Ou seja, a forma contém algo que se apresenta ou se manifesta em uma estrutura social específica, com a finalidade de ser um mecanismo de controle social conservador frente a uma revolução social.

Como exemplo, expressa-se a forma do Direito, da Alienação, do Estado, da Família, da Religião, do Mercado (enquanto forma mercantil), entre outras. Portanto, ao analisar suas estruturas de relações sociais e suas funções na sociedade, as formas do capitalismo, consequentemente, serão formas burguesas.

Toda forma possui seu conteúdo, que são as relações sociais materiais e históricas. Essas relações são representadas nas forças produtivas, que impulsionam as próprias

estruturas que dão origem e sustentação à sua forma. Dito isso, o conteúdo, assim como a forma, só podem ser entendidos a partir de sua relação dialética de forma-conteúdo.

Por exemplo, Marx (2023), ao analisar a mercadoria, demonstra que os produtos do trabalho humano, no capitalismo, apresentam-se como coisas independentes, dotadas de valor, aptas à troca no mercado. Como consequência, essa aparência objetiva oculta que a mercadoria é, na verdade, o resultado final do trabalho social, realizado de forma privada, mas socialmente interdependente.

Portanto, o que se vê, é uma forma social historicamente formada, na qual as relações entre pessoas assumem a aparência de relações entre coisas. Essa é a forma mercadoria, cuja existência repousa na generalização da produção para o mercado, e cuja função social é mediar as relações capitalistas por meio do valor de troca.

Entretanto, seu conteúdo são as relações sociais de produção, organizadas em torno da extração de mais-valia e da propriedade privada dos meios de produção. Através dessa forma, instaura-se o fetichismo da mercadoria, ou seja, a inversão em que os produtos da atividade humana ganham autonomia e passam a dominar os próprios produtores.

Além disso, frisa-se destacar que essa forma não se confunde com o conceito de reificação, embora a contenha. A reificação se trata de um processo no qual as relações sociais, os sujeitos e até a subjetividade se tornam coisas, convertidas em objetos manipuláveis, e a forma mercadoria é seu ponto de partida essencial.

Nesse mesmo horizonte teórico, Pachukanis (2017) analisa o Direito burguês como uma forma social que, embora aparente neutralidade e universalidade, expressa e organiza as relações de poder da sociedade capitalista. O seu conteúdo são as relações sociais reais que buscam se perpetuar, a partir da defesa da propriedade privada dos meios de produção, do contrato como instrumento de exploração e a normatização do indivíduo como sujeito de direitos (desde que reificado, isolado e separado das mediações coletivas).

Por fim, a forma jurídica, assim como a forma mercadoria, opera como mediação fetichizada das relações sociais, de modo a ocultar sob uma lógica abstrata de igualdade formal a reprodução das desigualdades concretas. Ambas constituem formas sociais fetichizadas que contribuem para a naturalização da dominação de classe, de maneira a implicarem contradições históricas em aparências normativas, como amparo que constitui o modo de produção capitalista.

Assim, na relação dialética de forma-conteúdo, uma pode alterar a outra, mas sempre dentro de seus limites enquanto formas burguesas. Isso significa que, no capitalismo, tais alterações são principalmente reformas no modo de produção, ou melhor, sua

complexificação. Como mencionado, a relação dialética forma-conteúdo expressa as contradições do capitalismo, como valor *versus* valor de uso, propriedade privada *versus* satisfação das necessidades coletivas, e alienação *versus* consciência de classe⁷, entre outras.

À primeira vista, a Psicologia parece se constituir de uma fundamentação teórica e de sua prática. No entanto, percebe-se que a prática psicológica esconde seu verdadeiro papel: a reificação. De acordo com Pachukanis (2017), só é sujeito de Direito aquele que se encontra reificado; de forma semelhante, apenas o indivíduo que não apresenta desequilíbrios mentais e é considerado apto para a produção de mercadorias é plenamente aceito na sociedade capitalista (Vigotski, 2023).

Dessa forma, entende-se aqui que a *origem* da Psicologia é na origem do indivíduo do capitalismo. A *natureza* da Psicologia é a sua própria crise que proporciona a capacidade de enxergar, atuar e moldar, o indivíduo do capitalismo. A *função* social da Psicologia, é, por consequência, a atuação para que o indivíduo do capitalismo continue a existir.

Portanto, sustenta-se a seguinte hipótese: *por meio da análise de sua gênese, natureza e função social, conclui-se que a Psicologia é contrarrevolucionária. Ela é como uma forma de alienação na sociedade capitalista, e assim, as relações em sua forma resultam na promoção da reificação.* Ademais, salienta-se que esta hipótese será trabalhada através do movimento teórico e prático sobre sua relação metodológica sujeito-objeto, especificamente referido ao indivíduo no capitalismo, para assim, expor a verdadeira relação dialética da Psicologia e suas consequências com seu compromisso burguês.

Diante disso, analisa-se o movimento da Psicologia, e em seu sentido ontológico, assim, descobre-se o sujeito do capitalismo como seu objeto principal. Investigar os métodos e crises da Psicologia significa desvendar sua gênese e sua natureza, para então, culminar na conclusão de que sua função social está ligada à atividade científica em crise. Esta crise reflete a caótica situação da Psicologia que, ao final, mostra-se como uma estrutura em que se lida com seu objeto que é, essencialmente, um produto das relações de fetichismo da mercadoria e do indivíduo.

À vista disso, identifica-se um problema metodológico em toda forma da Psicologia: ela se posiciona como sujeito, enquanto o indivíduo capitalista se torna objeto. Esse ponto de vista gnosiológico gera múltiplas Psicologias, de modo a refletir a fragmentação e alienação do indivíduo dentro da sociedade capitalista.

⁷Ou, ler-se trabalho alienado *versus* trabalho ontológico.

Consequentemente, a Psicologia, assim, define o que é esse objeto, mas se contradiz em sua orientação teórica, ação psicológica e direcionamento ideológico. Isso resulta em sua própria crise, pois o objeto que a Psicologia construiu não é o mesmo que reivindica, de maneira a perder de vista a realidade de seu próprio objeto, isso fundamenta a crise de sua base científica, e sobre ela, a prática da Psicologia será exercida em função da atuação do significado desta crise. Portanto, a Psicologia reproduz e atua no desenvolvimento da reificação em seu objeto, o indivíduo.

Pachukanis (2017) observa que a paz e a hospitalidade são fundamentais para a dominação e o desenvolvimento do capitalismo, e dessa maneira, pode ser percebido que se substitui a violência física por uma violência psicológica alienada. A forma da Psicologia expressa essa sofisticação da violência bruta do Estado, da Igreja e do Direito, pois herda de forma complexificada o controle estatal, a moralidade espiritual da Igreja e a moralidade jurídica. Assim, pode ser admitido que a Psicologia assume papéis complexificados dessas instituições para manter a ordem social.

Ademais, nota-se que a Psicologia ajudou na formação do Estado ao justificar práticas como a *vingança de sangue* (Pachukanis, 2017). Caso a investigação parasse por aí, a Psicologia seria apenas uma ferramenta, mas sua natureza revela sua funcionalidade na sociedade capitalista. A reificação se camufla como Psicologia, e assim sugere que um dos resultados da forma da Psicologia seja ocultar a violência da burguesia, e condenar a revolta do povo.

Desta maneira, para estabelecer a crítica deste trabalho, investiga-se a expressão mais simples do movimento da forma-conteúdo Psicologia, que são as *relações sociais reificadas*. Nestas relações, o *conteúdo psi* refere-se à capacidade de julgar, sentir e agir frente a um desequilíbrio mental, sempre com foco na adaptação do trabalhador às exigências do capitalismo. Portanto, a Psicologia, assim, mantém e reforça o modo de produção capitalista.

Desta maneira, historicamente, a Psicologia se desenvolve como um processo pelo qual a humanidade cria relações sociais que, com o tempo, se transformam em obstáculos ao desenvolvimento humano potencial. Isso desvela a verdadeira forma da Psicologia: uma complexificação da alienação no capitalismo, isto é, a reificação (Marx, 2010a). Porque, como exposto, a forma psicológica adequa o sujeito à realidade capitalista, e oferece múltiplas respostas e tratamentos com um fim essencialmente adaptativo.

O argumento central defendido nesta pesquisa é que a Psicologia se forma a partir das necessidades burguesas para refletir e contribuir na alienação, o que coloca seu foco no

indivíduo do capitalismo. A alienação se expressa como reificação através da Psicologia, e assim consolida sua forma e função dentro do sistema capitalista.

Isto posto, frisa-se mencionar que a análise ontológica das potencialidades humanas pode ajudar a identificar a essência burguesa da Psicologia, que se opõe à consciência de classe do proletariado (Tonet, 2013). No entanto, embora a verdadeira forma da Psicologia seja desmascarada, Vigotski (2004) e Yamamoto (1987) demonstram, assim como Marx e Engels (2008), que na crise caótica da Psicologia, podem-se desenvolver possibilidades para sua superação, assim como na crise do capitalismo.

Por conseguinte, menciona-se que, na perspectiva marxiana, a crítica é uma análise do movimento do objeto em relação à realidade material (Engels, 2023). Desta maneira, é importante reconhecer, através das condições que a Psicologia assume na realidade, as suas relações burguesas.

Outrossim, nota-se que, primeiro é preciso existir alienação para existir Psicologia, assim a alienação é inerente à Psicologia. À vista disso, constata-se que a Psicologia se camufla em suas ações e objetivos como uma forma complexificada da alienação, ou seja, uma complexificação da reificação.

Esta pesquisa constrói sua crítica ao investigar a relação forma-conteúdo da Psicologia, o que leva a explorar a expressão da relação indivíduo-sociedade no capitalismo. Um dos obstáculos criados pela Psicologia é colocar o trabalhador como psiquicamente equilibrado, qualificado para vender sua força de trabalho e, assim, ser explorado pela produção e apropriação da mais-valia (Merani, 1977). A Psicologia também dificulta a percepção do processo de mais-valia e age na complexificação da reificação, o que contraria a tomada de consciência de classe.

Ademais, salienta-se que este trabalho não ignora ou rompe com a subjetividade, mas critica como a Psicologia se apropria do conceito de subjetividade como uma forma de alienação no capitalismo. Por isso, assume-se um compromisso em denunciar as estruturas de relações sociais burguesas, especificamente na Psicologia, que interferem na luta pela verdadeira liberdade e promoção da saúde mental.

Desta maneira, justifica-se a realização desta pesquisa no esforço de trazer a realidade para acender as possibilidades de sua transformação. No caso, esse movimento se propõe para cumprir com um compromisso classista, com a classe trabalhadora, para auxiliar na transformação das estruturas do capitalismo. E também, com o intuito da crítica, o trabalho demonstra sua originalidade, ao investigar a Psicologia como forma social.

Por conta disso, defende-se a aplicação metodológica crítica-classista sob o fundamento do materialismo histórico-dialético para ir até a raiz do problema da forma Psicologia, para assim, através da crítica, mostrar sua verdadeira face, e, com isso, auxiliar nas possibilidades de sua superação, o que consiste na superação do capitalismo.

No entanto, as condições da realidade social da realização da pesquisa científica são extremamente delicadas (em suas limitações e alcance), visto que se trata de questões de classes sociais e sua superação. O que especificamente quer dizer que o espaço de realização científica hodierno é uma estrutura social capitalista, e por isso, não cabe esperar desse lugar uma práxis revolucionária, que seja comprometida para a superação da exploração do homem pelo homem.

Por conseguinte, entende-se que apresentar contribuições para uma análise crítica socialista - ciência em prol do desenvolvimento do gênero humano a partir da apropriação de toda a riqueza social (Engels, 2023) - significa cair várias e várias vezes em armadilhas de manutenção da sociedade capitalista. E isto se deve pela divisão social do trabalho e outras condições da realidade do modo de produção capitalista .

Uma outra limitação é a dificuldade de relacionar e adequar a pesquisa ao seu curto espaço de tempo⁸ e baixo recurso financeiro para o seu desenvolvimento⁹. Por conseguinte, estas questões implicam em um proposital limite da crítica, não em específico contra esta pesquisa, mas em qualquer uma realizada dentro dos moldes burgueses de uma ciência *vulgar* (Marx, 2023).

Com estas limitações expostas, entende-se que, apesar dos esforços, o trabalho por si só não possui uma práxis revolucionária, como todas as contribuições que são apenas científicas. Sabe-se que a revolução não sairá destes escritos. No entanto, assim como Marx e Engels (2019) desenvolveram, a partir de um método, contribuições de uma ciência que pode ser usada na teoria que fundamenta a práxis de uma revolução social, a pesquisa crítico-classista também tem suas possibilidades nas contribuições teóricas.

Isso significa que o método mencionado compreende uma concepção científica que entende a realidade social para além de sua expressão imediata, em sua essência e, assim, seu

⁸ O tempo médio para a realização do mestrado é de 2 anos, de modo a contar a realização da pesquisa, sua exposição de seu andamento, sua qualificação e sua exposição final.

⁹ Por mais que a pesquisa apresente o investimento da bolsa CAPES, o recurso financeiro ainda é longe do desejável para dar conta de diversas despesas pessoais e até de materiais que são necessários durante a realização da pesquisa. Como não é o caso deste trabalho desenvolver esta denúncia e focar muito nessa questão, convida-se os leitores interessados a conhecerem mais a realidade dos pesquisadores brasileiros, principalmente aqueles comprometidos com uma pesquisa voltada para demandas para o povo e que nada tenham de atrativo para a acumulação do capital.

constante movimento, o que dá a condição de captar o real concreto e, por assim, dar a possibilidade de fundamentar o povo que sofre com a exploração a entenderem melhor sua realidade e auxiliar, no ponto de vista teórico, nas condições para que ela seja superada (Tonet, 2022).

Desse modo, rememora-se que a expressão mais simples da Psicologia na sociedade capitalista são as relações sociais reificadas. A investigação, portanto, parte dessa determinação ontológica para desvelar, em sua totalidade contraditória, a forma e o conteúdo da Psicologia.

Por conseguinte, como afirma Netto (2011), a utilização do materialismo histórico-dialético exige distinguir entre o método de investigação e o método de exposição. Desta maneira, enquanto o método de investigação busca captar o movimento da realidade concreta, o método de exposição é responsável por organizar, no plano do pensamento, a reprodução ideal desse movimento, de forma crítica, com viés classista, e com a promoção de indagações reflexivas ao leitor.

Por isso, este trabalho se trata de um ensaio teórico, que se justifica pela própria natureza do objeto investigado e pela intencionalidade crítica da análise. Visto que o ensaio é, aqui, compreendido como forma de exposição que se propõe reflexivo e dialético, em que o autor não oculta sua posição diante do objeto, pois é um sujeito ativo na própria investigação, pois assume o exercício rigoroso de pensamento que busca compreender o objeto em sua articulação com o todo social e suas determinações históricas (Meneghetti, 2011).

Ademais, a postura ativa, comprometida e responsável do pesquisador se revela indispensável tanto na escolha do objeto, quanto no esforço formativo necessário para apreendê-lo em sua aparência imediata e sua essência. Através do materialismo histórico-dialético, busca-se por meio de ferramentas metodológicas, que são utilizadas cada qual de acordo com a necessidade em relação a investigar o objeto, captar o movimento que exige fidelidade ao seu processo interno de constituição, isto é, à lógica contraditória que estrutura e move a sua expressão concreta, e posteriormente, abstrair este concreto, refleti-lo em suas múltiplas determinações, para assim, investigá-lo em sua totalidade, para então, expressá-lo novamente mas em forma de exposição (Netto, 2011).

Nesse sentido, o ensaio teórico se alinha à exigência de reconstruir no plano do pensamento o movimento concreto do objeto. Efeito disso, não se compreende o objeto tal como ele se mostra, pois investiga-se como ele se tornou o que é, sob quais mediações sociais, históricas e formais. Por isso, o ensaio materializa o pensamento do pesquisador em terreno fértil para a crítica e, assim, lança fundamentos para a transformação da realidade.

Para esse fim, a crítica realizada neste trabalho se desenvolve a partir de um levantamento teórico fundamentado na obra dos próprios Marx e Engels e em autores marxistas que ajudaram na investigação sobre a gênese, a natureza e a função social da Psicologia. Para que então possa-se, mediante o confronto entre essas formulações e os movimentos concretos da forma Psicologia, promover o desvelamento de sua lógica interna, de sua forma-conteúdo contraditória e de seus limites históricos enquanto forma social burguesa. Portanto, o caminho percorrido foi:

1. Identificar os processos históricos: Compreender o surgimento do indivíduo do capitalismo - figura das relações sociais reificadas no capitalismo -, da Psicologia, e como ela emerge no contexto do capitalismo, como parte das necessidades históricas da exploração, dominação e alienação.

2. Analisar a dicotomia indivíduo-sociedade: Estudar como a Psicologia reforça essa dicotomia, ao fragmentar o ser humano e naturalizar o indivíduo isolado.

3. Explorar as práticas e as estruturas sociais psicológicas: Investigar como as práticas psicológicas reproduzem a reificação ao adaptar o indivíduo às condições alienantes.

4. Articular com a crítica marxista: Relacionar a forma Psicologia com outras formas burguesas (como o Direito ou o Estado) para mostrar como ela participa do mesmo movimento de sustentação do capitalismo.

Assim, a relação social reificada é a base ontológica da forma Psicologia e o ponto de partida para a crítica. O trabalho utilizou o materialismo histórico dialético para cumprir com sua crítica, por isso se trata de seguir como uma pesquisa marxista, que tem como um de seus resultados analisar a própria realidade na qual a sociedade está inserida no capitalismo.

A vistas de atender essa metodologia, utiliza-se como marco teórico desta pesquisa uma articulação crítica, ancorada nas contribuições de Marx (2023), Engels (2024), Vigotski (2004), Pachukanis (2017) e Yamamoto (1987). Salienta-se que esses autores fornecem bases teóricas essenciais para compreender a gênese, a natureza e a função social da Psicologia no capitalismo.

Em *O Capital*, Marx (2023) realiza uma análise profunda e crítica da sociedade capitalista e de suas formas de funcionamento. O método materialista histórico-dialético, que fundamenta seu livro, é central para esta pesquisa, pois permite a compreensão das dinâmicas de produção, alienação e reificação, e fundamenta o método para a crítica da Psicologia.

Engels (2024), em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, contribui com uma análise rigorosa sobre a gênese das formas sociais do capitalismo, de modo a oferecer elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento histórico do

indivíduo no sistema capitalista. Através desta contribuição é possível situar a formação do indivíduo do capitalismo como uma peça-chave neste estudo.

Já Vigotski (2004), em *O significado histórico da crise na Psicologia*, apresenta uma crítica geral à ciência da Psicologia. Assim, por meio da utilização do materialismo histórico-dialético, ele analisa a crise e seu significado histórico que permeia a Psicologia e seu problema da dicotomia de duas linhas de abordagens. Ele ainda propõe um caminho teórico-metodológico para compreender o psiquismo humano em sua relação com as condições históricas e sociais. Esse material contribui bastante para a pesquisa analisar a natureza e os limites da Psicologia.

Outra importante contribuição para essa pesquisa é a de Pachukanis (2017), em *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, em que, através do materialismo histórico-dialético, ele oferece uma análise da forma jurídica que, nesta pesquisa, incentiva a investigação em Psicologia. Pachukanis escreve a funcionalidade do Direito e sua condição como forma capitalista, o que permite encontrar elementos para compreender a Psicologia enquanto forma social.

Por fim, destaco o trabalho *A Crise e as Alternativas da Psicologia*, de Yamamoto (1987). É a partir dessa obra que surge a possibilidade de analisar a Psicologia como forma social, de maneira a identificar seus limites e contradições. O autor oferece uma reflexão sobre a gênese e a função social da Psicologia, sobre como suas diversas alternativas refletem as dúvidas e demandas do capitalismo. Em seu trabalho, a maior contribuição está no processo da negação da Psicologia e também nas possibilidades de investigar a natureza da Psicologia.

Portanto, para o desenvolvimento desta crítica, apresenta-se quatro capítulos, são eles: 1. O contexto histórico da origem do Capitalismo e a sofisticação da civilização; 2. A gênese e a origem da Psicologia; 3. A natureza da crise na Psicologia; 4. A função social da Psicologia. Em todos eles o movimento será de analisar como, diante desses percursos e atividade, a Psicologia demonstra suas contradições a partir da relação dialética de sua forma e conteúdo, que tem como fio condutor as ações frente ao movimento das relações do indivíduo do capitalismo.

Por fim, conclui-se que o objetivo da crítica deste trabalho busca contribuir na análise da forma da Psicologia na sociedade capitalista através de duas tarefas específicas: A) Explorar como a Psicologia age e regula as relações sociais no capitalismo; B) Investigar a relação forma-conteúdo da Psicologia em face da estrutura capitalista.

Capítulo 1: O Contexto histórico da origem do Capitalismo e a sofisticação da civilização

Caro leitor, neste capítulo, busca-se apresentar brevemente o desenvolvimento e o funcionamento das sociedades humanas, desde seus estágios mais primitivos até a complexificação da civilização no capitalismo. Ao realizar essa retrospectiva histórica, o objetivo é evidenciar como as relações sociais se sofisticaram ao longo do tempo, e assim, foram criadas as condições para a emergência de formas específicas de exploração e alienação que estão presentes na formação do indivíduo no sistema capitalista.

Inicialmente, as sociedades se organizavam de maneira simples, com o trabalho voltado diretamente para a subsistência, em relações sociais mais horizontais e coletivas. A produção atendia às necessidades imediatas, e as formas de cooperação entre os indivíduos eram fundamentais para garantir a sobrevivência.

Com o passar do tempo, no entanto, o avanço das ferramentas e a especialização dos modos de produção, foram peças fundamentais para o ser humano transformar seu modo de se organizar, o que levou ao surgimento de divisões de trabalho mais complexas, à produção de excedente econômico, e à formação de classes sociais. À medida que as civilizações se desenvolviam, as divisões de classe se aprofundaram, e assim, foi criada uma separação crescente entre aqueles que controlavam os meios de produção e aqueles que eram obrigados a vender sua força de trabalho.

O surgimento do Estado e de outras instituições de poder consolidou essa divisão, que acabaram por ser instituições que regulam as relações sociais de maneira a garantir a manutenção de uma ordem que beneficia as classes dominantes. No capitalismo, essa exploração atinge um nível elevado de sofisticação, em que a força de trabalho do indivíduo se torna uma mercadoria, sujeita às leis de mercado e à dinâmica de compra e venda.

Dessa forma, o capítulo oferece uma base histórica fundamental para compreender como as estruturas sociais evoluíram e moldaram o indivíduo no capitalismo. Como resultado, espera-se fornecer bases teóricas para que o leitor possa entender como as estruturas de relações sociais se sofisticaram dentro da lógica do antagonismo de classes, e que, por consequência, como o objeto da Psicologia será apresentado no próximo capítulo, o indivíduo do capitalismo.

Para tanto, o surgimento do modo de produção capitalista não se tratou de um movimento natural na forma de organização da sociedade, muito pelo contrário, ocorreu como um movimento histórico realizado pelo próprio ser humano na coletividade. Para Marx

e Engels (2019), e outros autores marxistas que se debruçaram em diversos debates a respeito desta temática, como Dobb e Hobsbawm (Sweezy & *et al.*, 1977), o capitalismo estabeleceu sua gênese em meio a crise do sistema feudal.

Para entender o surgimento do modo de produção capitalista, é crucial reconhecer que seu desenvolvimento é um processo histórico complexo, repleto de contradições. Hobsbawm (1977) destaca que “a transição do feudalismo para o capitalismo é, [...], um processo longo que nada tem de uniforme”. A leitura marxiana e marxista da história se concentra justamente em analisar o feudalismo, de maneira a identificar nele as sementes das contradições que eventualmente levariam ao desenvolvimento do capitalismo, que hoje é o sistema predominante. Isso, de modo nenhum, ignora outros modos de produção que existiram pelo mundo (Wood, 2001).

1.1. Breve contextualização da origem da *civilização*

Para desvendar ainda mais essas sementes, entende-se que o movimento histórico da humanidade se desenvolveu de uma sociedade de um crescente nível de organização societária para uma complexificação maior das relações sociais. Trata-se de um movimento da organização da humanidade de ir de uma fase primitiva a sua civilização (Engels, 2024).

Em relação a isso, destaca-se que a complexificação da organização da sociedade que foi da *barbárie* para a *civilização*, significou inúmeras questões, entre as suas principais a condição da sociedade começar a se organizar por meio de contradições, pois neste processo se estabeleceu um antagonismo de papéis das pessoas na sociedade, uns exploradores e os outros explorados, e assim se fundava as classes sociais (Engels, 2024). Consequentemente, frisa-se apresentar alguns pontos importantes que levaram a essa condição.

Conforme já mencionado, reforça-se que a história não se fez sozinha, como em um passe de mágica, de forma natural. Muito pelo contrário, é a própria humanidade que faz a história. No entanto, não se trata de um resultado de um desejo individual dessa humanidade histórica, mas sim das ações das pessoas em relação com condições materiais históricas, e para compreender isso, entende-se que

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determinam seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam

desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a superestrutura colossal (Marx, 2020a, p. 85).

Desta maneira, são os seres humanos, concretos e reais, que constroem a história, através de suas ações nas circunstâncias materiais responsáveis por definir o seu modo de vida e existência. O ser social, ao atuar na criação da civilização e dos modos de produção, também carrega consigo a possibilidade de romper e superar essas criações, desde que as condições materiais históricas permitam (Marx & Engels, 2019).

Por essa razão, nas três últimas supramencionadas referências, Marx e Engels se preocuparam em analisar a movimentação histórica que possibilitou a formação e o desenvolvimento de algumas formas características que marcaram a organização e o funcionamento da sociedade até então. Como a propriedade privada, a divisão social do trabalho, o excedente econômico, entre outras características históricas que serão apresentadas agora.

De acordo com Engels (2024), as sociedades primitivas -originárias da humanidade- viviam dispersas e eram organizadas em torno de suas gens, ou formas familiares comunitárias. Cada tribo ocupava vastos territórios de caça, separados por zonas de floresta que atuavam como fronteiras naturais entre diferentes grupos. Nessas sociedades, não havia exploração dos mais fortes sobre os mais fracos, e, assim, prevalecia a igualdade. Inexistiam propriedade privada, divisões de classe e qualquer tipo de estrutura estatal ou relações de poder dentro de cada gen.

A distribuição das tarefas era realizada de forma espontânea, de modo a depender das habilidades individuais de cada membro da comunidade. Enquanto alguns se dedicavam à caça, à guerra e à produção de ferramentas, outros eram responsáveis pela manutenção do lar, preparo dos alimentos e confecção das vestimentas. De maneira geral, as primeiras tarefas eram atribuídas aos homens, enquanto as segundas eram realizadas pelas mulheres¹⁰. Contudo, diferentemente do que ocorre hoje, essa divisão refletia as necessidades básicas da comunidade e não resultava em uma relação de dominação e servidão (Engels, 2024).

Os bens e produtos essenciais, como habitações, canoas e colheitas, eram compartilhados entre as gens, e assim garantia a sobrevivência coletiva. No entanto, embora

¹⁰ Cumpre apontar que essa perspectiva não trata-se de algo que diz de todas as sociedades, mas do recorte aqui realizado, por Engels (2024), para compreender o germen da sociabilidade capitalista. Assim, existem pesquisas que apontam para a existência de uma variação de funções para as mulheres, mas esta pesquisa não se deterá sobre.

essa forma de vida fosse eficiente para as necessidades da época, ela se transformou à medida que novas condições materiais surgiram, como o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais, eventos que foram decisivos para a complexificação e o desenvolvimento da “primeira grande divisão social do trabalho” (Engels, 2024, p. 194).

Dito isso, com a domesticação de animais e a cultivoação de plantas comestíveis, algumas tribos começaram a se diferenciar das outras, pois tinham uma produção de alimento maior e mais variada, o que complexifica a sua organização, de maneira a colocar essas atividades como principais, e não mais a caça. Essa condição fez com que as tribos começassem a deixar de serem nômades e dependessem do acaso .

Esse movimento possibilitou o desenvolvimento diferenciado dessas tribos, que distinto de outras, começaram a ter algo a mais, no sentido de acumulação, e essas produções viriam a ser trocadas com as demais tribos, que não tinham ou então tinham outras variações. O efeito dessa mudança foi de que a produção começou a exceder, isso é, o que era produzido não era mais apenas para o autoconsumo da comunidade, e assim, com as trocas de produção de uma tribo com a outra, nasce o comércio (Engels, 2024).

Consequentemente, a realidade do desenvolvimento de atividades agrícolas desencadeou criações necessárias para melhorias do trabalho nesse espaço, como ferramentas. Posteriormente, com a produção de excedentes de alimentos, começaram a surgir excedentes de outros produtos, que eram dependentes desse primeiro. Como exemplo, as próprias ferramentas de metal, roupas e demais artesanatos, que logo começaram a entrar no comércio (Netto & Braz, 2012).

Em seguida, entende-se que, para o excedente da produção, exige-se o aumento de tarefas, o que abriu a necessidade das tribos possuírem mais pessoas no trabalho. A princípio, para conseguirem esses trabalhadores, recorreram à escravidão de prisioneiros de guerra. Tais prisioneiros, antes desse movimento histórico, no momento em que perdiam a guerra, eram mortos ou escapavam, mas agora eram aprisionados.

Evidentemente, o controle sobre a força de trabalho de outros indivíduos, sob a forma de escravidão, representou uma transformação significativa na história da organização social. Portanto, a escravidão, embora inicialmente limitada e rudimentar, tornou-se uma prática comum e essencial para o funcionamento da sociedade, e isso começou a marcar o início da *civilização* (Engels, 2024).

Pois, como mencionado na discussão, em meio a esse processo de complexificação da divisão do trabalho e produção de excedentes, desenvolve-se também a propriedade privada e a família monogâmica. A propriedade privada, nascida dentro da estrutura familiar, onde a

mulher e os filhos estavam no momento histórico de subordinação ao homem, se expandiu para incluir a posse de escravos (Marx & Engels, 2019).

Esse movimento na estrutura familiar assume uma característica monogâmica, na qual está ligada ao desenvolvimento das complexidades das transformações nas estruturas sociais, como a produção excedente, a divisão do trabalho e a propriedade privada. Deste modo, diferente de antes, em que as relações familiares comunitárias existiam sem uma estrutura rígida de posse ou controle, a família monogâmica surgiu como uma necessidade de garantir a transmissão de propriedades e riquezas através de heranças patrilineares (Engels, 2024).

Diante disso, a família monogâmica marcou originalmente suas características pelo poder dos homens como donos das propriedades e do controle econômico, ao mesmo tempo que relegou as mulheres a uma posição subalterna no ambiente doméstico. Portanto, a monogamia se mostrou como uma forma de controle social e econômico, que reforça as desigualdades da nova sociedade que surgia sob o antagonismo de classes entre oprimidos e opressores.

Consequentemente, entende-se que a família monogâmica, estabeleceu as bases para a estrutura familiar que sustentou e perpetua as desigualdades de classe na sociedade. Por fim, expõe-se que essa forma foi uma construção social necessária para manter e reproduzir as novas relações de propriedade e poder que surgiram durante a transição para a civilização.

Em conformidade com essa questão, retorna-se à discussão da propriedade privada nesse contexto, especificamente, sobre o que é a propriedade e porque ela se tornou privada. Por essa razão, salienta-se que antes de se constituir como privada, a propriedade representava uma relação coletiva e comunitária com os recursos naturais e os bens produzidos, como já exposto anteriormente (Engels, 2024).

Com o início da produção excedente, surgem as primeiras formas de acumulação de riqueza, o que leva à transformação das relações de propriedade. O que antes era visto como um bem comum começa a ser apropriado por indivíduos ou grupos específicos e, assim, estabelecem as bases da propriedade privada (Marx & Engels, 2019).

No decorrer da discussão sobre a divisão do trabalho, observa-se que o processo de privatização não se restringiu exclusivamente aos bens materiais. Além destes recursos, essa lógica se estendeu para dentro da própria estrutura familiar, sob a condição monogâmica. Isso a respeito da relação de poder e dominação do homem, assim como já exposto (Engels, 2024).

Ademais, a força de trabalho também foi progressivamente absorvida por essa privatização. A escravidão, por exemplo, emergiu como uma prática que representava essa

apropriação, de maneira a transformar seres humanos em propriedades alheias, totalmente desvinculados dos frutos de seu próprio trabalho.

Por conseguinte, expõe-se aqui, outra semente que servirá de base para o capitalismo, a alienação. Dito isso, a propriedade privada, portanto, nasce como uma expressão da alienação. Ela se configura a partir do momento em que os produtos do trabalho humano deixam de pertencer à coletividade e passam a ser controlados por uma classe específica (Marx, 2020a).

Esse controle sobre os bens produzidos e sobre a própria força de trabalho gera uma separação entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho, que, de acordo com Marx (2020), é a essência da alienação. O trabalhador é levado a se ver desvinculado do resultado de seu esforço no trabalho, que é apropriado por outro indivíduo e, assim, a propriedade privada é consolidada como uma relação de dominação (Marx & Engels, 2019).

Portanto, através da divisão do trabalho, os seres humanos são alienados de sua própria atividade produtiva, pois são reduzidos a meros executores de tarefas específicas e repetitivas, sem controle sobre o processo de produção ou sobre os frutos de seu trabalho. A alienação no trabalho resulta em uma perda de autodeterminação e uma sensação de estranhamento em relação ao próprio trabalho e a si mesmo (Marx, 2023).

Outrossim, o leitor pode observar que ao ocorrer a condição de produções excedentes, ou seja, produzia-se mais do que a necessidade da comunidade, diversas formas de organização de relações sociais, presentes hoje na estrutura do capitalismo, germinaram. Como Engels (2024) muito bem colocou, são características como essas que marcaram o desenvolvimento da sociedade para uma *civilização*. E, ao contrário da bela sonoridade desta palavra, o início da civilização é marcada pela *exploração do homem pelo homem*.

Deste modo, com a complexificação do mercado, isto é, seu avanço, exigiu-se uma maior organização em sua estrutura, pois sob todas as formas que se viu até agora, as relações de antagonismo de classes precisava ser mais controlada, ou seja, um precisa obter a riqueza sobre o trabalho do outro. Para organizar essa relação, surge o controle em forma política através da formação do Estado, e o controle de forma jurídica através do Direito.

No entanto, esta última forma, surge de maneira muito incipiente e discreta no início da civilização, e só vai atingir o seu apogeu na transição do feudalismo para o capitalismo. Já o Estado também se configura de modos mais rudimentares, porém, muito mais aparente, de maneira a ter em vista a sua condição de estabelecer o controle social através da classe dominante (Pachukanis, 2017).

Isso ocorre devido à condição do mercado ainda não ser de forma generalizada, a produção ainda ser majoritariamente destinada ao consumo direto, e a troca de excedentes ocorrer de forma esporádica, limitada a necessidades imediatas e locais. Isso significava que o comércio, longe de ser uma prática generalizada, se restringia a intercâmbios pontuais, como aqueles realizados entre tribos ou comunidades vizinhas, onde a troca de mercadorias era uma exceção e não a regra que sustentava a economia (Netto & Braz, 2012).

Portanto, nesse estágio da civilização, as sociedades humanas ainda não dispunham das condições materiais necessárias para a constituição de um mercado, que existe a partir do capitalismo. Esse tipo de mercado pressupõe a existência de uma divisão do trabalho altamente desenvolvida, em que a produção e a troca de mercadorias se tornam uma necessidade essencial e cotidiana na sociedade, que se orienta através do lucro na mão dos capitalistas.

O comércio na antiguidade ainda não havia se desenvolvido a ponto de se estabelecer como economia mercantil. Embora Engels (2024) tenha mostrado o início do estabelecimento de uma moeda de troca, ainda não era condição material possível existir uma sociedade que se orientasse através do lucro financeiro, justamente por isso, como papel do Estado, a força direta, enquanto violência da instituição militar, era possível para controlar e garantir a relação de dominação de uma classe social (Pachukanis, 2017).

As relações de poder eram predominantemente mantidas através da força, e as normas jurídicas existentes eram muito limitadas, focadas na resolução de disputas específicas em vez de um sistema legal amplo que regulamenta um mercado de trocas mercantis. Foi somente com o avanço das forças produtivas e a ampliação do comércio que se estabeleceram as bases materiais para o desenvolvimento de um Estado e de uma forma jurídica mais estruturados (Pachukanis, 2017).

Nesse sentido, com a transformação histórica dessas sociedades, elas foram gradualmente substituídas por formações sociais baseadas na propriedade privada e na exploração do trabalho humano. Nessa nova configuração social, o Estado emergiu como necessidade estrutural, que reflete as novas relações de poder e as divisões de classe (Engels, 2024).

Para concluir essa breve contextualização histórica, da origem da civilização, aponta-se que, com tudo que foi apresentado, o leitor deve ter percebido, ou ao menos imaginado, a complexificação que as relações sociais tomaram. Esse avanço, ficou característico por apresentar contradições em sua forma, bem como definidas desde suas origens.

Desta feita, cabe destacar que a apresentação de todas essas formas de estruturas de relações sociais nasceram entrelaçadas umas às outras. Algumas aparentemente mais complexas que as outras, mas, todas voltadas para a manutenção do antagonismo de classes, ou seja, com objetivos de controle e dominação de opressores sob os oprimidos (Marx & Engels, 2019).

Evidentemente, o modo de organização que configurou a transição da barbárie para a civilização se ancorou profundamente nesse antagonismo. Isso significa, mais uma vez, que para a sociedade emergir, as opressões também tiveram de ser instituídas como parte integrante da organização social (Marx, 2023).

Essa realidade constitui a contradição fundamental que persistirá em todos os modelos de sociedade até então, que se trata da exploração e da dominação sob o trabalho do ser humano, e isso se esconde como elementos estruturais das relações sociais que surgiram com a civilização. E é importante frisar que, de acordo com Marx e Engels (2008), toda essa movimentação histórica da sociedade foi feita de maneira concomitantemente, em que, desde o princípio, na produção de excedentes, ou seja, da acumulação de riquezas, a sociedade escreveu sua história através da *luta de classes*.

1.2. A Civilização e/é o escravismo

Dessarte, o surgimento da civilização é resultado de várias transformações das relações sociais que eram até então baseadas em estruturas comunitárias, e em seguida, passam a constituir um sistemas de dominação e exploração mais complexo. Diante desta condição, como demonstrado, cria-se o momento histórico do modo de produção escravista (Netto & Braz, 2012).

Nesse andar do modo da sociedade se organizar, embora de maneira extremamente brutal, a escravidão tinha em seu mecanismo o desenvolvimento da sociedade, que permitia a acumulação de riqueza e a sofisticação do modo de viver, como também do comércio. Cuidadosamente, relembra-se o leitor de que a sociedade desde sua civilização apresenta suas contradições em sua forma, como o caso mencionado, pois todo desenvolvimento das sociedades do antagonismo de classe significa a exploração do trabalho humano (Marx & Engels, 2008).

Dito isso, rememora-se que a relação entre escravo e proprietário é profundamente marcada pela violência e pela coerção, justamente como manifestação concreta da contradição central da civilização. Essa relação antagônica, em que o trabalho forçado do

escravo gerava riqueza para o proprietário, representava uma forma inicial de acumulação, que também serviu como uma semente da complexidade das relações econômicas e sociais que se desenvolveram nas eras seguintes (Engels, 2024).

Com essa maneira de se organizar, entende-se que, em todas as relações sociais, em qualquer dinâmica e ato de se relacionar, a cultura e os valores também se estabelecem de maneira histórica. No período do modelo escravista clássico, por exemplo, a escravidão era a base orgânica da produção, de modo a estruturar diretamente as relações econômicas e sociais, como na Grécia e Roma antigas. Nesse contexto, a escravidão era aceita como uma condição natural e necessária para o funcionamento da sociedade, de forma a integrar a cultura e os valores dominantes da época (Marx & Engels, 2019).

Por outro lado, o escravismo moderno, presente no capitalismo mercantil e industrial, apesar de desempenhar um papel crucial na acumulação primitiva de capital, não constituía a base orgânica da produção, mas sim uma forma generalizada de exploração para viabilizar o comércio internacional e expandir o mercado (Marx, 2023). Ambas as formas de escravismo estão inseridas em sociedades de disputa antagônica entre classes, e, em cada contexto, as ideias dominantes que prevalecem são as da classe que detém o poder econômico e político (Marx & Engels, 2019).

Consequentemente, em todas as formas da sociedade, as ideias dominantes exerciam muito bem seu papel. Caso contrário, a desordem reinava sob a consequência da luta de classes, e a civilização, em suas condições históricas, voltaria ao seu estado primitivo. Como, por exemplo, com o tempo, o Estado foi configurado como instituição essencial para cada vez mais regular e controlar as relações de poder presentes na sociedade. Isso só foi possível pois se orientava sob uma regulação da dominação sob as ideias dominantes.

Evidentemente, os valores e a cultura do momento histórico se constituem com a orientação do pensamento dominante para adequar a humanidade em seu desenvolvimento. Isso ocorre através de uma forma de justificar a exploração como uma necessidade natural e/ou divina. Atua, assim, como uma ferramenta de controle que mascara as reais condições de opressão e exploração que sustentam a sociedade, e recebe o nome de ideologia (Marx & Engels, 2019).

E é muito bem perceptível sua manifestação na própria relação entre os proprietários e os escravos, pois nas instituições sociais, como o Estado, observa-se sua movimentação para resguardar valores da classe dominante. Ou seja, que mantém a relação de dominação, como a segurança da propriedade privada e a permissão da escravização do indivíduo. Essas ações cumpriam a função da perpetuação do poder na mão dos poderosos (Marx & Engels, 2019).

Dessarte, entende-se que a ideologia desempenha seu papel na manutenção da ordem social. No entanto, como em todas essas sociedades existe um conflito de classes, isso tudo não se deu de forma passiva, pois ao longo da história, houve resistências e levantes que desafiaram a estrutura dominante. Dessa maneira, pode-se observar a existência de tensões e contradições internas do sistema (Marx & Engels, 2019).

Em síntese, o funcionamento do sistema escravista ocorria com base em uma rígida hierarquia social, em que o escravo era visto como propriedade do senhor, sem nenhum Direito ou autonomia. A escravidão, na prática, representava a negação total da humanidade do indivíduo escravizado, que era reduzido a um mero instrumento de produção forçado a realizar trabalhos exaustivos sem qualquer compensação, a não ser a sobrevivência mínima, que muitas vezes era precária.

Nesse tempo, as punições corporais eram uma prática comum para manter a disciplina e reforçar o domínio dos senhores. Além disso, a possibilidade de vender ou transferir escravos como produtos demonstrava os escravos como total desumanização a que estavam submetidos. Já a classe dominante, que era minoria em comparação ao número de pessoas, vivia sob a normalização de seus atos, com a acumulação de riqueza produzida pelos resultados do fruto do trabalho de seus escravos (Engels, 2024).

Consequentemente, da mesma maneira que em seu início, a produção de excedente como resultado da exploração levou a um maior desenvolvimento do comércio e, como supramencionado, isso significou a geração de riqueza, pois, a produção em larga escala nas plantações, impulsionada pelo trabalho escravizado, gerava lucros significativos para as classes dominantes. E isso só foi possível pela ampliação do comércio em distintas terras. Como grande exemplo desse período, o leitor pode ver o Império Romano (Netto & Braz, 2012).

No Império Romano as fazendas, as indústrias artesanais e até as tarefas domésticas nas casas dos mais ricos dependiam da força de trabalho escravizada. A grande escala da produção agrícola nas vilas romanas, por exemplo, sustentava, além do consumo interno, a exportação de alimentos e bens manufaturados para todas as regiões do império (Engels, 2024).

Com isso, o antagonismo de classe se complexificou. O movimento histórico da produção em massa, que foi mencionada, possibilitou o acúmulo de riquezas nas mãos da aristocracia romana, e, ao mesmo tempo, milhões de pessoas eram cada vez mais brutalmente escravizadas, o que desmascara as contradições que eventualmente levariam ao desgaste desse modelo (Netto & Braz, 2012).

No entanto, apesar de sua aparente solidez, em um determinado momento histórico o sistema escravista chegou em seus limites e começou a enfrentar crises internas que levariam à sua superação. Esse momento combinado de crescentes resistências e o desgaste das forças produtivas, marcou o fim de uma era, e preparou o terreno para o feudalismo.

Portanto, como exposto por Engels (2024), durante o auge do modo de produção escravista no Império Romano, o Estado agravou-se progressivamente como uma *máquina* de exploração. Isso ocorreu porque o Estado se voltava, quase exclusivamente, para extrair recursos de seus súditos, com sobrecarga de impostos e obrigações pessoais institucionais.

O modelo econômico do Império Romano dependia diretamente da expansão territorial e das conquistas militares, que alimentavam o sistema com prisioneiros de guerra convertidos em escravos. Esse aumento drástico do número de escravos resultou na criação de uma classe de oprimidos que sustentava a produção agrícola e artesanal em larga escala, o que gerou riquezas para os grandes latifundiários (Engels, 2024).

Entretanto, essa dependência exagerada do trabalho escravo provocou graves desequilíbrios sociais e econômicos. Os pequenos proprietários rurais e os trabalhadores livres, que não podiam competir com a numerosa mão de obra escrava disponível aos grandes proprietários, foram gradualmente empurrados para as cidades. No entanto, a vida urbana também enfraquecia-se devido à corrupção e à má administração estatal (Engels, 2024).

Dessa forma, a desigualdade e a miséria aumentaram, com a riqueza concentrada nas mãos de poucos e a maior parte da população, especialmente os escravos, em condições precárias. Esse cenário agravou as tensões internas do império, e assim, evidenciou uma marca que perdurou em toda a civilização até os dias atuais (Netto & Braz, 2012).

Com o aumento do número de escravos, as dificuldades de gestão e controle também se intensificaram, o que resultou em insurreições que minaram ainda mais a estabilidade do Império. A produtividade dos escravos, sem qualquer incentivo além da coerção, começou a declinar, e agravou a crise econômica. A pressão sobre as finanças públicas aumentava à medida que a administração do Império tornava-se cada vez mais custosa e ineficaz (Engels, 2024).

A corrupção e as extorsões praticadas por governadores, fiscais e soldados intensificaram ainda mais a opressão sobre a população. O Estado, outrora elemento de unificação do Império, transformou-se em sua maior ameaça e, assim, impôs uma ordem interna cada vez mais destrutiva. Nesse contexto, os bárbaros passaram a ser vistos como potenciais libertadores, em contraste com a crescente opressão estatal (Engels, 2024).

As grandes propriedades rurais, antes sustentadas pelo trabalho escravo, começaram a desmoronar, o que levou à necessidade de uma transição para pequenas propriedades, muitas vezes arrendadas a colonos que, embora não fossem tecnicamente escravos, também não gozavam de plena liberdade. Esse processo deu início ao surgimento de uma nova forma de subordinação que caracteriza a servidão medieval e o período feudal subsequente (Engels, 2024).

Com as crises internas e a crescente instabilidade, o comércio e a indústria, que nunca foram o foco central dos romanos, declinaram significativamente. Esses fatores combinados conduziram a uma crise insustentável que, juntamente com as invasões bárbaras, culminou no colapso do Império Romano e, assim, marca também o início do fim do modo de produção escravista (Netto & Braz, 2012).

Além dos fatos apresentados, a potência libertadora dos bárbaros também estava no seu cerne organizacional, ainda estruturado no modelo primitivo da gens e da família. Essa relação, na qual a civilização foi tomada pelos bárbaros, possibilitou o desenvolvimento de uma nova civilização, com uma estrutura diferente da anterior, mas que ainda mantinha o traço do antagonismo entre classes (Engels, 2024).

1.3. Do escravismo para a servidão

Durante o período de transição, um elemento central que merece destaque é o surgimento e a consolidação do cristianismo. Diferentemente de outras crenças e religiões que se desenvolveram em sociedades antigas, o cristianismo apresentou uma relação singular com as classes oprimidas. A sua propagação permitia a inclusão de diferentes culturas e pessoas, inclusive aquelas que viviam sob o jugo da escravidão (Engels, 1882).

Ao oferecer uma mensagem de esperança e promessa de melhores condições em uma outra vida, o cristianismo atraiu as massas escravizadas, que, em meio a sofrimentos intensos, viam na nova fé uma forma de alívio espiritual e esperança. A mensagem cristã era uma resposta ao desespero daquelas que, esgotadas pela exploração, encontravam nela um refúgio contra as opressões do sistema escravista romano, que se tornava insustentável (Engels, 1882).

A mensagem de redenção e libertação prometida pela religião cristã ecoava fortemente entre os oprimidos, especialmente os escravos, que buscavam consolo em uma crença que lhes oferecia a perspectiva de liberdade, mesmo que apenas após a morte (Engels,

1882). Esse fator foi crucial para a disseminação e solidificação do cristianismo durante o processo de transição que se desenrolava no declínio do Império Romano.

Em vista dessa dinâmica, o Império Romano reconheceu a importância estratégica de se adequar ao cristianismo, e o aderiu como uma estratégia adicional de controle social, e que se tornava uma estrutura independente do Estado e das outras formas. Esse papel de pacificação e justificação da opressão foi central para garantir a estabilidade do poder em um momento em que o império já estava em crise (Engels, 1882).

À medida que a Igreja sob o cristianismo se consolidava, ela assumiu um papel de liderança na manutenção das estruturas sociais existentes. O cristianismo, longe de ser apenas um alento espiritual, tornou-se uma ferramenta sofisticada de dominação e legitimação da desigualdade social.

Sob o argumento de que a servidão e a subordinação faziam parte de uma ordem divina, a Igreja agiu como um agente propagador da ideologia que justificava a exploração das classes inferiores, o que garantiria o controle das massas. Por volta do século V, a Igreja já havia acumulado vastas porções de terra, e assim se consolidava como uma instituição proprietária de terras, o que reforçava, ainda mais, sua influência na sociedade (Engels, 1882).

O acúmulo de terras pela Igreja, e seu poderio econômico crescente, representava mais do que um aspecto espiritual; a Igreja, agora uma das maiores proprietárias de terras, começou a influenciar diretamente a economia rural e as estruturas políticas emergentes. Com o tempo, o cristianismo assumiu um papel central na estrutura de controle social, através do controle moral/espiritual com base em justificativas religiosas (Engels, 1882).

O uso das crenças para consolidar o poder da classe dominante tornou-se um instrumento eficaz de manutenção da ordem e do *status quo*, através da justificativa de práticas como a servidão e a expropriação dos bens dos servos. Nesse contexto, a Igreja agiu para reforçar a dominação dos senhores feudais e se apresenta como uma importante forma de solidificação das bases do feudalismo emergente. A legitimação da servidão, propagada pela Igreja como parte de uma ordem divina, foi essencial para garantir que a nova elite feudal mantivesse sua autoridade sobre os servos, de maneira a utilizar tanto do poder espiritual quanto do controle sobre os recursos materiais (Engels, 1882).

Esse processo de transição foi profundamente marcado por um rearranjo nas relações entre as classes. Após o colapso do Império Romano, a população oprimida enfrentava insegurança alimentar, violência e precariedade de moradia. Os grandes proprietários de terras apresentaram uma *solução* na forma de *contratos de servidão* (Braz & Netto, 2012).

Esse contrato estabelecia que os servos, em troca de proteção e de um espaço para viver, deveriam se dedicar à terra do senhor, e assim ficavam presos à propriedade e forneciam boa parte de sua produção para os senhores feudais. Esse novo pacto social, portanto, estruturou uma forma de exploração menos direta do que o trabalho escravo, mas ainda altamente expropriadora, com um controle mais sofisticado sobre os servos.

O sistema feudal, assim, era caracterizado por uma clara divisão de classes e por uma nova relação entre o senhor e o servo. O senhor feudal, além de deter o poder sobre a terra, controlava também a vida dos servos, que eram subordinados a ele economicamente, e em termos de proteção militar (Marx & Engels, 2019).

A nobreza se resguardava em grandes castelos, enquanto os servos, em suas modestas moradias, dependiam do sustento que extraíam da terra. Embora os servos tivessem agora um incentivo maior para a produção, o sistema continuava a expropriar boa parte do fruto de seu trabalho e assim fortalecia a perpetuação da desigualdade.

Ao mesmo tempo, a Igreja reforçava essa estrutura, ela também cobrava tributos como o dízimo, de maneira a exercer ainda mais pressão sobre os servos. Essa relação, sob a égide de uma *ordem divina*, garantida pela Igreja, fortalecia a dominação dos senhores sobre os servos e assegurava a continuidade da exploração do trabalho sob novas formas.

A geografia das terras no feudalismo refletia essa divisão de poder. Havia áreas reservadas para a nobreza, onde ficavam os castelos e os altos clérigos; áreas para os servos, onde moravam e cultivavam a terra; e um terreno comum, como os bosques, acessíveis a todos, mas dominados pela nobreza. Essa divisão espacial reforçava a separação social e econômica entre as classes, o que consolidava ainda mais o poder da nobreza sobre a classe dos servos (Braz & Netto, 2012).

Ademais, como já mencionado, o feudalismo é um modo de organização em que se reformulam as condições da civilização até então. Isso ocorreu devido às limitações que o escravismo apresentava, sobretudo, para a ampliação da produção de riqueza, o que consequentemente, levaria também à ampliação da desigualdade.

Em geral, do modo de produção escravista, o feudalismo herda diversas questões estruturais, mas algumas são fundamentais para entender a transição de um sistema a outro. Entre essas heranças, pode-se destacar a apropriação massiva de terras pela nobreza. Essa

apropriação, já presente no fim do escravismo, intensificou-se à medida que as relações de poder foram reorganizadas após a queda do Império Romano¹¹ (Engels, 2024).

A nobreza, então, consolidou seu controle sobre vastas extensões de terra, que se tornaram um fator excepcional para a economia feudal, visto que a base para esta economia estava na terra e na exploração do trabalho servil. Paralelamente, houve uma ampliação da agricultura, que, durante o feudalismo, passou a ser organizada sob uma lógica mais descentralizada, embora intensamente controlada pelos senhores feudais (Marx, 1985).

No entanto, não foi apenas a terra que representou uma continuidade entre os dois modos de produção. O feudalismo também herdou do escravismo o desenvolvimento/sofisticação de outras formas de relações sociais, como o Estado, a Igreja e a família, que passaram por significativas transformações, mas mantiveram traços da ordem anterior. Como é possível observar, as principais condições são o antagonismo de classes e a exploração do homem pelo homem.

O Estado, embora fragmentado, continuava a exercer controle sobre as classes trabalhadoras, sobretudo por meio da aliança com a Igreja, que legitimava essa nova estrutura social e a posição de privilégio da nobreza (Engels, 2024). A Igreja, por sua vez, além de desempenhar um papel central na ideologia, também se consolidava como grande proprietária de terras, e assim reforçava sua influência política e econômica (Engels, 2020).

Ademais, para o desenvolvimento dessas novas formas de organização, foi necessário incorporar também elementos das estruturas sociais dos chamados *bárbaros*, que venceram o Império Romano. Os povos germânicos, com suas formas primitivas de organização social baseadas no parentesco e na posse coletiva de terras, trouxeram consigo a ideia de uma economia voltada para a subsistência e de uma organização militar comunitária (Engels, 1882).

Essa interação entre o escravismo romano e as formas tribais germânicas resultou em uma reformulação completa das estruturas sociais, o que possibilitou uma síntese que moldou o feudalismo europeu sob um novo modelo de organização, com velhas raízes na exploração. Nesse sentido, é importante frisar que a sofisticação e a adequação das necessidades materiais da classe dominante sob estruturas do estado (com ele as forças armadas), da família monogâmica, da igreja, do Direito e também da alienação, foram excepcionais para manter o sistema (Marx, 2011; Engels, 2020; Netto & Braz, 2012).

¹¹ Inicialmente o Império Romano se divide em dois, o Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e o Império Romano do Oriente -conhecido como Império Bizantino-, com capital em Constantinopla, o primeiro cai, o segundo permanece por mais tempo, mas isso não será tratado aqui.

Nesse contexto, o sistema servil, que já começava a se delinear no final do Império Romano, assumiu um caráter central no novo arranjo social, e caracterizou as diferenças do trabalho escravo pela natureza da exploração e do controle sobre o trabalhador. No feudalismo, o servo, embora vinculado à terra, possuía uma relação diferente com o senhor feudal, onde o trabalho era expropriado de maneira mais indireta, mas ainda profundamente enraizada na exploração da força de trabalho (Marx, 2011).

Como consequência, esse novo modelo de organização de trabalho, estruturou uma forma de exploração que, embora menos brutal em sua aparência do que o escravismo, mantinha as classes oprimidas em uma relação de total dependência com os proprietários de terra. O que significou uma sofisticação da exploração do trabalho a partir de uma forma alienada sobre o trabalhador, que agora obtinha mais incentivos para trabalhar, mas, também, mais dívidas com seus expropriadores. Com isso, aumentava-se mais a riqueza na mão desses parasitas (Marx, 2011).

Como pode ser observado, no feudalismo o espaço de desenvolvimento do modo de produção é predominantemente no campo, diferente do escravismo que tinha uma centralidade em espaços urbanos. No entanto, isso não significou o fim das cidades, pelo contrário, nesses espaços nasciam uma nova classe, os comerciantes/burgueses.

No mesmo modo de divisão de trabalho que existia nos feudos, em que a nobreza se apropriou do trabalho dos servos, uma relação semelhante nascia no comércio. Embora de tamanho reduzido e insignificante para o aumento de riqueza até o início das cruzadas, em que o comércio pode se expandir, a dinâmica na produção contava com quem tinha os meios de produção e quem tinha a força de trabalho, o que inicialmente não colocava esses dois agentes tão distantes assim.

No interior desse modo de produção, diversas desavenças por poder de terra foram travadas, principalmente depois do século V. Como observado por Marx (2011), o dinheiro não era o meio de troca dentro dos feudos, embora ainda existisse essa relação, só que de forma muito pequena, comparada com a relação econômica de servidão da estrutura feudal. Mas até então, o maior significado de poder era possuir terras.

Nesse intuito, observa-se que à medida que o trabalho servil se consolidava nas grandes propriedades rurais, a produção agrícola começou a gerar excedentes, o que permitiu o comércio entre diferentes feudos e regiões. Por conseguinte, surge a necessidade de uma maior circulação de produtos, juntamente com a reorganização das atividades produtivas, especialmente no campo, o que criou um ambiente favorável ao desenvolvimento de centros urbanos, onde o comércio e o artesanato passaram a ter um papel de destaque (Engels, 1882).

Para a classe dominante isso resultou em um problema seríssimo, pois, como citado, a terra era um marco de possuidores de riqueza, e a locomoção em suas terras e a circulação de dinheiro entre os seus servos poderia significar diversas perdas. Não à toa, nesse período foram registrados vários conflitos pela terra, pelo poder do controle social. Esse conflito será marcado entre os senhores feudais e a monarquia que se ergueu sob o resultado de várias heranças e maior domínio por terras.

Desta maneira, a monarquia se estabelece um poder de centralização nas cidades, em que ao mesmo tempo que acumulava como parasitas impostos sobre a força de trabalho, reprimia com aval do Direito e da igreja, com as forças militares, toda a população. Ademais, com o crescimento das cidades e o aumento do comércio, impulsionado pelas Cruzadas, a estrutura econômica começou a se diversificar e a desafiar o feudalismo, que até então predominava.

Esse processo de transformação não ocorreu de maneira isolada, mas foi parte de uma complexa rede de mudanças sociais e econômicas que tiveram implicações profundas tanto nas cidades quanto no campo. Um outro ponto muito importante foi que, com a abertura das rotas comerciais para o Oriente, ocorreu um aumento significativo da circulação de mercadorias e, conseqüentemente, do dinheiro. Esse fator foi essencial para impulsionar a economia urbana e favorecer o surgimento da burguesia (Netto & Braz, 2012).

Nas cidades, o comércio passou a desempenhar um papel central. Ao contrário do campo, onde o poder era determinado pela posse da terra e pela exploração do trabalho servil, nas cidades a riqueza era cada vez mais acumulada por meio do controle das mercadorias e do capital mercantil. No entanto, a predominância da organização ainda estava concentrada no campo.

Mas, essa nova dinâmica colocou em xeque o poder da nobreza feudal, que começava a perder sua influência à medida que o dinheiro se tornava a principal forma de riqueza e o comércio internacional crescia (Engels, 1882). Os mercadores e artesãos, organizados em corporações e ligas, passaram a representar uma força econômica que desafiava a ordem feudal tradicional.

Nesse contexto, o dinheiro começou a desempenhar um papel muito mais importante. Antes, no interior dos feudos, o dinheiro tinha uma função limitada, em que as trocas eram principalmente realizadas em espécie. Porém, com o crescimento das cidades e do comércio, o dinheiro tornou-se o principal meio de troca e o principal símbolo de riqueza (Marx, 2011). Esse fenômeno gerou novas formas de exploração, mais complexas e indiretas do que a

servidão agrícola, mas ainda profundamente ligadas à expropriação da força de trabalho, agora no contexto urbano.

Portanto, as Cruzadas, além de ampliarem as rotas comerciais, trouxeram para a Europa um dinamismo que acelerou o processo de urbanização, e, também, foram um acontecimento chave para o início do declínio da predominância do feudalismo. As batalhas das cruzadas ocorreram entre os séculos XI a XIII, mas como mencionado anteriormente, em meio a seu processo, fortalece-se a expansão do comércio, que a partir de várias formas atingiu o limite do modo de produção da época (Netto & Braz, 2012/ Marx, 2011).

As cidades se tornaram centros de comércio e produção artesanal, e assim fomentou o surgimento de novas classes sociais, como os comerciantes e trabalhadores urbanos. Esse processo também intensificou a circulação de moedas, o que aumentou a monetização da economia, elemento essencial para o desmoronamento das bases feudais. Assim, enquanto o campo permanecia atrelado às relações de servidão, as cidades começavam a vislumbrar novas formas de organização econômica e social (Braz & Netto, 2012).

Ao mesmo tempo, as disputas por poder e terra continuavam. A nobreza, embora ainda poderosa, começava a ver seu domínio ameaçado por essa nova classe emergente. Marx (2011) observa que, enquanto os servos ainda estavam atrelados à terra, os comerciantes e burgueses começaram a se distanciar das limitações feudais, e assim, impulsionava uma nova forma de acumulação de riqueza.

A posse de terras, antes o maior símbolo de poder, começou a ser eclipsada pela acumulação de dinheiro e mercadorias. A nobreza, para se sobressair nas guerras diretas ou indiretas, começou a utilizar do dinheiro para contratar mercenários, portanto, para conseguir isso, também foi preciso realizar uma aliança com a burguesia. Assim se iniciou uma relação de parceria entre as duas classes até certo tempo (Engels, 1882).

Essa parceria se estendeu para muito além do empréstimo de dinheiro para se ganhar guerras. Foi através dessa relação que se germinou a acumulação de riqueza pelas novas nações que se formavam, e que, por conseguinte, também significava a cumulação de riqueza para quem investia nisso, nesse caso, a burguesia. O que leva a uma acumulação primitiva para o futuro modo de produção capitalista.

Como grande exemplo podem-se observar as expedições de invasão e roubo dos europeus sobre as Américas. Tratou-se do processo de colonização. Momento no qual se sabe que muito sangue foi derramado, com o processo de escravização e implementação de uma cultura colonial, em que também foram realizados diversos saques sobre os recursos naturais. Esse processo foi extremamente importante para a chamada acumulação primitiva, pois a

acumulação de riqueza, para além das fronteiras dos centros comerciais, deu um avanço significativo e que se estrutura até o presente (Marx,2023).

Para tanto, sem esse movimento histórico, o capitalismo não poderia se desenvolver. Consequentemente, a acumulação primitiva é um embrião do capitalismo, as relações sociais e as dinâmicas econômicas estabeleceram a estrutura do desenvolvimento do modo de produção baseado na exploração da força de trabalho do homem (Marx, 2023).

Deste modo, a acumulação primitiva é marcada por uma violenta desapropriação dos povos originários, servos, camponeses e artesãos, e assim, transfere os meios de produção para as mãos emergentes da classe capitalista. Assim, surge uma classe despossuída de propriedade e forçada a vender sua força de trabalho para sobreviver, é a formação do proletariado (Marx, 2023).

Ainda, com o desenvolvimento das corporações de artes e comerciantes nas cidades, surgiram novas relações de trabalho, visto que para a produção das mercadorias o trabalhador deveria exercer sua força de trabalho. Para tanto, os servos mais antigos se tornaram trabalhadores, e venderam sua força de trabalho para sobreviver, principalmente nos centros urbanos, e assim, se configura agora, com maior expressão, a classe do proletariado (Netto & Braz, 2012).

Como já mencionado, a relação entre os burgueses e os proletariados, inicialmente, isto é, durante o modo de produção feudal, não se tratava de duas classes antagônicas. Isso porque, o burguês naquela época não tinha a apropriação da riqueza produzida, que se deu pela posse de terras.

No entanto, no momento em que o comércio se expande, por vários motivos a circulação de dinheiro começa a correr, dessa forma, o dinheiro se torna a base de valor de quem detém a riqueza. Em vista disso, o burguês começa a se tornar o detentor da riqueza produzida pela classe do proletariado (Marx, 2023).

A história mostra que durante esse período de aliança de classes da burguesia com a monarquia, que é um ponto chave para esta última se tornar vitoriosa perante os senhores feudais, também significou uma traição para com a classe burguesa. Pois impostos financeiros e Direitos continuaram a ser mantidos com as pessoas do *sangue real* (Engels, 2020).

O que por diversas consequências, levaram a classe burguesa a se tornar uma classe revolucionária, protagonista de sua revolução, que junto com a aliança com o proletariado, resultou na construção de novos tempos. Pois, iniciava-se a partir das revoluções burguesas como marco, o modo de produção capitalista (Netto & Braz, 2012).

Outrossim, no modo de produção feudal, mesmo com suas crises internas, foi uma época marcada pelo antagonismo de poderosos sobre oprimidos, como a monarquia e os senhores feudais que se enriqueciam com o trabalho dos servos ou do proletariado. Mesmo com a ascensão de alguns trabalhadores *livres* para a classe da burguesia, esta só foi garantir seu lugar de disputa como classe opressora com o fim deste modo de produção, embora, com o desenvolvimento das cidades, os comerciantes já apresentassem diferenças com a classe trabalhadora, pois começaram o período da acumulação de riqueza em forma de dinheiro.

Dessa maneira, esse movimento se desenvolveu após as relações no comércio, especificamente na fabricação da mercadoria, se sofisticarem. No período de auge do feudalismo, por volta do séc. XI, as fabricações de mercadoria eram bem artesanais, passada de mestre para aprendiz, que na maioria das vezes, herdava o pequeno comércio de seu patrão (Engels, 2020).

Mas, após a expansão do comércio com as cruzadas, que permitiu a acumulação de dinheiro do burguês, a relação entre ele com seu funcionário mudou, e seguiu a mesma linha de divisão social que os feudos, em que uns obtinham os meios de produção e o outro obtinha a força de trabalho. Portanto, coube aos novos aprendizes não herdar mais os pequenos comércios, que também deixaram de ser pequenos, e aos poucos se transformaram em indústria, com mais trabalhadores e estilos e formas de trabalhar cada vez mais complexas.

Também é importante ressaltar que, durante o feudalismo, viu-se que a instituição do estado também se sofisticou no controle social da população. Tanto como um estado no campo, com os senhores feudais e a nobreza, quanto na decadência do feudalismo, nas cidades com as monarquias, o Estado era responsável pela violência na cobrança de impostos ou serviços do povo, o que resultou em uma profunda crise de miséria para a maioria e a soberba de produtos pela minoria dominante.

Essa violência ocorre por meio das forças militares, que como supramencionado, ou era composta por nobres - especificamente nos casos dos feudos - ou era composta por mercenários ou demais prestadores de serviço, como ex-servos. Consequentemente, nessas épocas, assim como todas na história da civilização, ocorreram várias revoltas da classe oprimida contra a classe opressora, mas, que ainda, pelas condições materiais da época, não tinham maneira de sustentar uma revolução que acabasse com a exploração do homem pelo homem (Netto & Braz, 2012).

1.4. Revoluções burguesas e o capitalismo

Nesse ínterim, entende-se que as condições materiais da sociedade já não encontravam no modo de produção feudal condições para se sustentar. O campo se esvaziava, enquanto as cidades se amontoavam, pois ocorria a expropriação das terras transformadas em propriedade privada, e a classe oprimida via a possibilidade de uma evolução significativa em suas vidas na transição de um trabalho de servidão para um trabalho livre.

Obviamente, nesse movimento, como já mencionado, a monarquia como uma classe sanguessuga incomodava as engrenagens da nova sociedade que surgia. A partir do renascimento do comércio, e com a consequência do enriquecimento da classe burguesa, culturas e teorias contraditórias ao que sustentava a igreja cristã até então, começaram a ser retomadas, como o movimento de olhar para o homem, e não para Deus (Engels, 2023).

Como exemplo desse movimento, basta retomar o surgimento da Igreja protestante. Diferente da linha de raciocínio da Igreja católica, que justificava o sangue real para alguns e a miséria para outros sob uma vontade divina, e que também proibia a acumulação financeira para esses que não eram divinamente escolhidos, a Igreja protestante nasce com a mesma linha e lógica do pensamento burguês (Engels, 2023).

Portanto, esse renascimento cultural que ocorre com o avanço para a classe burguesa, gera condições para colocá-la, neste momento histórico, como uma classe revolucionária. Durante esse período, a visão que marca a burguesia sobre esse processo é o foco na capacidade humana de transformar a realidade, e não mais a vontade divina como justificativa para manutenção do regime do antagonismo de classes (Engels, 2023).

Como complexificação destes resgates teóricos, muitos realizados através expansão comercial, que pode ser vista como uma pré-globalização, permite-se uma maior universalização de conhecimentos, como até mesmo o resgate dos estudos que ocorriam no modo de produção escravista, como as filosofias de Sócrates, Platão e Aristóteles. De maneira mais geral, toda essa condição será aos poucos transformada na cultura ilustrada, que, em outras palavras, será a fundamentação teórica para as revoluções burguesas (Engels, 2023).

Nesse contexto, a burguesia desempenhou um papel fundamental na liderança da derrubada das estruturas feudais e monárquicas, o que abriu caminho para a estruturação do sistema capitalista e promoveu os ideais da cultura ilustrada que são o de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa revolução burguesa abriu caminho para o surgimento do capitalismo industrial e a expansão das forças produtivas (Netto & Braz, 2012).

Nesse estágio revolucionário, a burguesia buscou reformas sociais e políticas que estavam alinhadas com seus próprios interesses de classe, de modo a desafiar as elites feudais

e aristocráticas que detinham o poder anteriormente. Por consequência, a classe burguesa com auxílio da classe trabalhadora, desempenhou um papel fundamental nas revoluções liberais, como base nas diretrizes da cultura ilustrada que principalmente, na economia política clássica¹². Por meio disso, encontraram respostas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista (Netto & Braz, 2012).

Entretanto, à medida que o capitalismo se consolidava e a burguesia emergia como classe dominante, os seus interesses caminhavam no sentido da preservação do sistema capitalista, o que fez com que deixassem de lado a procura de mudanças efetivamente sociais. Isso levou a uma transformação dos próprios ideais da cultura ilustrada, a qual perdeu a sua relevância para a classe burguesa conservadora.

À medida que o capitalismo se consolidou e a burguesia se tornou a classe dominante, seus interesses se voltaram mais para a preservação do sistema capitalista. Nesse momento, ela deixou de ser revolucionária e, com isso, passou a explorar a classe trabalhadora e a defender os interesses do capital. Para tanto, é nesse novo estágio que a burguesia se tornou uma classe reacionária, conservadora e dedicada à manutenção do sistema capitalista (Marx, 2023).

Portanto, a classe burguesa já foi revolucionária em sua fase inicial, mas os autores alertavam para sua transformação subsequente em uma classe conservadora que buscava proteger o sistema capitalista e perpetuar as desigualdades sociais. Essa mudança de perspectiva da burguesia refletiu a análise crítica de Marx, Engels e de outros socialistas sobre a natureza do capitalismo e sua convicção de que a luta de classes desempenhava um papel central na evolução da sociedade (Marx & Engels, 2008).

Deste modo, cabia à burguesia revolucionária utilizar da ciência com orientação da cultura ilustrada para auxiliar na interpretação e transformação da realidade. Coube principalmente à economia política clássica desenvolver uma teoria social que fosse capaz de apresentar explicações para entender a sociedade que se vivia, para explicar a origem, o surgimento e o funcionamento das instituições sociais, de modo a partir da análise de produção (Marx, 2023).

A economia política clássica, como fruto de pensadores da burguesia, tem como principais representantes Adam Smith e David Ricardo. Netto e Braz (2012) sintetizaram duas características centrais do período clássico da economia política, são elas: a) O interesse

¹² Não é de longe a única escola com inspiração na cultura ilustrada, como a própria Psicologia também é, mas, nesse momento, toma-se de maior exemplo ela, para demonstrar didaticamente todo o processo histórico necessário para compreensão do leitor sobre posteriormente a vulgarização da ciência e a Psicologia no meio desse tema. .

em compreender a nova sociedade que surgia sob a crise das instituições do feudalismo ocidental - Antigo Regime -; b) A naturalização e perpetuação das principais descobertas, através da *razão humana*, das categorias e instituições econômicas (como dinheiro, mercadoria e propriedade privada).

Como horizonte para a transformação que se andava na sociedade, as ideias da cultura ilustrada buscavam fomentar um projeto de emancipação humana. Trata-se, resumidamente, dos ideais, já mencionados, sobre liberdade, igualdade e fraternidade, que, postos como horizonte, deveriam ser o grande lema e prática da nova sociedade que se erguia através da condução da burguesia revolucionária.

O problema é que para dentro dos horizontes burgueses, estabelecia-se uma emancipação das relações de dependência pessoal, não a humana, como originalmente se esperava. Isto porque a proposta fundada sob a sociedade burguesa não visava uma transformação definitivamente social, pois não permitiu o fim da sociedade de classes, pelo contrário, intensificou-a nos novos moldes da vida humana, de forma a acarretar a continuação da relação de exploração (Marx, 2023).

De fato, as revoluções burguesas caminharam para uma emancipação política, ao contrário do que se tinha no feudalismo. Uma maior liberdade política foi fundamental para que o capitalismo se erguesse como sistema vigente. No entanto, por não se tratar de uma transformação que extinguisse a exploração do homem pelo homem, a emancipação humana ficou existente apenas em discursos, bem longe da realidade da maioria do povo trabalhador, que junto com os burgueses, anterior às revoluções, se encontravam nas mesmas condições de tratamento social.

À vista disso, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tanto frisados pela burguesia revolucionária, se tornaram na prática relações de mercado, que se manifestam na superfície como relações livres e entre iguais, mas que ocultam as relações de exploração subjacentes, com a estruturação do novo sistema social político. Com a extinção do antigo regime, uma nova classe assume a ponta da hierarquia social, pois agora, com o domínio das novas instituições, a burguesia se distanciou agressivamente da classe trabalhadora. Isso possibilitou uma relação de antagonismo em duas classes sociais, entre burgueses e trabalhadores (Marx & Engels, 2008).

Toda a cultura e o ideal que orientavam a burguesia revolucionária, esmagam-se por si próprios, de maneira a conseguir uma maior *liberdade para o indivíduo*, em relação com a organização social anterior. Todavia, enquanto isso, como já aludido, a emancipação humana

se perdeu da luta prática, pois agora a burguesia não atuava mais como revolucionária, ela se tornou uma classe conservadora. Essa mudança atingiu toda a estrutura da sociedade.

Com as novas organizações, a classe trabalhadora continuou a ser explorada. Não como antes, presa a valores de uma dependência social perante a nobreza e a monarquia, mas agora jogada em meio a uma dependência econômica-social, o que a deixa, ainda, marginalizada em referência à riqueza que a mesma produzia. Com o movimento de se transformar a burguesia em conservadora, os valores do capitalismo e das contribuições que a economia política clássica fundamentaram se apresentaram de uma forma diferente.

O movimento de transformação da classe burguesa, de revolucionária para conservadora, se deu após as revoluções, em que a então classe conservadora e parasita do antigo regime foi extinta, de forma a deixar uma lacuna na hierarquia, que foi assumida pela classe burguesa. O movimento da burguesia então, para manter as instituições sociais de acordo com a transformação capitalista, é a de manutenção do sistema, isto é, avançar dentro dos limites colocados pelo próprio modo de produção capitalista (Marx, 2023).

Antes de entrar em mais detalhes dessa mudança, precisa-se tomar nota de uma questão muito importante nos conflitos sociais. Sabe-se que os ideais da cultura ilustrada sucumbiram com a ascensão da burguesia na harmonia social da nova ordem estabelecida, no entanto, por mais que a então burguesia revolucionária assumisse o papel de vanguarda, a classe trabalhadora, que esteve junto na luta social para derrubar o antigo regime se viu abandonada e traída por não atingirem os ideais prometidos.

Desta forma, com a nova sociedade capitalista que se estabelecia, os ideais que eram até então defendidos por um movimento contra o antigo regime deixaram de ser importantes para a classe burguesa. Contudo, não deixaram de sê-lo para a classe trabalhadora, que por se tratar de ser a classe que sofre com a exploração, e que apropriou-se dos ideais da emancipação humana.

Nesse novo cenário, trata-se de uma luta definitiva para o fim da exploração do homem pelo homem. Pois, diferente da classe burguesa, com a revolução operária “os proletários não têm nada a perder nela, além de seus grilhões” (Marx & Engels, 2008, p.64). Com essa apropriação da luta da emancipação humana pela classe trabalhadora a luta Socialista germinou.

O conservadorismo, defendido pela recém classe hegemônica, a burguesia, se mostrou presente em todas as instituições de controle social, inclusive no campo teórico. Desta forma, volta-se para a cultura ilustrada e a economia política clássica, que não conseguiam mais apresentar contribuições para a burguesia conservadora. Portanto, a partir desta mudança do

pensamento burguês, o caminho dos ideais revolucionários e da ciência burguesa mudam significativamente.

Por consequência, como a revolução burguesa nasce das entranhas da exploração do antigo regime, as razões pela revolução dos trabalhadores - socialista - nascem como resultado da própria exploração sofrida pelos trabalhadores no modo de produção capitalista, pela burguesia conservadora. Nessa intenção, é importante compreender que o trabalhador é necessário para a burguesia, pois é quem produz, então, o burguês precisa do trabalhador e de sua função para manter a existência do modo de produção capitalista (Engels, 2010).

No entanto, a classe burguesa, que não produz e se encontra detentora dos meios de produção, não é necessária para a construção de um mundo emancipado, por isso a luta socialista ao se apropriar das ideias de emancipação humana caminham para a extinção das classes sociais. Assim, essa mudança, tira a burguesia da categoria de vanguarda revolucionária e, os trabalhadores assumem o posto de classe revolucionária (Marx & Engels, 2008).

Desse jeito, entende-se que a possibilidade de uma classe ser revolucionária depende de diferentes momentos históricos, e isso está intrinsecamente relacionado às contradições e aos interesses de classe específicos do contexto em questão. Como já dito, a burguesia desempenhou esse papel ao se apresentar como defensora dos interesses universais no seu período revolucionário, mas objetivamente não pode sê-lo, porque seu projeto depende de manter a exploração.

Nesse contexto, o proletariado emergiu como uma classe potencialmente revolucionária, originalmente subjugada e explorada. Portanto, sua luta está ligada à superação das contradições e explorações existentes no sistema capitalista. Assim, o proletariado passou a representar os interesses universais da emancipação humana, uma vez que sua busca por melhores condições de vida, igualdade social e justiça estava em sintonia com a transformação do sistema (Marx & Engels, 2008).

Todo esse contexto, dessa virada, acontece entre os séculos XVII e XIX, com várias insurgências e revoluções que colocaram fim ao antigo regime e alavancaram a burguesia como classe social hegemônica. Como já supra referido, com essa mudança as instituições e campos teóricos também seguem as mesmas linhas da classe dominante. Nesse tom, a civilização continua a prosperar sobre a exploração do ser humano pelo próprio ser humano (Engels, 2024).

Como exemplo de movimentação teórica, a economia política, que até então, como base teórica para a transformação política a serviço da burguesia revolucionária, apresentou

pontos críticos. Mas, com a mudança que ocorreu, a burguesia e seus ideais se tornaram conservadores e a economia política clássica, que fundamentou as propostas revolucionárias, não servia mais para isto, visto que não se tinha mais essa necessidade para a classe dominante (Netto & Braz, 2012).

A mudança de papel da burguesia, como já exposto, ocorre em um determinado momento histórico. Primordialmente a burguesia se caracterizou enquanto revolucionária frente a classe hegemônica do modo de produção feudal, que era nobreza e a monarquia. Nessa estrutura, a burguesia junto com a classe trabalhadora compunham um cenário de exploração do homem, como membros inferiores da sociedade, justificado sob os direcionamentos religiosos que expressavam o pensamento dominante da época (Engels, 2020).

Com o avanço da produção, devido a eventos históricos-sociais, como as cruzadas e o intercâmbio do comércio, o modo de produção de mercadorias se estabeleceu. Esse movimento contou fortemente com a classe revolucionária, a burguesia, e a ciência como sustentação teórica para a construção da nova sociedade que vinha em busca de seu desenvolvimento.

Visto isso, a burguesia na luta de classes contra a monarquia e a nobreza feudal, constituía um papel extremamente revolucionário, pois, historicamente se propunha a mudar o modo de sociabilidade. Nessa guinada, a classe burguesa e a classe trabalhadora compunham uma distância com a classe dominante, e a burguesia, com as reais condições históricas para isso, exercia o protagonismo nesse embate (Engels, 2023).

Como resultado, o modo de produção capitalista se expandiu para o mundo todo, o que trouxe novidades para o gênero humano, como a globalização e o desenvolvimento do próprio indivíduo (na lógica burguesa) na sociedade. A ciência burguesa, portanto, também exerceu seu valor enquanto revolucionária, de modo a dar bases para a já mencionada cultura ilustrada (Netto & Braz, 2012).

As condições da luta de classes no modo de produção capitalista sofrem alterações drásticas com a mudança de papel da burguesia ilustrada. No início do século XIX, especialmente a partir dos anos 1820, começam a emergir movimentos operários organizados, como o ludismo na Inglaterra e as primeiras associações de trabalhadores na França, que contestavam as condições de exploração impostas pela Revolução Industrial (Engels, 2023).

Esses movimentos se intensificaram e culminaram nas Revoluções de 1848, um marco fundamental em que a burguesia, antes revolucionária frente à nobreza feudal, assume um papel conservador para manter sua hegemonia diante das demandas crescentes da classe

trabalhadora. Essa mudança ocorre de acordo com o movimento das reais condições do modo de produção capitalista e seu recorte histórico, em que a luta de classes assume a forma de uma disputa entre a burguesia - enquanto classe dominante - e a classe trabalhadora - enquanto classe explorada - como protagonistas (Engels, 2023).

A classe burguesa que antes de fato lutava pelos ideais da cultura ilustrada, ao superar na luta de classes a nobreza e a monarquia (e suas bases dominantes), a nobreza, junto com seus ideais, ocupam o lugar enquanto classe dominante. Pois, em seu caráter do modo de produção capitalista se propunha uma sociedade mais desenvolvida, sem escravidão, mas sem excluir a exploração do trabalho (Engels, 2023).

Por consequência, as ideias dominantes da burguesia passaram também de revolucionárias para conservadoras. O que levou a desmascarar diversas contribuições científicas da cultura ilustrada, que se constituíram como revolucionárias, mas, como já não serviam para a classe dominante, e sim poderiam ser perigosas, para incentivar a classe oprimida para uma nova revolução, só que agora, contra o modo de produção capitalista, a hegemonia burguesa exprime uma vulgarização de sua própria ciência (Engels, 2023).

Isso não significa que a ciência burguesa, em sua perspectiva metodológica gnosiológica, de fato conseguiu atingir o real no sentido de sua totalidade, no entanto a sua tentativa para isso não se expressava em uma vulgaridade (Tonet, 2013). Como o próprio exemplo da escola clássica da economia política, embora suas contribuições tenham uma importância basilar para a edificação do capitalismo, elas mesmas apresentavam limites, como a teoria do valor, a qual não foi capaz de enxergar a totalidade do processo do trabalho em relação à exploração do trabalhador (Netto & Braz, 2012).

Como consequência desse processo, na luta de classes ideológica a própria ciência sofre alterações de seu caráter revolucionário para conservador. Dessa forma, foi a partir dessa virada na história da humanidade, que os campos teóricos se alteraram (Netto & Braz, 2012).

A economia política, por se tratar de um campo crítico e posicionado para a transformação política, era muito perigosa para ser mantida pela classe conservadora, pois poderia implicar em sua própria crítica. Então a economia política entra em crise e é, de uma forma vulgar, substituída por outros campos da ciências sociais.

Essa mudança ocorre como uma fragmentação, que da economia política, por exemplo, surgiram as áreas da economia e da sociologia. No entanto, como apontou Marx (2023), o novo campo de economia que se erguia, especificamente após os anos de 1848 e dos autores clássicos como Ricardo, se apresentou com elementos vulgares, pois, de um

campo que buscava compreender a sociedade, a partir da análise de produção, passou a se tornar uma ciência tecnicista e distante da análise social.

A crise no campo teórico da economia política coloca fim à escola clássica. Deste modo, percebe-se que, como área que nasceu com a estruturação da burguesia, enquanto necessária, contribuiu para uma análise mais crítica e revolucionária enquanto teoria social, mesmo na forma de obter implicações e contradições. Mas com a ascensão da burguesia, a classe dominante, assim como no seu nascimento, segue os passos de seus criadores e se afoga em tamanha contradição até a sua crise, que, por fim, resultou na vulgarização do importante campo teórico da economia política.

Especificamente, sobre a crise da economia política, apresenta-se como exemplo a convertida da teoria do valor-trabalho, que antes era defendida pelos autores burgueses da escola clássica da economia política, e, agora, apropriado por autores da classe trabalhadora. Como resultado desta invertida, as teorias revolucionárias que deram aporte para a construção do capitalismo agora podem servir para a sua superação (Netto & Braz, 2012).

Nesse exemplo, têm-se ilustradas as alterações a respeito da ideologia na luta de classes ao longo da história. Porque, na qual a teoria do valor-trabalho, que contesta o pensamento aristocrático, cujo fundamento era o Direito divino, inclusive à própria riqueza e o trabalho era visto como algo executado por inferiores, foi defendido pela burguesia no momento em que era conveniente, pois, a sua classe ainda se relacionava com a produção, por isso precisava expressar em suas ideias que o trabalho era determinante, mas agora, essa realidade não é importante, já que ela é a classe que oprime (Netto & Braz, 2012).

Mas, o problema de continuar com a defesa da teoria do valor-trabalho, e outras contribuições revolucionárias da época da cultura ilustrada, é que após o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista é o proletariado que ascende como classe revolucionária. A teoria valor-trabalho mostra que a riqueza é fruto do trabalho, ou seja, da classe que reivindicava melhores condições.

Desta maneira, se a burguesia continuasse vinculada à teoria do valor-trabalho, defenderia a própria classe que precisava explorar (Netto & Braz, 2012). Com isso, procura-se entender que, para a classe dominante, a extinção da economia política, e de outras contribuições possivelmente revolucionárias, é a luta pela própria sobrevivência do seu parasitismo (Engels, 2023).

Em virtude disso, espera-se que a economia não ofereça nenhum perigo ao poder da nova classe hegemônica. Mas, essa invertida e abandono dos ideais voltados para a emancipação humana pela antiga classe revolucionária da burguesia deixou um espaço em

aberto que passa a ser ocupado por teóricos da classe trabalhadora, como os socialistas, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)¹³, Marx e Engels (Netto & Braz, 2012).

Depois disso, uma crise marcou o fim da economia política clássica, o surgimento da economia enquanto área burguesa, a qual Marx e Engels dedicaram um vasto trabalho a respeito de uma crítica à economia política, o que mais tarde levou a origem de uma escola de economia política marxista (Netto & Braz, 2012).

Para tanto, entende-se que o movimento socialista, de maneira geral, recuperou as contribuições da cultura ilustrada, como uma interpretação da teoria do valor-trabalho. Através desse feito, os socialistas puderam investigar a sociedade burguesa, seu funcionamento e propor possíveis superações, em virtude da defesa da emancipação humana, principalmente sob uma lente ontológica do materialismo histórico-dialético, como fizeram Marx e Engels.

Ainda, em sua crítica, Marx (2023) compreendia que existiam contradições no decorrer da sociedade do antagonismo de classes, e que não se resolviam apenas no âmbito econômico, mas estavam profundamente enraizadas nas relações sociais e no sistema de classes. Desta forma, adotou uma abordagem materialista histórica e dialética que permitiu a investigação das forças que impulsionaram o desenvolvimento das sociedades humanas ao longo da história e, por consequência, a análise de organização e funcionamento do modo de produção capitalista.

Por consequência, a pesquisa de Marx e Engels foi impulsionada por sua análise crítica das teorias econômicas existentes em seu tempo, como a escola de economia clássica. Marx (2023) superou a leitura que defendia a ideia de que o valor de uma mercadoria era determinado pela quantidade de trabalho nela incorporada, pois demonstrou que o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la, e no período histórico do capitalismo isso inclui à exploração da força de trabalho.

Portanto, toma-se que no sistema capitalista, as relações sociais estão submetidas ao controle do capital (Marx, 2010a). Desta maneira, a classe trabalhadora, que não possui os meios de produção, é explorada, além do aspecto econômico, pela classe capitalista, que busca o lucro através da apropriação do trabalho alheio.

Dito isso, entende-se que, por um lado, a base do capitalismo é pela busca incessante pela acumulação de capital, sob uma crescente exploração da classe trabalhadora, por outro lado, essa exploração incita uma reação por parte dos trabalhadores, o que impulsiona lutas

¹³ Embora o próprio Marx tenha escritos contrários ao de Proudhon, não se pode simplesmente negar as suas contribuições para o Socialismo, que porventura, não entra na discussão deste trabalho.

por melhores condições de trabalho e reconhecimento de seus Direitos. Consequentemente, essa luta de classes pode se manifestar de diversas maneiras.

Precisamente, é possível observar que, como maior e fundamental contradição do capitalismo está a dinâmica da produção socializada, pela classe trabalhadora, e a apropriação privada dessa produção pela burguesia (Marx & Engels, 2008). Assim, como contradição fundamental do modo de produção capitalista, esse processo da luta de classes, direciona também os níveis sociopolíticos e históricos. Como resultado, geram-se as crises no capitalismo (Netto & Braz, 2012).

Nesse sentido, frisa-se compreender que a luta de classes no capitalismo não se dá de forma homogênea e linear. Ela pode variar de acordo com fatores históricos, políticos, culturais e econômicos, assim, estabelece uma relação dialética (Marx & Engels, 2008). Além disso, a classe trabalhadora é um grupo diverso, que engloba diferentes determinações, como, gênero e raça, e não uma entidade homogênea (Federici, 2017).

Aponta-se para a importância da mobilização e organização da classe trabalhadora, além da criação de alianças e solidariedade entre os grupos oprimidos. Ainda, entende-se que somente através dessa luta coletiva, os trabalhadores poderiam buscar a transformação radical da sociedade, de forma a construir, de fato, uma ordem social baseada na justiça, igualdade e liberdade, vulgo comunismo (Federici, 2017).

Neste intuito, a superação da sociedade burguesa e da luta de classes seria possível através da supressão das desigualdades sociais e da propriedade privada dos meios de produção. Consequentemente, Marx e Engels (2019) propuseram a construção de uma sociedade comunista, na qual a produção e a distribuição dos bens seriam coletivizadas e realizadas de acordo com as necessidades de todos os indivíduos.

No entanto, Marx (2023) também compreendia que a luta de classes é um processo complexo e que a transformação revolucionária da sociedade demanda tempo, organização, conscientização e mudança de mentalidade. É um desafio que requer a participação ativa e engajada das massas trabalhadoras, a criação de movimentos sociais e a construção de uma consciência de classe.

Deste modo, frisa-se que a luta de classes no capitalismo abrange aspectos econômicos, políticos e ideológicos, e assim, como já direcionado, permeia todas as esferas da vida social. Conhecer e analisar essa luta é fundamental para a busca de uma sociedade mais igualitária e livre, onde os trabalhadores possam, de fato, desenvolver a emancipação humana.

Então, através da investigação das contradições existentes no capitalismo, a crítica da economia política investigou que a classe trabalhadora, que cria a riqueza por meio de seu trabalho, é subjugada pela classe capitalista, que detém os meios de produção e domina a economia. Essa dinâmica desenvolve uma divisão social do trabalho, onde os trabalhadores são alienados e relegados a tarefas mecânicas, enquanto os capitalistas controlam e lucram com o resultado final, com a acumulação privada da riqueza produzida (Marx & Engels, 2019).

A crítica à divisão social do trabalho revela, assim, a exploração e as desigualdades que sustentam o sistema capitalista. Ademais, trata-se de uma divisão social porque sua dinâmica ocorre em uma relação recíproca de ser influenciadora e ser influenciada na luta de classes (Marx, 2023).

Deste modo, a dinâmica de uma divisão social no trabalho cumpre com a propagação de uma divisão com toda a classe trabalhadora, no sentido mais amplo entre os trabalhos intelectuais, destinado para a burguesia ou quem auxilia sua hegemonia, e materiais, para os produtores da classe trabalhadora (Marx & Engels, 2019). No entanto, a divisão se amplia para além das questões sociais, com determinações de raça e gênero, o que também agrava em uma maior divisão da classe trabalhadora em suas atividades e socialização (Federici, 2017).

Por um lado, a divisão de tarefas - subdivisão - aumenta a produtividade, mas por outro, leva à perda de habilidades e conhecimentos gerais dos trabalhadores, o que os reduz a meros executantes de tarefas repetitivas e monótonas. Além disso, a divisão social do trabalho acentua as desigualdades sociais, pois concentra o poder e os lucros nas mãos dos capitalistas, enquanto os trabalhadores recebem apenas uma fração do valor que produzem (Marx, 2023).

À vista disso, a crítica da economia política de Marx e Engels foi precisa em analisar como a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a exploração dos trabalhadores, entrelaçam-se como pilar do modo de produção capitalista. Ademais, como já comentado, a alienação é mais um conceito fundamental para a crítica do capitalismo. Marx (2020b), menciona que:

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio [...] A propriedade privada resulta, portanto, por análise, a partir do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, do homem exteriorizado, do trabalho alienado, da vida alienada, do homem alienado (p. 330).

Em síntese, Marx (2010a) identifica quatro tipos de alienação: do produto, do ato produtivo, da essência humana (gênero) e dos demais seres humanos. Primeiramente, o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, uma vez que o resultado de seu esforço pertence ao capitalista, de maneira a gerar uma desconexão entre ele e aquilo que produz. A alienação do ato produtivo ocorre no momento em que o processo de trabalho se torna uma atividade mecânica e repetitiva, sem espaço para criatividade ou autonomia, e assim, acaba por transformar o trabalhador em uma ferramenta.

A alienação também atinge a essência humana, ao impedir o desenvolvimento pleno das capacidades criativas e sociais do indivíduo, o que o desumaniza ao reduzi-lo a um meio de gerar lucro, já que ele não pode se apropriar dos produtos para desenvolver suas potencialidades. Por fim, há a alienação em relação aos outros seres humanos, pois as relações sociais passam a ser mediadas pelo mercado e pelas mercadorias, e assim, fragmenta as conexões interpessoais e promove a competição em detrimento da solidariedade.

Para tanto, reforça-se que, no modo de produção capitalista, o trabalhador é levado a realizar tarefas repetitivas, nas quais sua autonomia e criatividade são suprimidas. Ele passa a se reconhecer mais nas atividades realizadas fora do trabalho, como comer, do que em seu potencial criativo. Nesse contexto, o trabalhador, pouco a pouco, se conforma a uma extensão da máquina e perde o domínio sobre seu próprio trabalho, que deixa de ser uma atividade consciente e vital (Marx, 2010b).

Como consequência, o trabalhador perde sua identidade genérica e desenvolve um estranhamento em relação ao próprio trabalho, uma vez que este não reflete suas habilidades ou necessidades humanas (Marx, 2010b). O trabalho, enquanto atividade teleologicamente planejada e socialmente organizada, é a forma pela qual o ser humano transforma o mundo e a si mesmo, o que o leva a se identificar como um ser consciente e produtivo (Marx & Engels, 2019).

No sentido ontológico, o trabalho permite a expressão da criatividade humana e o desenvolvimento de uma relação ativa com o ambiente. Por meio dele, o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, e, assim, transforma a si mesmo (Marx, 2020b).

Dessa forma, o trabalho é fundamental para a constituição do ser humano como ser social. A produção altera o sujeito e afeta sua relação com outros indivíduos, que também se expressam por meio do trabalho. Assim, a humanidade se torna a única espécie capaz de transformar o ambiente, em vez de apenas se adaptar a ele (Marx, 2023).

Entretanto, no modo de produção capitalista, essa relação entre o ser humano e o trabalho é distorcida. Como já mencionado, trata-se de um trabalho alienado, que gera estranhamento (Costa, 2018). O trabalhador, sob esse sistema, transforma-se em um instrumento de produção, e acaba por ser produzido como mercadoria, e se identifica como tal.

Marx (2020b) observou que a produção do trabalhador não reflete suas necessidades, desejos ou criatividade, ela está a serviço das demandas do mercado e a busca insaciável por lucro. As próprias necessidades são criadas com base em uma mercantilização da subjetividade, ou seja, uma identificação do ser humano como mercadoria, e não como produtor do real (Codo, 1987).

Nesse sentido, a alienação do trabalhador se agrava no momento em que a atividade laboral se torna uma necessidade para sua sobrevivência, e não um meio de auto-realização. Os produtos se destinam à venda e ao lucro, o que gera uma desconexão entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, o que contribui para a desumanização do indivíduo (Marx, 2010a).

Por fim, inverte-se a relação de dominação. A mercadoria, enquanto produto do trabalho humano, transforma-se, sob o domínio do capital, em uma tirana que dita as normas da produção. O ser humano, ao invés de dominar o produto de seu trabalho e subordiná-lo ao desenvolvimento de suas potencialidades, passa a responder a esse produto como um objeto passivo. A mercadoria ganha, assim, um caráter de produtora de valores, uma qualidade que lhe foi conferida pelo trabalho humano, mas que é camuflada e invertida pelas teias do capital (Marx, 2023).

Os seres humanos, por conseguinte, não se desenvolvem plenamente como tais, exceto enquanto força de trabalho a serviço do capital. Além disso, as relações sociais são fragmentadas pela concorrência, pelo individualismo e pela divisão de classes. O potencial humano é reduzido, e o fetiche prospera em um ambiente propício, uma vez que a organização das relações sociais o oculta, o que torna necessária a transformação dessas relações que velam o verdadeiro sentido do trabalho.

Entende-se, portanto, que o trabalho é fundamental para o desenvolvimento do ser social. É por meio dele que se perpetuam as gerações da espécie humana e se constroem suas relações sociais. O trabalho permite que o indivíduo se identifique a si próprio e ao outro, o que significa que o ser humano encontra no outro a si mesmo, portanto, um ser genérico (Marx & Engels, 2019).

Se o trabalho caracteriza e possibilita a humanização, o motor da história da humanidade é a luta de classes. A alienação, fruto e causa do estranhamento do trabalho no

capitalismo, expressa-se de maneira desigual, conforme a ideologia dominante (Marx, 2020b). Nesse cenário, a reificação aparece como uma condição característica da estrutura social capitalista.

Ademais, retoma-se a lembrar, que se entende por reificação o processo em que o trabalhador é objetificado e as relações sociais entre os indivíduos se transformam em relações entre coisas. O ser humano projeta suas capacidades humanas nas mercadorias, que, por sua vez, adquirem características humanas, enquanto ele próprio é coisificado. Nesse contexto, a mercadoria é vista como autônoma, o que dificulta a percepção das verdadeiras relações sociais que permeiam a produção (Marx, 2023).

Além disso, a reificação também se manifesta na relação da humanidade com a natureza. A exploração dos recursos naturais, em detrimento do meio ambiente, ocorre sob a lógica de acumulação de capital. Nesse processo, a reificação camufla o problema do esgotamento dos recursos vitais.

Por fim, a reificação reflete-se nas relações sociais. A competição e a exploração, incentivadas pelo modo de produção capitalista, fragmentam as pessoas em vez de promover a união e a coletividade. As relações sociais são mediadas pelo dinheiro, o que resulta em uma relação dicotômica entre indivíduo-sociedade (Marx, 2023).

É fundamental, portanto, retomar o ponto de partida para a compreensão das relações econômicas e sociais que caracterizam o capitalismo: a mercadoria. Com isso, é possível compreender melhor os conceitos de fetiche e reificação. Marx (2023, p. 113) afirma que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias”.

Desta maneira, como representação enquanto forma elementar da riqueza no capitalismo, a mercadoria é a unidade básica das trocas que ocorrem no mercado. Portanto, ao analisar a mercadoria, Marx (2023) apontou que ela possui um caráter de duplo valor em sua propriedade constitutiva, o seu valor de uso e seu valor de troca.

À vista disso, o valor de uso é a qualidade da mercadoria em sua capacidade de satisfazer necessidades humanas, enquanto que o valor de troca representa a relação de troca entre mercadorias, sua capacidade de troca com outras mercadorias. No entanto, no modo de produção capitalista, devido às necessidades de acumulação de riqueza da classe hegemônica, o valor de troca da mercadoria assume muito mais protagonismo do que seu valor de uso (Marx, 2023).

Desta maneira, o valor de troca se torna o preço final, propriamente dito, a forma pela qual o valor se manifesta na troca. Ademais, entende-se que a mercadoria é produto do

trabalho humano, que ao assumir essa forma no capitalismo, esconde a complexidade das relações sociais. Então, retorna-se a alguns pontos já trabalhados no capítulo, como a reificação do trabalho e a questão do valor como produto do trabalho humano (Marx, 2023).

Dito isso, o valor da mercadoria reflete o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, o que desenvolve uma relação social entre as pessoas para a comercialização das mercadorias. Consequentemente, a mercadoria não é apenas um objeto físico, mas também uma manifestação das relações sociais de produção. Neste ponto, frisa-se recordar da divisão social do trabalho e de toda dinâmica do capitalismo (Marx, 2023).

Então, por consequência, no modo de produção capitalista a mercadoria desempenha um papel crucial na mediação das relações sociais e econômicas. Em vista disso, a busca pelo valor de troca leva à produção de mercadorias para o mercado, e os produtores dependem das trocas para obter as mercadorias que necessitam, o que reflete como uma relação de interdependência onde a produção é voltada para a troca e o valor de troca torna-se uma medida central de valor (Marx, 2023).

Após essa análise, retoma-se a discussão sobre a reificação e fetiche. Por conseguinte, entende-se que o momento em que os produtores veem seus produtos como mercadorias a serem trocadas no mercado, tornam-se estranhos tanto aos produtos quanto ao próprio trabalho realizado.

Nesse contexto, a alienação do trabalhador em relação à sua produção distorce as relações sociais entre as pessoas. A mercadoria se torna fetichizada e suas relações passam a ser vistas como algo mágico, pois exclui, na aparência, a necessidade do ser humano para sua existência. As relações sociais são coisificadas, reificadas (Marx, 2023).

Neste ponto, compreende-se o processo de alienação em seu estágio mais avançado: o fetiche (Neto, 1981). O estranhamento atinge seu ápice, em uma manifestação de forma extrema. A separação entre o ser humano e a possibilidade de se apropriar e se reconhecer no trabalho adquire contornos catastróficos, uma vez que o trabalhador é dominado pela mercadoria, e não o contrário.

Dessa maneira, tudo que é humano e material, passível de transformação, ganha um caráter etéreo e transcendente. As qualidades humanas são vistas como sobrenaturais, e assim, são utilizadas para sua dominação e perpetuação do sistema (Duarte, 2012).

No capitalismo, o trabalhador não participa de todo o processo de transformação do produto e, assim, não toma consciência plena de como ele ocorre. Esse desconhecimento gera estranhamento em relação à própria produção, que perde o sentido.

Para tanto, no fim, o resultado do trabalho é apropriado pelo proprietário dos meios de produção. O trabalhador se depara com a mercadoria, que lhe parece estranha, como algo independente, quase mágico (fetiche), o que confere ao objeto a aparência de "vida própria".

Além disso, o fetichismo da mercadoria oculta e distorce a contradição do capitalismo, de maneira a mascarar a exploração do trabalho expressa na produção. Isso ocorre porque os trabalhadores recebem apenas uma fração do valor que produzem (mais-valia). Assim, há uma contradição entre o valor de uso da mercadoria para o consumidor e o valor de troca para o produtor (Marx, 2023).

Esse endeusamento da mercadoria – sua relação fetichizada no mercado – faz com que o dinheiro, também uma mercadoria, pareça adquirir poderes mágicos, de modo a se relacionar independentemente com outras mercadorias. A partir desses valores místicos, o trabalhador deixa de reconhecer o processo de socialização construído no mundo.

O produto criado pelo trabalhador aparenta inverter a relação. A mercadoria toma vida e se relaciona com o mundo, enquanto o sujeito se transforma em uma mercadoria, desprovida de história e relações sociais mediadas pelo próprio indivíduo, e agora mediadas pela mercadoria fetichizada (Marx, 2023).

Duarte (2012) destaca que essa maneira de apreender o real vem do próprio funcionamento da sociedade capitalista e leva a tendências supersticiosas, como as presentes na religião, onde divindades regulam e produzem os seres humanos. As leis sociais são ignoradas ou não compreendidas, pois o ser social não se reconhece como tal. Ao passar por todas as formas de alienação, o trabalhador se vê impotente diante das forças sociais que ditam suas ações (Codo, 1987).

Isso significa que toda a organização da vida no capitalismo se fantasia por meio da alienação do trabalho, o que resulta na inversão das relações sociais dos indivíduos com a mercadoria. A mercadoria passa a controlar as pessoas de maneira fetichizada, como se possuísse qualidades que determinam seu valor e importância (Marx, 2023).

Nesse contexto, os produtores e consumidores das mercadorias se alienam de seu trabalho e das relações sociais. O fetichismo da mercadoria contribui para que os trabalhadores se percebam como agentes passivos no mercado e na história, em vez de participantes ativos na produção e nas relações sociais, de maneira a incluir a transformação do ambiente (Marx, 2023).

Entretanto, é importante ressaltar que essa "mágica" da mercadoria ganhar vida não é real. Na materialidade, essa ideia se manifesta como uma percepção que influencia todas as relações sociais no capitalismo, mas trata-se de uma ilusão desenvolvida para sustentar o

sistema. O fetichismo da mercadoria, que mistifica o trabalho dos trabalhadores, também reifica as relações sociais em geral.

Dessa forma, o verdadeiro valor da mercadoria resulta de relações sociais complexas de produção, troca e exploração. A exploração dos trabalhadores é mascarada pela forma da mercadoria no mercado, cujo fetichismo distorce a compreensão da realidade e sustenta a lógica capitalista (Marx, 2023).

Tudo isso decorre do caráter da produção de mercadorias, que têm valor de utilidade embutido no trabalho humano. No entanto, como a finalidade da mercadoria é a reprodução do capital, e não o desenvolvimento humano, o valor de uso é camuflado, e a troca de mercadorias se sobressai (Marx, 2023).

Assim, o trabalho humano se torna invisível, e seu caráter é abstraído. O que se vê imediatamente são as mercadorias nas prateleiras, que precisam ser consumidas, mediadas pelo dinheiro, para garantir a sobrevivência. Nesse processo, o trabalho abstrato predomina sobre o trabalho concreto (Marx, 2023).

Desta maneira, retorna-se a questão de que a mercadoria é constituída pelo seu valor de uso e o seu valor de troca, no entanto, devido às condições históricas, no capitalismo, o valor da mercadoria ser propriamente definido pelo seu valor de troca, pois está como condição de lucro para o capitalista, logo a constituição da mercadoria está em seu valor de uso e seu valor. Então, “é na troca que o valor da mercadoria se expressa” (Netto & Braz, 2012, p. 101).

Para tanto, desde sua análise da mercadoria, Marx (2023) parte para a análise da forma do valor. Posto isso, entende-se que o autor realiza esse caminho para demonstrar como a forma do valor revela a estrutura social do capitalismo, que é especificamente vinculada ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção da mercadoria.

Dessarte, retorna-se a interpretação e desenvolvimento do valor atribuído à mercadoria, que parte da quantidade de trabalho humano abstrato investido em sua produção. Portanto, o valor da mercadoria é socialmente mediado - enquanto medida quantitativa - pelo tempo de trabalho humano necessário para sua produção, o que reflete a exploração do homem no capitalismo (Marx, 2023).

A vista disso, percebe-se a influência da cultura ilustrada, especificamente, com teoria do valor-trabalho. No entanto, Marx e Engels não contribuíram nem concordaram com tal teoria, mas a partir de sua dinâmica - de valor ser tempo de trabalho - inspiraram-se no questionamento de como esse valor era formado. Com isso, os autores investigam a influência da lei e da forma do valor, dito isso, expõe-se que:

[...] A lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo total de trabalho disponível a sociedade pode gastar na produção de cada tipo particular de mercadoria. Mas essa tendência constante das diferentes esferas de produção de se pôr em equilíbrio é exercida apenas como reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio. A regra *a priori* e planejadamente seguida na divisão do trabalho no interior da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas *a posteriori*, como necessidade natural, interna, muda, que controla o arbítrio desregrado dos produtores de mercadorias e pode ser percebida nas flutuações barométricas dos preços do mercado (Marx, 2023, p. 430).

Entende-se a lei do valor como grande condição que direciona a vida humana no modo de produção capitalista, ou seja, o valor da mercadoria irá transpor sua fundamentação de bases econômicas, para então lidar como lei fundamental de toda relação social no capitalismo. O trabalho continua a exercer um papel central na criação do valor, no entanto, como mostrado, esta atividade está estranha para o trabalhador.

Portanto, como síntese, o valor depende do trabalho, quanto mais trabalho investido, maior o valor. Para estabelecer uma condição mais definida, entende-se que a medida da grandeza do trabalho é medida pelo tempo, e que esse trabalho não se trata da força de trabalho de um trabalhador x , mas sim da média do tempo de trabalho social gasto na realização da atividade.

Desta condição, a quantidade de tempo de trabalho na produção será diretamente responsável por definir a grandeza do valor do produto. Ainda, no mercado, as mercadorias são trocadas, umas pelas outras a partir da equivalência de seus valores, por exemplo se uma mercadoria vale R\$10,00, ela será trocada por uma outra mercadoria, que independente de sua quantidade, some o equivalente dos mesmos R\$10,00.

Isto significa que a troca equivalente das mercadorias ocorre pela equivalência de seus valores, que por consequência, é a equivalência do trabalho humano necessário para a produção de uma mercadoria com o trabalho humano necessário para a produção da outra mercadoria. O que pode levar a uma mercadoria valer os R\$10,00 e outra mercadoria valer R\$1,00, e com isso, para para que a troca ocorra, a equivalência dos valores precisa ocorrer, o que leva a 1 mercadoria de R\$10,00 ser trocada por 10 mercadorias do valor de R\$1,00.

No entanto, essa troca de mercadorias por outras que se equivalem em seu valor atinge muito fácil um limite espacial e logístico, pois, como se demonstrou, as vezes uma só mercadoria valeria 1000 outras mercadorias, e também nessa troca mais incipiente deveria se levar em conta o desejo e interesse do capitalista de aceitar o produto que estava em troca. Com isso, surge um equivalente geral, as moedas de troca, o dinheiro (Marx, 2023).

Para tanto, agora, a troca entre as mercadorias se torna mais facilitada, a relação que antes era a troca de mercadoria por outra mercadoria do mesmo valor, agora é trocada por mercadoria (M) por dinheiro (D) para poder comprar a outra mercadoria do mesmo valor, nessa equação simples todas possuem o mesmo valor. Então tem-se a relação M - D - M - D... (Marx, 2023).

Mas, entender somente a troca equivalente de mercadorias ainda não explica o surgimento do lucro, tampouco do capital. Como uma mercadoria poderia gerar mais valor do que o seu valor equivalente? Como a troca entre as mercadorias poderia gerar um lucro, em que o dinheiro retornasse com um valor maior, se ele mesmo seria uma mercadoria e a troca entre equivalentes daria no mesmo valor?

A resposta está, em uma mercadoria diferente de todas as outras, a força de trabalho. Esta mercadoria é a única capaz de produzir outras mercadorias, portanto, no instante em que o capitalista investe em uma mercadoria, seu dinheiro e ela retorna seu investimento com mais valor do que antes, nasce gerado do resultado da força de trabalho do trabalhador ao produzir as mercadorias, que depois, que são vendidas, geram o lucro.

A relação M - D - M - D... então se complexifica, se torna mais sofisticada, pois passa, a partir da acumulação de propriedade privada e demais outras condições já colocadas da esfera social hegemônica, a ter uma relação iniciada não mais como uma troca entre mercadorias equivalentes, mas como uma dinâmica de investimento, ao investir em um produto que gere um retorno financeiro superior ao investimento feito na sua aquisição (Cafiero, 1987). Consequentemente a relação se inicia com D - M - D1 (com mais valor) - M - D2....

Como supramencionado, a força de trabalho é a mercadoria capaz de gerar mais dinheiro do que o seu valor gasto pelo capitalista. Ademais, expressa-se concluir que a acumulação de riqueza, as mercadorias, foi capaz, de na forma do dinheiro, dar início na relação de aumento progressivo de geração de mais dinheiro, pois então, ao contrário do capitalista, que possui a acumulação de riqueza, o trabalhador possui como sua mercadoria a ser vendida, sua força de trabalho.

Neste ponto, entende-se que o trabalhador oferece sua força de trabalho à venda no mercado, e não a si mesmo enquanto mercadoria¹⁴. Assim, o valor da força de trabalho é

¹⁴ Isso é extremamente importante de ser compreendido pelo leitor, pois neste trabalho, mais adiante, demonstra-se que apesar desta condição ser real nas relações no modo de produção capitalista, exceto com condições relacionadas com trabalho escravo, essa realidade se torna ignorada propositalmente a partir das atuações das formas de alienação, que ao invertermem a compreensão de toda dinâmica, levam o trabalhador a crer e até mesmo a agir como se fosse ele próprio uma mercadoria.

constituído a partir da contabilização de tudo que é necessário na vida do trabalhador para manter a sua força de trabalho em estado de normalidade. Por isso, somam-se os gastos anuais como com comida, moradia, sustentação dos filhos e da família, saúde, entre outros, depois subtrai pelos dias de um ano -365- e assim se tem o valor do salário diário de um trabalhador¹⁵ (Cafiero, 1987).

Em virtude disso, o processo do trabalho conta com (a) força de trabalho, (b) matéria prima, (c) os meios de trabalho. Assim, entende-se que o elemento (a) é vendido no mercado pelo trabalhador como sua única mercadoria para o capitalista, já os elementos (b) e (c) são comprados pelo capitalista de outro capitalista, ambos possuidores de capital (Cafiero, 1987).

Com o investimento realizado pelo capitalista, agora, o trabalhador possui condições de produzir uma mercadoria que mais tarde será comercializada. Na prática, é nesse momento que são geradas novas mercadorias que, ao serem comercializadas, retornam com lucro o valor investido pelo capitalista.

No entanto, para isso ocorrer, o capitalista paga ao trabalhador pelos seus serviços em uma jornada de trabalho. Durante essa jornada o trabalhador produz um tanto de mercadorias, que em valor, valem mais que o valor do seu salário.

Como exemplo, em 4 horas um trabalhador produz uma mercadoria que vale o mesmo valor de seu trabalho, mas sua jornada de trabalho ficou acordada em 8 horas, portanto, ele irá produzir mais uma dessa mercadoria, ou seja, se M vale o seu salário diário, e ele produziu 2 M no dia, a sua força de trabalho gerou a produção de mercadorias que equivalem no mercado 2 vezes mais que o valor gasto com o salário do trabalhador.

Esse valor a mais, gerado pela força de trabalho, é a mais-valia. Ele é o resultado de um trabalho que excedeu o necessário para produzir um valor equivalente ao pago pela força de trabalho do trabalhador. A mais-valia constitui o fundamento do lucro, mas não o lucro propriamente dito.

O lucro, no capitalismo, corresponde à relação entre a mais-valia e o investimento total em capital variável (força de trabalho) e capital constante (máquinas, matérias-primas e instalações). Assim, embora a mais-valia seja a base da acumulação de capital, o lucro reflete como essa mais-valia se distribui e se manifesta no funcionamento geral do sistema produtivo (Marx, 2023).

Então, mais uma vez, nas relações de produção no capitalismo, encontra-se uma contradição, no caso específico, o valor que os trabalhadores produzem com a sua força de

¹⁵ No entanto, nota-se que este valor nem sempre é pago, mas, usa-se este exemplo para poder compreender o valor diário de uma venda da força de trabalho de um trabalhador.

trabalho, e o valor que recebem como salário. Diante disso, Marx (2023) investigou e expôs dois tipos de mais-valia, a absoluta e a relativa.

A mais valia absoluta, como o próprio nome diz, entende-se como o processo da ampliação do trabalho excedente através do aumento das intensidades e jornadas de trabalho, por exemplo, de 6 horas diárias de trabalho para 12. Nota-se que o tempo de trabalho necessário continua o mesmo, mas o tempo de trabalho excedente é aumentado.

Com isso, aponta-se, que por exemplo, se em 2 horas um trabalhador produz ou mercadorias que valem o equivalente do valor de seu salário no dia, em 8 horas ele produz 4 vezes mais o valor equivalente de seu salário. Já, com a mais valia-absoluta, o aumento da jornada de trabalho se torna uma estratégia para, na continuação do mesmo exemplo, aumentar de 8 para 10 horas, o trabalhador passar a produzir 5 vezes mais.

Diante das leis burguesas isso é possível, pois o capitalista pagou pela força de trabalho que foi vendida, não pelo resultado esperado da força de trabalho, nisso que consiste a exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, pois o enriquecimento só acontece para um, o já proprietário de riquezas (Marx, 2023).

Ademais, frisa-se recordar que o acúmulo de riqueza é uma característica central para a classe hegemônica capitalista, e neste intuito, entende-se que a mais-valia absoluta possui um limite biológico, o tempo, pois o dia tem 24 horas. Portanto, a dinâmica que permite um aumento da exploração é a mais-valia relativa, que acontece assim que os trabalhadores aumentam sua produtividade e eficiência - através de algumas estratégias - , o que leva a produzir mais valor em menos tempo (Marx, 2023).

Pois bem, observou-se que no cálculo da relação de produção no capitalismo, o tempo era um limite para aumentar a produção de mais-valia, no entanto, o escape para aumentar a exploração do trabalho do homem foi na redução do trabalho necessário. Algumas estratégias para o avançar desta mais-valia relativa foram o desenvolvimento tecnológico, a divisão de tarefas, a introdução de maquinário, entre outras ações de aumento de produtividade.

O aprimoramento das condições de aumento da produção, faz com que o trabalhador, consecutivamente, no mesmo tempo de trabalho passe a produzir muito mais. Com esses avanços, conseqüentemente o tempo de trabalho necessário para reproduzir o valor dos salários é reduzido, enquanto o tempo de trabalho excedente, que gera a mais-valia, é ampliado.

Depois, o que ocorre é que com maior quantidade de produto o valor tende a cair, mas de forma a seguir uma mudança social na estratégia capitalista, assim todas as outras

mercadorias, por consequência, reduzem seu valor. Por isso, a força de trabalho que também é uma mercadoria, sofre sua redução no valor, o salário diminui, mas seu resultado não, pelo contrário, a mais-valia aumenta (Marx, 2023).

Desta maneira, descobre-se a importância da lei do valor e da consequente exploração da força de trabalho do homem na sociedade capitalista. Ao gerar a mais-valia e o capital, o trabalhador tem no final de sua produção apenas o seu salário pago. Em contrapartida, o capitalista possui uma acumulação de capital, que em sua dinâmica de investimento e exploração da força de trabalho, crescerá progressivamente a sua riqueza.

A classe hegemônica capitalista, em sua posição histórica e social, enquanto acumula riqueza, passa, com a expansão do capitalismo, a se apropriar da renda gerada pelo capital – proveniente da exploração da mais-valia. Essa renda é somada ao capital já acumulado, o que leva a resultar em um processo estratégico de acumulação contínua, que é reinvestido no ciclo de exploração da força de trabalho. Esse ciclo tende a gerar um aumento progressivo do capital nas mãos dos capitalistas, enquanto, paralelamente, provoca o empobrecimento do trabalhador (Marx, 2023).

Dito isso, entende-se que o fio condutor dos investimentos do capitalista é o lucro. A acumulação de capital, portanto, é parte do processo social do modo de produção capitalista, que através dos objetivos de lucrar cada vez mais, no mesmo sentido, e devido a isso, explora-se a força de trabalho dos trabalhadores com mais intensidade.

Assim, no momento em que o capitalista investe em melhorias para o trabalho, o objetivo final é a obtenção de mais valor por meio da intensificação da produção, o que consequentemente, agrava a exploração (Marx, 2023). Esse mesmo princípio de exploração, porém em escala global, foi observado no processo de colonização, que inseriu países hegemônicos no sistema capitalista de maneira dependente e subordinada. A exploração das terras e a escravização dos povos originários serviram aos interesses das potências europeias, de maneira a promover a extração de recursos para alimentar o crescente capitalismo (Marini, 2020).

Nesse contexto, começou a se formar uma dependência ao capital, em que as colônias forneciam matérias-primas e riquezas para financiar o desenvolvimento dos países colonizadores. Esse processo de acumulação primitiva, baseado na violência e na dominação, pavimentou o caminho para o surgimento de uma economia dependente, moldada sob a critério do capitalismo em formação (Marini, 2017).

Após a edificação do capitalismo e a complexificação de suas estruturas, grandes potências capitalistas começam a necessitar novas fontes de acumulação. Isso pois seu

mercado interno se encontrava saturado, a partir desta condição, então, o capitalismo passa para uma nova etapa superior de sua dinâmica, a sua fase imperialista (Lênin, 2021).

Nesse sentido, a expansão monopolista passa a desempenhar um papel central na dinâmica econômica global, e as nações periféricas, como os países da América Latina, tornam-se o alvo preferencial dessa expansão. Em sua fase imperialista, ao monopolizar os setores econômicos e ao integrar essas economias periféricas no sistema capitalista global, ocorre o aprofundamento da dependência estrutural dessas nações (Lênin, 2021).

Sob o controle de grandes corporações e conglomerados financeiros, a produção de riquezas nesses países passa a ser direcionada prioritariamente para atender aos interesses das potências centrais. Assim, os processos industriais desses países são forçados a nascerem dependentes do capital internacional. Essa dependência não se limita apenas à esfera econômica, mas envolve também a política, com os governos pressionados a atuar em consonância com os interesses imperialistas (Marini, 2020).

Com o tempo, esses países, especificamente no caso do Brasil, no cenário da América Latina, passaram a ocupar uma posição de subalternidade no sistema capitalista mundial, e assim foram destinados a fornecer materiais primários e produtos agrícolas de baixo valor agregado, enquanto importavam mercadorias industrializadas a preços elevados. Esse desequilíbrio estrutural consolidou a dependência econômica da região, o que se perpetua até os dias atuais.

A burguesia nacional latino-americana, inserida nesse cenário de subdesenvolvimento, se associou ao capital estrangeiro em vez de promover um desenvolvimento interno sustentável. Nesse contexto, a classe trabalhadora da América Latina passou a enfrentar condições brutais de exploração, especificadas pela superexploração da força de trabalho (Marini, 2017).

A superexploração, por sua vez, refere-se a uma especificidade da exploração da força de trabalho nos países do capitalismo dependente. Isso significa que o trabalhador latino-americano está sujeito a condições de trabalho extenuantes e a remunerações extremamente baixas, muitas vezes abaixo do nível necessário para sua reprodução social (Marini, 2020).

Esse mecanismo garante altos lucros à burguesia local e estrangeira, e aprofunda a pobreza e a miséria entre os trabalhadores, o que acaba por perpetuar a desigualdade estrutural. O lucro capitalista na América Latina, portanto, é construído em cima da precarização da vida da classe trabalhadora, que é duplamente oprimida pela dependência do capital internacional e pela sua própria burguesia (Marini, 2017).

Desta maneira, a superexploração da força de trabalho na América Latina é parte fundamental do processo de acumulação capitalista. Ela ocorre pela ausência de Direitos trabalhistas básicos e pela utilização de formas de trabalho precarizadas. Como resultado dessa transferência de valor, a mais-valia é intensificada e apropriada, em sua maior parte pela burguesia dos centros capitalistas internacionais (Marini, 2017).

Essa dinâmica impede que os trabalhadores melhorem suas condições de vida, enquanto a classe dominante continua a enriquecer através da exportação de mercadorias produzidas com um custo de trabalho extremamente baixo. Como resultado, a economia dos países latino-americanos se molda em torno da exploração intensiva dos seus trabalhadores, sem que haja uma redistribuição significativa da riqueza gerada (Marini, 2017).

O capitalismo, ao lucrar com essa especificidade da superexploração, perpetua um ciclo de dependência e subdesenvolvimento. Desta maneira, a América Latina permanece como fornecedora de produtos primários e commodities, enquanto as potências capitalistas centrais colhem os frutos da produção industrial de alto valor agregado. Esse processo gera uma desigualdade crescente, onde a miséria da maioria é condição necessária para a acumulação de capital por uma minoria privilegiada, tal como Marx¹⁶ denuncia (Marini 2017).

Justamente por isso “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2023, p. 830). Por fim, uma grande marca já apresentada neste momento, e que será carregada e intensificada por todo o desenvolvimento do capitalismo, são as contradições e cicatrizes de violência e exploração que estão presentes na estrutura social e, assim, a tensão entre as classes se intensifica.

Por consequência de todas essas condições, a formação e desenvolvimento do capitalismo é marcado por inúmeras crises. Como exposto, entende-se que a acumulação primitiva, tratou-se de um momento crucial para a formação estrutural do capitalismo, sem essa primeira exploração, violência e derramamento de sangue, não existiria a burguesia dos dias atuais (Netto & Braz, 2012).

Nesse sentido, compreende-se que se inicia a concentração de capital nas mãos de poucos, para depois gerarem mais acúmulo de riqueza para eles, a burguesia, e, assim, através da exploração da força de trabalho, mais pobreza para muitos, o trabalhador. A vista disso, “o modo capitalista de produção e acumulação - e, portanto, a propriedade privada capitalista -

¹⁶ Marx, 2023.

exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (Marx, 2023, p. 844).

Ao recordar que “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (Netto & Braz, 2012, p. 170), torna-se importante mencionar que essas crises são causadas não por questões naturais, ou acidentais, ou então aleatórias, mas por resultado das contradições existentes no capitalismo. Portanto, como já desenhado, as crises são fenômenos complexos, decorrentes da busca incessante pela acumulação de capital e da contradição fundamental do capitalismo, entre a produção socializada e a apropriação privada (Engels, 2023).

Por conseguinte, diversas contradições que marcam o capitalismo ocasionam o desenrolar de uma crise econômica, política e social. O funcionamento e as extensões desse momento funcionam como uma fase em constante ciclo econômico que sempre visa retornar na manutenção e avanço do capitalismo.

As crises no capitalismo desencadeiam uma desvalorização do capital, e assim, atinge a falência de empresas, a perda de valor das mercadorias e a destruição de recursos produtivos. No entanto, apesar dos impactos negativos imediatos, como o fechamento de negócios e o aumento do desemprego, esses momentos de crise, simultaneamente, abrem espaço para uma recuperação provisória. Dito isso, ao reduzir o capital excedente, cria-se um ambiente em que o capital remanescente pode retomar sua capacidade de gerar lucro (Netto & Braz, 2012).

Apesar desse movimento, as consequências das crises no capitalismo afetam todos. Porém, os resultados problemáticos afetam de forma muito mais agressiva a classe trabalhadora. Isso acontece devido à condição social da classe trabalhadora - de não possuidora da acumulação de riqueza - e que, por isso, sofrem diretamente os impactos da redução da produção (Netto & Braz, 2012).

Recessão, instabilidade nos mercados, desemprego, fome, miséria, dívidas, entre outras condições deploráveis são resultados deste processo, por isso se trata de um fenômeno que ocorre no âmbito econômico, nas relações sociais e políticas. A burguesia dominante, em sua incessante empreitada pela manutenção do seu privilégio, realiza estratégias que acentuam a exploração da classe trabalhadora (Marx, 2017).

Dito isso, cumpre mencionar que por a acumulação de riqueza na mão dos capitalistas ditar os objetivos da produção, toda a sociedade, enquanto estiver no capitalismo, estará propícia a viver suas vidas com base na lei do valor. Isso inclui que a classe trabalhadora se submeta ao sacrifício pelo lucro da pequena classe burguesa (Marx & Engels, 2019).

Deste modo, as estratégias que são utilizadas para dar continuação ao ciclo econômico das crises - que realiza a manutenção do capitalismo e, assim, na preservação dos privilégios da classe dominante - estão totalmente intencionadas para da crise irem ao apogeu do lucro para o capitalista. Por isso, medidas como redução de custo, busca de novos mercados, intervenção estatal, reestruturação financeira, renovação tecnológica, diversificação da divisão social do trabalho, são um dos exemplos de ações para, supostamente, superar a crise.

Para ciência do leitor, a redução de custos se trata de uma resposta imediata de demissões de trabalhadores (trabalho vivo), e o investimento em automação e tecnologia (trabalho morto) para aumentar a eficiência dos trabalhadores que não foram demitidos. Isso além de acarretar no aumento de desemprego que por si só já desencadeia vários problemas, aumenta também, com o trabalho morto, a exploração da força de trabalho.

Por consequência, ocorre a reconfiguração da produção por meio de ferramentas tecnológicas e técnicas que introduzem uma diversificação na divisão social do trabalho, como o toyotismo e a uberização (Antunes, 2015). Ao mesmo tempo, promovem alterações político-econômico-sociais como o neoliberalismo e sua respectiva ideologia, e implementam mecanismos de controle social de todas essas ordens, até a bélica, como o imperialismo e as estratégias de guerra, empréstimos de órgãos da burguesia e a ascensão da extrema-direita ao poder político (Harvey, 1992).

Nesta mesma lógica, diante da saturação do mercado, os capitalistas buscam novas fronteiras para expandir seus negócios e conquistar novos consumidores. A questão é que esse movimento visa terras onde o valor da força de trabalho seja mais barato, portanto, ocorre o aumento da superexploração em países em que o povo já foi amargado na colonização e hoje continua a sofrer com os objetivos do capitalismo (Marini, 2020).

Essa expansão, além de impactar os aspectos econômicos, também molda as relações globais e sociais, o que na dinâmica do capital significa realizar a manutenção da pobreza para a classe que produz e a riqueza na mão de poucos. Assim, fazem uso, de maneira direta ou indireta, de práticas violentas e exploratórias - assim como a colonização - das populações trabalhadoras dos países subdesenvolvidos para assegurar a reprodução e a continuidade da acumulação do capital (Marini, 2017).

Ademais, como mencionado, já que a marcha da história é a luta de classes, diante dos impactos das crises, as amplas massas da classe trabalhadora, diretamente afetadas pelas condições das crises, respondem com reivindicações para melhorias imediatas em suas condições de trabalho. Nesse momento, abre-se a oportunidade da classe trabalhadora questionar a dinâmica do funcionamento do capitalismo.

Com isso, entende-se que como o controle econômico-político e social da sociedade capitalista está com a classe burguesa, como supramencionado, todos os horizontes serão para a manutenção do sistema e assim, o acúmulo de lucro para a classe hegemônica. Por fim, a crise por si, sem a ação revolucionária do sujeito revolucionário - a classe trabalhadora - resultará em várias gerações cíclicas de manutenção da economia e do capitalismo, até o fim da história da humanidade. Visto que o capitalismo é uma potência destrutiva para a humanidade (Harvey, 1992).

Então, não é a crise que, em si, gera a revolução, pois a passividade e/ou a desorganização da classe trabalhadora em um projeto efetivamente crítico e revolucionário é parte do projeto do ciclo da crise, que tem como diretrizes as definições políticas e sociais da classe que está no poder. As crises geram o próprio problema e a própria solução, já que as contradições são indispensáveis no capitalismo, mas necessitam da ação da revolução (Netto & Braz, 2012).

No mais, as revoltas podem se tornar levantes, como uma greve geral. Essas, de maneira motivadas e organizadas a partir de uma análise crítica das estruturas sociais vigentes, que buscam por alternativas que atenuem as consequências das crises, e entendam a necessidade de uma transformação social, podem caminhar para romper o fim do ciclo de crises do capitalismo e exploração da força de trabalho. Trata-se do horizonte do socialismo, onde a produção atende às necessidades de todos (Marx & Engels, 2008).

Por fim, observa-se que, na transição do modo de produção feudal para o capitalista, a sofisticação da civilização manteve a lógica denunciada por Engels (2024) sobre o aumento da exploração do ser humano pelo próprio ser humano. Especificamente no capitalismo, isso se expressa direcionado pela divisão entre aqueles que controlam os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho.

Além disso, o capitalismo foi o primeiro modo de produção que conseguiu atingir e integrar o mundo todo em sua dinâmica, o que acarretou em levar a cabo o processo da civilização. Portanto, a exploração da força de trabalho se espalhou para todas e todos da classe trabalhadora, e especificamente, para aqueles que nasceram em países subdesenvolvidos, essa exploração foi ainda mais intensificada.

Nesse sistema, o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, de uma maneira específica e complexa, a reificação. As relações sociais se tornam mediadas pela mercadoria e pelo dinheiro, que ganham um caráter *mágico* ao ditar o ritmo da vida social. A classe trabalhadora, por sua vez, é relegada a uma posição de dependência econômica, em que o trabalho se torna apenas um meio de sobrevivência, e não de realização humana.

Desta maneira, percebe-se que a contradição central do capitalismo - a produção socializada e a apropriação privada - mantém a exploração, complexifica as estruturas sociais e alimenta crises, o que torna a emancipação humana um horizonte distante. Nesse sentido, a vida no capitalismo é marcada pela busca incessante por lucro e acumulação de riqueza, o que acarreta em relações sociais sob um individualismo que aliena o indivíduo da sociedade, e reforça a exploração e as contradições do sistema.

1.5. Síntese do capítulo

Neste capítulo, abordou-se o desenvolvimento histórico das formas sociais e econômicas, desde a organização primitiva até a complexidade da sociedade capitalista. Inicialmente, descreveu-se como, nas sociedades mais antigas, a produção estava voltada para a subsistência e as relações sociais eram horizontais, caracterizadas pela cooperação e a divisão simples do trabalho.

À medida que as civilizações se complexificavam, o avanço tecnológico e a propriedade privada e a divisão do trabalho se tornaram centrais para o surgimento das classes sociais. O processo de alienação, descrito por Marx, intensificou-se com a sofisticação das relações econômicas, em que o trabalhador foi gradativamente afastado dos meios de produção.

A mercadoria, agora central na lógica capitalista, passa a dominar as relações sociais, de maneira a ser fetichizada como se tivesse vida própria, o que distorce as interações humanas. A reificação emergiu como uma forma mais desenvolvida de alienação no capitalismo, e acabou por transformar os trabalhadores em meras engrenagens do sistema produtivo.

Portanto, com a acumulação de capital e o estabelecimento do mercado global, as relações de exploração foram aprimoradas. No capitalismo, o aumento da exploração do ser humano pelo próprio ser humano atingiu seu ápice, e assim evidenciou a lógica da ampliação da exploração. Por isso, conclui-se que a sofisticação da civilização nada mais é do que o refinamento das formas estruturais de exploração sob o alinhamento do antagonismo de classe e suas consequências, que acabam por moldar o indivíduo do capitalismo na dinâmica do ser humano explorar o próprio ser humano.

Capítulo 2: A gênese e a origem da Psicologia

Após as bases teóricas mencionadas no capítulo anterior, o objetivo, agora, é analisar a emergência da necessidade do surgimento da Psicologia na sociedade capitalista. Para compreender seu surgimento, recorre-se a observar o seu entrelaçamento com o desenvolvimento histórico das sociedades e a formação do indivíduo, pois, sustenta-se que nesta relação se encontra a expressão mais simples da *forma da Psicologia*.

Por conseguinte, busca-se, assim, discutir a relação entre o ser social e o indivíduo civilizado, de maneira a compreender como a organização social, desde suas formas mais primitivas até o estágio atual, moldou o sujeito que se conhece hoje. Essa trajetória é essencial para investigar **como a Psicologia se consolidou como uma forma de alienação das relações sociais**, que se estabeleceu como uma estrutura de controle e adaptação dos indivíduos às exigências do modo de produção capitalista.

A partir dessa perspectiva, a análise inicial explora a relação entre o ser social e a dicotomia com a dinâmica indivíduo-sociedade no capitalismo, de maneira a destacar como as transformações históricas, econômicas e culturais formaram o alicerce para o desenvolvimento de um sujeito específico. Esse sujeito é o que atende às demandas das sociedades organizadas em torno do trabalho e da produção.

Posteriormente, o capítulo aborda a origem da Psicologia, e, assim, contextualiza seu nascimento em um cenário de mudanças sociais profundas. É nesse ponto que se revela o caráter burguês dessa ciência, desenvolvida em meio à emergência das sociedades capitalistas. A Psicologia, assim, não surge apenas como uma ciência neutra, mas como um produto das condições materiais e históricas que configuram enquanto uma determinação a *seu objeto e sua prática enquanto função social*.

O capítulo, então, examina como a Psicologia, ao se estabelecer como ciência burguesa, contribui para a criação e a consolidação do indivíduo do capitalismo. Essa ciência, ao longo de sua história, tem desempenhado um papel central na adaptação do sujeito às demandas produtivas. Por fim, a discussão se volta para o objeto da Psicologia, o indivíduo do capitalismo, e sua crise, como *natureza em si* para a compreensão de sua *forma e conteúdo*.

2.1. O ser social e o indivíduo civilizado do capitalismo

Para Marx (2020a), o ser humano é um ser social, que se desenvolve em sociedade, isto é, que se constrói enquanto tal nas relações que tece nessa sociedade, mediado pelo trabalho, de acordo com o que é possibilitado em seu tempo histórico; e atua de maneira a construir a própria sociedade, em uma relação dialética. De acordo com isso, Vigotski (2000) também demonstra que o ser é social, pois em qualquer lugar que ele estiver, mesmo sozinho, ele carrega consigo a sociedade, as culturas, o processo histórico, a comunicação, enfim, o que lhe é apropriado através de sua sociabilidade.

Nessa esteira, Vigotski (2000), respaldado em Marx, ressalta que os seres humanos se constituem como tais através dos outros, em relações mediadas pela atividade e pela linguagem, fundamentalmente. Assim ele internaliza as leis sociais que passam a atuar, de maneira dramática, naquilo que será a sua própria personalidade.

Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre em três estágios básicos: *em si, para os outros e para si*. Inicialmente, em sua socialização, o humano compreende a realidade que está posta de maneira externa a ele, seus atos não possuem um significado. Posteriormente, ele passa a interagir com ela a partir da mediação de outros, e isso configura seu psiquismo de forma ainda pouco autônoma, mas começa a ocorrer o processo de significação por meio das relações. Por fim, ele consegue se valer dessas ferramentas culturais postas como meio para orientar o comportamento das demais pessoas e o seu próprio, de maneira a se apropriar delas. E assim se efetiva como ente ativo e criativo (Vigotski, 2000).

Nesse sentido, Vigotski (1930) salienta que aquilo que se compreende enquanto o mais íntimo de cada indivíduo advém das relações sociais que configuram a estrutura da sociedade onde este está inserido. Ou seja, todo esse processo de desenvolvimento decorre fundamentalmente do trabalho, compreendido enquanto a maneira em que o ser vai realizar sua transformação na natureza e como irá regular suas relações, e daí se complexifica em estruturas mais complexas que passam a compô-lo e orientá-lo (Marx & Engels, 2019).

Para tanto, a relação indivíduo e sociedade não é separada, obviamente, o indivíduo possui sua subjetividade (singularidade), e a sociedade possui sua universalidade. No entanto, essas esferas existem em um processo dialético, que é mediado pela particularidade, no qual, o indivíduo é um ser social desde o momento em que desenvolve a categoria do trabalho, e a sociedade necessita de cada indivíduo para ser constituída (Oliveira, 2005).

De fato, o ser humano sem a sociedade pode existir, mas não enquanto indivíduo sociável, não portador da humanidade efetivamente, apenas enquanto uma potência - como a história do menino lobo. Também a sociedade pode existir sem um indivíduo, no momento

em que este é considerado enquanto uma singularidade avulsa ou estudada de maneira abstrata.

No entanto, ela só é o que é, de maneira real e material, pelas relações sociais que nela são reduzidas, portanto, a relação entre sociedade e indivíduo não é dicotômica. O indivíduo está na sociedade, e age sobre ela, assim como a sociedade está no indivíduo, que age sobre ele. É uma relação imprescindível de troca dialética (Marx, 2020a).

No entanto, diferente da maneira como o ser social deveria ser desenvolvido, em uma relação coletiva na qual fosse capaz de se apropriar de toda riqueza produzida pelos trabalhadores de toda história da humanidade, ou seja, o desenvolvimento do gênero humano em termos potenciais, isso não ocorre. Devido às condições colocadas desde o início da civilização, nas quais a exploração do ser humano pelo próprio ser humano foi instaurada, a dinâmica do gênero humano tem enfrentado diferentes formas contraditórias de se ver como tal, isso vem do resultado da alienação do trabalho, fundamentalmente (Vigotski, 1930).

Porque, se o trabalho ocupa um papel fundante no desenvolvimento do ser humano, e o trabalho no capitalismo ocorre da maneira como foi apresentado, voltado para o lucro e acumulação de mercadorias para uma pequena parcela da sociedade; o trabalho reificado no capitalismo atua sobre o trabalhador de modo a produzir conhecimento reificado de si mesmo como ser social. Isto é, há um desenvolvimento pautado por determinações que lhe são estranhadas, uma finalidade regida pelo capital

Dessa maneira, assim como mostrado no caminho da civilização, o indivíduo também segue esse mesmo percurso. Por isso, entende-se que ao longo do tempo, com a complexificação da exploração, a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade tomou forma, e não parou de crescer. Assim como através da alienação do trabalho, no capitalismo, o indivíduo está como se fosse um objeto, e seu objeto, como se fosse um ser social, quer dizer, ele se constitui de maneira reificada.

Portanto, ao longo da história, a constituição do indivíduo está ligada às formas de organização social e econômica de cada época. Nos períodos mais primitivos, o indivíduo ainda não se diferenciava de forma nítida do coletivo, pois a sobrevivência dependia da cooperação e da divisão equitativa de tarefas.

Com o avanço das sociedades o indivíduo começa a se diferenciar do coletivo à medida que surgem classes sociais, e a concentração de poder e riqueza em um pequeno grupo dá origem a uma nova forma de organização social. Nesse momento, o indivíduo passa a ser definido pelas suas relações de posse e pelo seu papel dentro da estrutura de poder, que se consolidava através de normas e regulamentos impostos pelas classes dominantes.

Nas sociedades feudais, o indivíduo se encontra ainda mais limitado por uma rígida hierarquia social. O camponês era atado à terra, assim como o senhor feudal se legitimava pela posse das terras e dos servos. O indivíduo nessa época se constituía por sua função e sua lealdade à classe que o subordina. Não havia espaço para a liberdade individual tal como se conhece hoje; o indivíduo era quase que inseparável de sua posição social, esse era o resultado da alienação da época.

Com a chegada do capitalismo, no entanto, o indivíduo passa por uma transformação radical. A revolução burguesa traz consigo mudanças econômicas, mas, mais que isso, pois nela surge uma nova forma de pensar o indivíduo, agora como um sujeito de Direitos e deveres, mediado pela lógica da troca mercantil (Pachukanis, 2017).

No capitalismo, o sujeito é moldado pela necessidade de garantir as condições para a troca de mercadorias, em que ele é reduzido a uma entidade abstrata, portadora de Direitos formais, mas completamente inserido nas dinâmicas econômicas. A constituição do indivíduo como *sujeito de Direito* é uma forma de assegurar a continuidade das relações de produção capitalistas (Pachukanis, 2017).

Por isso, entende-se que, ao moldar o indivíduo sob a lógica da mercantilização, o capitalismo transforma a subjetividade humana, e age nas formas de organização social que legitimam essas relações. Esse movimento é a própria sofisticação das formas de controle social, como já visto anteriormente e também agora.

As contribuições de Pachukanis (2017) são fundamentais para entender como o Direito, tal como a Psicologia, não é apenas um instrumento ideológico burguês, mas uma forma de relação social burguesa. Veja, leitor, tanto o Direito quanto a Psicologia emergem das condições materiais e históricas do capitalismo, que se constituem como parte das relações de produção.

Pachukanis (2017) demonstra que, o Direito regula e normatiza a troca de mercadorias e, ao fazê-lo, transforma o indivíduo em uma mercadoria jurídica. De maneira semelhante, a Psicologia, enquanto forma de relações sociais, participa desse processo ao constituir e naturalizar o indivíduo capitalista, de maneira a moldá-lo conforme o sentido capitalista das relações de produção.

Nesse sentido, a Psicologia, assim como o Direito, participam da criação e manutenção objetivas das relações sociais burguesas. Portanto, a Psicologia, ao tratar o indivíduo como objeto de suas intervenções, reforça a alienação e a fragmentação que caracterizam o indivíduo do capitalismo, ao mesmo tempo em que desenvolve, reflete e perpetua as contradições desse sistema.

Dessa maneira, reforça-se que esse indivíduo reflete a mercantilização do sujeito no capitalismo. Nesse ponto, o indivíduo é reconhecido apenas na medida em que pode participar da lógica de mercado, o que leva a sua liberdade e igualdade serem uma ilusão mantida pelas formas das estruturas de relações sociais, como o Estado, o Direito, e a Psicologia.

O indivíduo é visto como formalmente livre, mas essa liberdade é condicionada pela sua função na estrutura econômica. Ele é, portanto, um agente de trocas, submetido às leis do capital, ao mesmo tempo que aparenta ser um sujeito autônomo e independente. Deste ponto, sofisticou-se através da alienação no capitalismo a dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Desse modo, o *indivíduo reificado* é aquele que, no capitalismo, se encontra alienado tanto do processo de produção quanto dos seus próprios produtos. Isso significa que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, perde o controle sobre os frutos de seu trabalho, que se tornam mercadorias.

O indivíduo reificado é, portanto, um produto das condições capitalistas, em que a mercadoria domina as relações sociais. Ele não se reconhece mais como criador de sua própria realidade, e assim se vê apenas como um agente passivo no processo de produção e consumo. O que na realidade do capitalismo dependente é mais intensificado com uma ideologia voltada para a conformidade sob uma lógica de destino fatalista (Martín-Baró, 2017).

Ainda, o processo de reificação atinge também o indivíduo nas suas relações interpessoais, que ao ser mediadas pelo mercado, vai aos poucos, de forma fetichizada, apagando a humanidade, como intensificação da alienação em relação aos outros (Marx, 2020b). No capitalismo, a subjetividade do indivíduo é moldada pelas leis da mercadoria, e ele se torna incapaz de compreender a totalidade das forças que o dominam (Vigotski, 1930).

No mais, entende-se que esse indivíduo civilizado que se apresenta hoje, é o projeto de indivíduo do capitalismo, do Direito, reificado e da Psicologia. Portanto, o indivíduo da Psicologia é o mesmo da relação dicotômica indivíduo-sociedade, é aquele que produz e não enxerga sua produção, pois, enxerga-se produzido pela sua produção, é aquele que se vê livre, mas está mais do que preso à exploração do capitalismo.

Consequentemente, rememora-se que, à medida que o capitalismo se desenvolve, a sofisticação da civilização também se complexifica. O avançar do modo de produção capitalista traz um aumento das formas de exploração do homem pelo próprio homem. A produtividade cresce, mas a concentração de riqueza e o poder nas mãos de poucos perpetua a

desigualdade. O indivíduo, cada vez mais, se encontra submetido às dinâmicas de produção capitalistas, em que sua vida é mediada pela mercadoria e pelo trabalho alienado.

Neste contexto, o indivíduo não se reconhece mais como um ser social, mas como um agente de mercado, um consumidor, um portador de Direitos abstratos. Sua individualidade é fragmentada e submetida às lógicas do capital, e ele se encontra cada vez mais distante de sua própria essência humana (Marx, 2020a).

Dessa maneira, o desenvolvimento da sofisticação da civilização até agora, tem sido a complexificação da exploração, ao invés de libertar o indivíduo, e, assim, perpetua as contradições do sistema capitalista. E é dentro desse processo histórico que o indivíduo se forma, não como um sujeito autônomo e livre, mas como um produto das relações sociais alienadas.

Portanto, é no estranhamento do indivíduo com suas características históricas humanas enquanto ser social, que o mesmo irá em sua objetividade e subjetividade, seguir os passos do fetichismo da mercadoria, que resultará na dicotomia entre indivíduo e sociedade. Por mais que seja fantasioso esse movimento, é na fantasia que ocorre a materialização da negação de si mesmo como ser social - apenas aparente -, e que, por fim, torna-se o sujeito uma mera engrenagem descartável, com sua subjetividade a serviço do mercado (Palangana, 2002).

Dessa maneira, Marx (2020a) entende que, através das relações sociais, o ser humano terá sua consciência formada, quer dizer que, a tomada da consciência é a chave para o homem se ver enquanto ser social, e não de maneira reificada. Por conseguinte, a tomada de consciência de classe do ser humano é o rompimento da alienação no capitalismo, mas, como posto, isso só ocorre de forma coletiva.

Ademais, a questão é que devido às relações sociais estarem voltadas às demandas do mercado, o que acarreta a sua forma fetichizada, a consciência do ser humano se torna distante do mesmo, e assim, se configura a sua alienação. Desse modo, o gênero humano não se desenvolve, o que o leva a uma subjetividade presa às demandas do mercado e ao seu não reconhecimento como sujeito histórico e ativo, portanto, propício a ser explorado até os limites das condições do capitalismo.

Nesse ínterim, pode-se observar que a subjetividade não é algo que simplesmente surge pronto, nem é uma instância abstrata. Ela é construída socialmente, forjada pelas condições históricas e econômicas em que os indivíduos se inserem (Marx, 2020a).

No processo da alienação do capitalismo o sujeito acaba por não ver a realidade da sua própria atividade e o fruto de seu trabalho como parte de si. Assim, o ser humano não

consegue ver o resultado do seu próprio esforço como uma extensão de sua subjetividade, mas sim como algo fora de seu controle.

Para tanto, a subjetividade, de maneira hodierna, que é desenvolvida nas relações sociais no modo de produção capitalista, através do trabalho alienado, será anulada pela objetividade enquanto indivíduo do capitalismo, como parte da mercadoria do sujeito a ser explorada (Chagas, 2013). Ou seja, há uma diminuição de sua potência, em termos de desenvolvimento e uma subordinação à lógica reificada. Dessa maneira, entende-se que a subjetividade também compõe a força de trabalho, explorada no capitalismo.

Dito isso, entende-se que a relação indivíduo-sociedade é estranhada ao sujeito através das formas da alienação. Por conseguinte, o indivíduo, torna-se passivo, e suscetível à sua adaptação a uma sociedade do fetichismo da individualidade (Duarte, 2012).

Por o efeito da dicotomia indivíduo-sociedade resultar na anulação fetichizada do ser social, o sujeito estará de maneira a desenvolver a negação de sua consciência, essa que se subordina a seu inconsciente, de forma alienada, ou seja, mais longe estará de se ver como ser social e mais perto de se ver como coisa, mercadoria, passiva, que necessita ser levada e trocada no mercado, para cumprir com seu objetivo. A inconsciência passa a preponderar, onde não existem condições para a plena consciência se desenvolver.

Denuncia-se que é nesse movimento de estranhamento de si mesmo, através das relações de alienação específicas do capitalismo, que a forma da Psicologia se origina. Pois, trata-se da relação social de subordinação fetichizada da negação do ser social, ou seja, da passivação do sujeito revolucionário, o trabalhador, a sua adequação no modo de produção capitalista, através da reificação da sua subjetividade. Essa que ocorre pela adequação das relações entre trabalhadores serem aceitas apenas de maneira fetichizada, como mercadorias que se relacionam entre si e necessitam se adaptar às normas do mercado para terem valor/utilidade.

Leitor, como se percebe, questiona-se, valor e utilidade, juntos? Não é esse o valor da mercadoria no capitalismo? Mas, como se viu, o sujeito não é uma mercadoria. É sob essa contradição, do fetichismo da mercadoria e da individualidade, que se configura a contradição da forma da Psicologia, e, por conseguinte, da própria dinâmica do capital, da dicotomia indivíduo – sociedade, em que é convertida em mercadoria - mercado.

O ser humano vai em busca do seu valor de uso, mas ele não é efetivamente uma mercadoria para ter valor de uso ou de troca. Isso é a expressão da reificação e assim, perde sua potencialidade humana. Pois, na verdade, o caráter humano é construído histórico e socialmente e não como valor.

A práxis do ser social, como atividade consciente e transformadora, envolve ideação prévia, escolha de meios e a realização em consonância com objetivos traçados. Esse movimento carrega uma dimensão de valoração, pois é por meio da práxis que os seres humanos atribuem significado às suas ações (Marx, 2010a).

No entanto, no capitalismo, o processo de valoração humana é mediado pela lógica do trabalho alienado, que subordina a ética à lógica do Valor (Marx, 2010a). Sob essa perspectiva, o valor das ações humanas deixa de ser determinado por sua contribuição ao desenvolvimento humano ou ao bem coletivo e passa a ser medido pela produção e circulação de mercadorias. Essa subordinação transforma a práxis em um movimento pautado em relações mercantis, que reduz a ética a uma função do mercado.

Como destaca Netto (1981), rememora-se que a reificação intensifica esse processo ao transformar as relações sociais em relações entre coisas, de maneira a desumanizar o ser humano e medi-lo não por sua potencialidade, mas por sua função econômica. A ética, nesse contexto, é moldada por essa lógica reificada, que naturaliza a ideia de que os seres humanos são valorados pelo que possuem ou produzem, o que acaba por reforçar as dinâmicas de alienação.

Ainda assim, a práxis humana possui potencial emancipatório, na medida em que reconhece o caráter histórico e social da valoração. Superar a lógica do Valor significa devolver às ações humanas seu papel central no desenvolvimento histórico, de modo a permitir que os valores orientem a transformação social, em vez de perpetuar a alienação.

Dessa forma, como aponta Leontiev (2021), a atividade humana é essencialmente mediada pelas condições materiais e pelas relações sociais, em que são o principal instrumento para a construção da consciência e da personalidade. Assim, ao resgatar a dimensão ética e humana da práxis, é possível ressignificar os valores de forma que expressem as verdadeiras necessidades e possibilidades humanas, em contraste com as imposições do mercado.

Com isso, observa-se que a reificação age na resguarda da crise do indivíduo enquanto seu valor e valor de uso. No entanto, como exposto, essa crise é resultado de uma realidade fetichizada em que o indivíduo vira mercadoria e a mercadoria vira indivíduo. A estrutura social que age sob a adequação da subjetividade dos sujeitos é a estrutura reificada, é a forma assumida pela Psicologia.

Desta maneira, é possível perceber que é no início do processo de universalização das trocas de mercadorias, no interior do fim do modo de produção feudal, que o ser humano se individualiza (Albinati, 2020). Assim, germina-se a emergência da Psicologia. Pois bem,

entende-se que, nesse momento histórico, inicia-se o desenvolvimento de um processo de negação e estranhamento de parte de si mesmo (Palangana, 2002).

Em suma, o surgimento do indivíduo no capitalismo se dá de forma intensa no momento em que as trocas universais de mercadorias se consolidam. Assim carrega consigo uma série de contradições sociais e econômicas, como já descrito no primeiro capítulo. É nesse ponto histórico que a forma de trabalho reificada começa a germinar, de maneira a intensificar a atividade humana em um processo alienado, em que o trabalhador se dissocia do produto de seu trabalho.

Com esse movimento, o trabalho e a subjetividade humana são moldados pelas relações de produção capitalistas. Surge, assim, uma dinâmica de relações sociais que se volta para a adequação desse sujeito aos novos critérios do capital, e é nesse contexto que a Psicologia encontra o seu objeto: o indivíduo do capitalismo. O sujeito da Psicologia, portanto, não é aquele conformado às demandas alienantes e fetichizadas do mercado.

Dessa maneira, a relação entre o ser social e o indivíduo civilizado do capitalismo demonstra que a formação da subjetividade humana está ligada ao modo de produção e às estruturas sociais nas quais o indivíduo está inserido. Por isso, cabe perceber que essa subjetividade que é desenvolvida, é uma subjetividade privada, típica do indivíduo civilizado do capitalismo, com sua consciência subordinada à sua inconsciência, sob a lógica da alienação.

Para tanto, no capitalismo, a reificação do ser humano distorce essa relação, o que faz com que o indivíduo se veja como um objeto, passivo frente às dinâmicas sociais e econômicas. Ao internalizar as leis sociais de uma sociedade pautada pela mercantilização, o indivíduo perde a capacidade de se considerar como sujeito ativo e criador de sua própria existência, e, assim, fica cada vez mais distante de sua essência humana e subordinado à exigência do capital.

Por fim, o indivíduo do capitalismo é o ser social, no entanto, devido o momento histórico, ele se encontra reificado, e que por isso, de maneira fetichizada se vê na relação mercado-mercadoria, enquanto resultado da dicotomia da relação indivíduo-sociedade. Justamente por isso, a sua subjetividade, de maneira privada, se encontra sob o domínio da vontade do mercado, o que acaba por impulsionar a relação inconsciente - consciente sob mando da forma alienada, que impede o sujeito de se tornar consciente e, por fim, livre.

Portanto, suas atitudes são vinculadas ao domínio do seu inconsciente, que de forma alienada, reproduz a dinâmica capitalista de individualidade, e não o desenvolvimento do

gênero humano. Nesse sentido, o fetichismo da mercadoria e da individualidade, de fato ditam a maneira como o ser humano se relaciona enquanto submissão à lógica capitalista.

Em comunhão ao desenvolvimento dessa forma, denuncia-se que sua expressão se dá de maneira mais direta, inicialmente, na própria ciência burguesa, e de forma mais indireta, tal como uma estrutura de relações sociais, o que será melhor trabalhado no último capítulo. Então, observa-se que na vulgarização das ciências, bem no apogeu da tomada de poder da burguesia, a Psicologia é convocada como ciência, justamente nesse momento histórico do avanço da ciência em sua perspectiva gnosiológica, e individualista, de atuação.

2.2. A origem da Psicologia

A constituição da Psicologia, enquanto ciência, não pode ser compreendida de maneira desvinculada da história e das transformações sociais que moldaram a sociedade ao longo dos séculos. Nesse sentido, é crucial entender que a emergência da Psicologia ocorre em um contexto em que as relações sociais, econômicas e políticas se tornam cada vez mais complexas, como demonstrado, no surgimento do capitalismo.

Portanto, observa-se que a Psicologia surgiu como uma resposta às necessidades e contradições próprias de um mundo em transformação, marcado pela alienação e pelo desenvolvimento do indivíduo no capitalismo. Tal como uma forma opressiva de controle das relações sociais no capitalismo.

A história revela que as formas de conhecimento sempre estiveram ligadas às necessidades materiais de cada época. Desde os primórdios da humanidade, o ser humano buscou maneiras de compreender e dominar a natureza, o que gerou as primeiras formas de ciência.

À medida que a sociedade se desenvolveu, essas formas de conhecimento também se transformaram. E assim, passam a incluir o estudo do mundo externo e o estudo da própria subjetividade humana (Andery et al., 2000).

Como destrinchado no subcapítulo anterior, entende-se que o desenvolvimento da Psicologia está ligado ao processo de individualização que ocorre durante a transição do capitalismo, no momento em que a dinâmica do mercado e das mercadorias passa a reger a vida social e, por consequência, a subjetividade do sujeito (Albinati, 2020). E, nesse movimento, a Psicologia cumpre seu papel enquanto forma social capitalista.

Na medida em que o capitalismo se consolidava, e a lógica do trabalho se complexificou, até chegar nos dias atuais do trabalho reificado, o trabalhador, alienado do

produto de seu trabalho, passou a experimentar uma dissociação entre si e as forças produtivas. O que levou a diversas complicações para a subjetividade do indivíduo, como já mencionadas no subcapítulo anterior. É nesse cenário que surge a Psicologia.

Enquanto estrutura de relações sociais submissa ao mercado, e enquanto ciência burguesa, que emerge como um instrumento ideológico. Portanto, a origem da Psicologia é marcada pelo objetivo da adaptação do indivíduo às exigências do sistema produtivo. O indivíduo capitalista é, assim, formado no âmago da lógica de alienação, e a Psicologia, ao se estruturar como ciência, se inspira enquanto seu objeto o sujeito do capitalismo.

Ainda, salienta reforçar que essa emergência do surgimento da Psicologia não se trata de um projeto individual com objetivos esclarecidos. Como se discute aqui, a Psicologia é resultado da complexificação do modo de viver do capitalismo, conseqüentemente significa que é resultado de suas contradições (Yamamoto, 1987).

Isso ocorre devido ao fato das crises do capitalismo sempre gerarem uma necessidade de uma reinvenção na exploração da força do trabalho, o que acabou por sofisticar, isto é, intensificar a mais-valia relativa (Netto & Braz, 2012). Por conseguinte, ao mesmo tempo que o mercado necessitou desse avanço, os trabalhadores também avançaram em outros pontos, como a própria alfabetização em massa e os acessos às tecnologias digitais (Harvey, 2011).

À vista disso, percebe-se que, historicamente a humanidade não é imutável, as violências de repressões nas relações sociais precisaram se sofisticar, para manter o sistema do modo de produção capitalista a funcionar. Tal como a mais-valia absoluta encontrou seus limites para a exploração, a violência do controle social burguês necessitava de mais formas de relações sociais de poder para controlar a nova sociedade que se erguia (Netto & Braz, 2012).

Como exemplo dessa sofisticação, expõe-se que, na transição para o capitalismo, a própria emergência da popularização da ciência refinou o conhecimento da população. Antes, a maioria das pessoas que sabiam ler eram vinculadas às igrejas, então era muito difícil passar informações e conhecimentos através de pesquisas escritas. Mas, com a popularização da ciência com a criação das gráficas e outras, isso mudou, portanto, a exploração de antes não poderia ser a mesma exploração de agora (Engels, 2023).

Portanto, como a emergência da Psicologia remonta a processos históricos anteriores, principalmente ao período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, no momento em que as relações de produção começaram a exigir novas formas de subjetividade, entende-se que seu surgimento não está vinculado a uma atitude individual de um projeto para ser uma

estrutura de relações sociais capitalistas, muito menos uma ciência burguesa. Mas, ela toma essa forma de acordo com as necessidades históricas.

A prova para esse movimento pode ser encontrada desde a origem da Psicologia enquanto ciência burguesa, com a criação do primeiro laboratório de Psicologia experimental por Wilhelm Wundt. Ou mesmo na emergência da Psicologia no campo criminal, ou na educação, ou nas fábricas, ou entre outros. Em todos esses campos, a Psicologia surge com um propósito, compreensão para o controle da *alma* - leia-se subjetividade privada (Figueiredo & Santi, 2008) - para melhor adequação do indivíduo a sua vida reificada.

A ciência psicológica, portanto, não surge neutra, mas como uma resposta às necessidades impostas pelo capital. Assim, de maneira a cumprir seu papel ideológico burguês, a Psicologia científica auxilia, enquanto base teórica e prática na modelagem do indivíduo de acordo com as exigências da nova ordem social (Yamamoto, 1987).

A pesquisa inicial de Wundt já encontrou um problema estrutural da natureza da Psicologia, que é a dicotomia, entre uma ciência de cunho biológico ou social. Para ser mais fiel às questões metodológicas, o próprio Vigotski (2004) cunhou essa divisão com as devidas nomenclaturas, uma ciência de base materialista vulgar ou base idealista.

Para que o leitor entenda bem esse ponto de origem da Psicologia, e não caia na confusão entre nomenclaturas de forma, conteúdo, ciência, superestrutura, expõe-se a seguir marcos extremamente importantes para o surgimento da Psicologia. Essa confusão de Psicologia enquanto ciência ou enquanto forma logo será melhor desenvolvida. Mas, por enquanto, é interessante se atentar aos caminhos históricos que serão apresentados.

2.2.1. O começo científico da Psicologia

Como já apresentado, a universalização do mercado, acompanhada pela disseminação de bases científicas fundamentadas nos ideais iluministas, foi essencial para transformar as relações sociais, pois essa ciência sustentou o arcabouço teórico para a emergência de uma revolução complexa como foram as revoluções burguesas. Logo em seguida, devido à mudança na dinâmica na luta de classes, a ciência de fundamentação revolucionária já não era mais necessária para a classe dominante, assim, inicia-se seu processo de vulgarização.

A Psicologia, como parte desse movimento de vulgarização das ciências, também emerge sob a égide das novas necessidades do sistema capitalista. Assim como outras ciências sociais, a Psicologia nasce de uma demanda por organizar, controlar e otimizar as

relações entre os indivíduos, de forma a garantir a continuidade da ordem social burguesa (Ianni, 1975).

À medida que a sociedade se complexifica, as necessidades de controle sobre os sujeitos se tornam mais sofisticadas. A Psicologia, nesse sentido, surge como uma resposta científica e estrutural à necessidade de adaptar os indivíduos às novas dinâmicas de trabalho e às exigências do mercado (Merani, 1977). Ela fornece as ferramentas necessárias para a compreensão da subjetividade humana, mas, ao fazer isso, acaba por instrumentalizá-la em função da ordem dominante, tanto de forma direta ou indireta.

Portanto, o começo científico da Psicologia é como uma ciência burguesa, que advém de uma estrutura de relações burguesas. Nesse ínterim, sabe-se que a Psicologia serve como uma ferramenta para otimizar a produtividade e manter a ordem social (Yamamoto, 1987).

Por conseguinte, isso justifica que a Psicologia é também parte da superestrutura ideológica, pois acaba por justificar as hierarquias sociais, ao estar à serviço da propagação ideológica da classe dominante, com sua ciência como instrumento burguês, devido às condições de sua forma de relações sociais. Com isso, sustenta-se que o início da Psicologia como ciência é justamente com uma finalidade burguesa, de forma vulgar (Yamamoto, 1987).

Dessa maneira, retorna-se a 1879, ano de fundação do laboratório de Psicologia experimental na cidade de Leipzig, na Alemanha. Esse marco científico foi um passo decisivo para que a Psicologia fosse estudada de forma científica. Como mencionado, Wundt acreditava na Psicologia como uma área que se situava entre as ciências naturais e as ciências sociais, com o objetivo de investigar a *experiência imediata* dos indivíduos (Figueiredo & Santi, 2008).

Por conseguinte, os objetivos de Wundt eram tanto de descrever as experiências subjetivas dos indivíduos, quanto de entender os processos mentais elementares que moldam essa experiência, de maneira a utilizar métodos experimentais para estudar as relações entre as condições físicas do ambiente e os processos fisiológicos dos organismos. Tudo isso foi possível graças às condições históricas da ciência burguesa de entender a subjetividade privada (Figueiredo & Santi, 2008).

Ademais, Wundt também reconhece que os pensamentos mentais mais complexos, como o pensamento, a linguagem e a imaginação, não poderiam ser estudados em laboratório. Para isso, ele propôs o estudo dessas características por meio da análise de produtos culturais, como mitos e sistemas religiosos, de maneira a utilizar métodos comparativos inspirados pela antropologia e demais ciências sociais (Figueiredo & Santi, 2008).

Essa divisão de compreensão e atuação da Psicologia, enquanto área científica, foi responsável por germinar uma divisão vulgar, que também marca a independência da Psicologia. De um lado, a Psicologia experimental, que se concentrava nos processos mentais elementares, enquanto, por outro, a Psicologia dos povos, que buscava entender os processos superiores da mente, especialmente em contextos sociais e culturais (Figueiredo & Santi, 2008).

A partir desse cenário surgiu uma escola de pensamento estruturalista, que nasceu como uma tentativa de seguir as ideias de Wundt, mas com um foco mais definido. Essa corrente buscava entender a mente humana ao decompor a consciência em seus componentes mais simples, como sensações e percepções (Figueiredo & Santi, 2008).

De jeito a utilizar o método da introspecção, os estruturalistas acreditaram que poderiam identificar os elementos fundamentais da mente ao observar como as pessoas descreviam suas experiências internas diante de estímulos específicos. No entanto, o Estruturalismo sofreu muitas críticas, sobretudo por depender tanto da introspecção, de um método considerado subjetivo e inconsistente (Figueiredo & Santi, 2008).

Como contrapartida, surge a escola de pensamento funcionalista, que já foi fortemente influenciada pelas ideias de Charles Darwin. Diferentemente do Estruturalismo, que focava nos componentes da mente, o Funcionalismo estava mais interessado em entender a função desses componentes, ou seja, como a mente e o comportamento humano ajudavam o indivíduo a se adaptar ao seu ambiente (Figueiredo & Santi, 2008).

À vista disso, observa-se que, se olhadas uma por uma de maneira a-histórica, as escolas que emergiram na novata ciência eram apenas perspectivas de compreender melhor o ser humano, tanto no que ele pensa quanto nas atitudes que ele vai tomar. Mas, como esse trabalho já mencionou a caminhada histórica da sociedade, é possível que o leitor veja muito mais do que meras perspectivas científicas.

Toda ciência possui um posicionamento, um motivo para existir. Como exposto, a transição do feudalismo para o capitalismo foi marcada pela importância da base científica, e posteriormente, de acordo com o agravamento do capitalismo, essa ciência se tornou vulgar por motivos de controle social.

O que emerge da necessidade do surgimento de uma ciência como a Psicologia, são fatores históricos oriundos dos fetichismos da mercadoria e da individualidade. A grande razão para isso é que, contraditoriamente, ao mesmo tempo que o capitalismo aguçava a exploração do ser humano por outro ser humano, também desenvolvia a subjetividade do gênero humano, de maneira mais livre e autônoma do que em outros tempos.

Por conta dessa questão, enquanto o Estruturalismo via a mente como um conjunto de elementos que necessariamente serão aplicados separadamente, o Funcionalismo defendia que a consciência era uma função adaptativa, desenvolvida para ajudar os indivíduos a se ajustarem às demandas do ambiente. Assim, percebe-se que, embora opostas, as duas escolas ofertaram o mesmo resultado final, uma ciência que busca compreender o indivíduo civilizado do capitalismo.

2.2.2. A atuação da Psicologia no Direito, na Educação, na fábrica, na clínica e nas relações sociais.

Na Psicologia jurídica, o auxílio ao Direito começou a se estabelecer no século XIX, na França, no momento em que médicos foram chamados pela justiça para intervir na resolução de algumas ações criminosas (Maia, 2015). Essas ações envolveram indivíduos que não se enquadram nas normas tradicionais de loucura, o que gerou grandes conflitos com as teorias criminológicas vigentes, particularmente com a Escola Positivista, que acreditava que os criminosos eram portadores de doenças mentais e determinações biológicas¹⁷ (Carrara, 1998).

O que pode ser percebido, como a atuação da Psicologia, em sua forma mais crua, a patologização (Yamamoto, 1987). Não necessariamente se precisa dos agentes diretos, que são os psicólogos, para estar na forma da Psicologia, seu conteúdo é exatamente as relações sociais de poder, assim como pachukanis (2017) mostra no Direito, a estrutura da Psicologia também impõe uma forma de controle social burguês que, no caso, se trata da até então escola positivista encarar o criminoso com problemas biológicos na sua subjetividade, assim como uma mercadoria com defeito.

Entretanto, foi com a publicação da obra *Psychologie Naturelle*, em 1868, pelo médico francês Prosper Despine, que a Psicologia passou a ocupar um lugar de destaque entre as ciências que auxiliavam a justiça. Despine acabou por corroborar com a teoria criminológica positivista, a qual se debruçava sobre os estudos dos criminosos e delinquentes natos, como aqueles motivados por tendências nocivas, com ódio, vingança, avareza, aversão ao trabalho, isto é, de maneira a produzir o caráter de seletividade penal e desigualdade social (Bonger, 1967).

¹⁷ Esta escola acreditava que os criminosos eram portadores de doenças mentais ou predisposições biológicas para o crime, o que justifica a criminalização com base em diagnósticos médicos.

A princípio, a Psicologia Jurídica era vista como uma ferramenta para fornecer subsídios ao Direito por meio de psicodiagnósticos. Naquele período, os psicólogos que atuavam na área jurídica eram principalmente enfrentados como aplicadores de testes e realizadores de exames. O trabalho esteve fortemente ligado à perícia, que envolvia testes psicológicos, avaliações criminológicas e a emissão de laudos para auxiliar nas decisões judiciais (Freitas, 2009).

Novamente, por mais que seja de formas contrárias, tanto de diferentes sentidos apresentados nas abordagens estruturalistas e funcionalistas, quanto nas relações da forma da Psicologia utilizadas pela escola de criminologia positivista, o objetivo da Psicologia, sua finalidade, é sempre a mesma: bases científicas para entender, de maneira vulgar, a subjetividade privada, para então, tanto de maneira direta ou indireta, como nas relações sem os agentes psi, a Psicologia atuar em função da adaptação do indivíduo a sua devida civilização capitalista.

Mais uma prova desse percurso de origem da Psicologia é em relação com a área da educação. Um dos marcos do processo de colonização no Brasil é o projeto de catequização dos povos originários, que residiam no território que hoje é o Brasil. Esse projeto tinha como função a continuação da sanguinária colonização de maneira a adequar os povos originários como potenciais futuros trabalhadores à civilização pré-capitalista em formação (Rosário & Melo, 2015).

Para isso, rememora-se que esse momento histórico - dos primórdios da transição de uma formação social colonial para de capitalismo dependente - trata-se do início da Psicologia, não como ciência vulgar, mas como forma. Nessa dinâmica de trabalho colonizador da Igreja católica encontrava-se a transformação da cultura de relações sociais de um povo em uma relação fetichizada de mercadoria-mercado, era a adequação do povo colonizado ao capitalismo dependente. Esse movimento pode ser visto como a ação de adequar o sujeito como sujeito mercadoria, fora da compreensão de si mesmo enquanto ser social.

De maneira mais objetiva, entende-se que o trabalho jesuíta consiste em várias ferramentas de adequação cultural do sujeito catequizado em indivíduo do capitalismo. Como consequência, sabe-se que a Companhia de Jesus se utilizou de estratégias nas quais a educação e o controle psicológico se entrelaçam, o que atuou sob o comportamento e a subjetividade dos povos originários (Massimi, 2001).

Mas, isso ocorreu no séc XVI, a ciência da Psicologia, estava longe de se proclamar como ciência vulgar. Até porque a reificação, no sentido da sociedade mercantil, se

encontrava nesse momento em pré-existência, assim como a forma da Psicologia, o que tem em vista que essa relação social que se mencionou partiu da estrutura da Igreja, ou seja, a violência moral religiosa ainda não tinha necessidade de se sofisticar mais para uma violência da Psicologia.

Ademais, na Educação, a ciência vulgar da Psicologia surge com a mesma roupagem da qual veste no Direito, como sustentação teórica para oprimir e atrasar o gênero humano, e adequar o indivíduo à lógica do mercado. Com testes, avaliações, patologização e métodos de adequação de alunos para a preparação do trabalho reificado, pode-se pensar até mesmo em uma educação reificada, próximo à crítica de Saviani (1999) a uma educação para a formação de trabalhadores normalizados ao trabalho exploratório do capitalismo.

Com o avanço da Revolução Industrial, o modelo de produção capitalista passou por uma transformação significativa. Como já exposto, a acumulação de riqueza dependia da exploração da mais-valia absoluta, contudo, como esse modelo estabelece limites claros, surge a necessidade de uma mais-valia relativa. Visto que esta buscava aumentar a produtividade sem ampliar a jornada de trabalho, e assim otimizar os processos produtivos relativos aos bens da cesta de consumo da classe trabalhadora, de maneira a reduzir os custos da força de trabalho. Em outras palavras, a exploração se complexifica (Netto & Braz, 2012).

À vista disso, como consequência ao desenvolvimento das técnicas para extração de mais-valia, surgem o taylorismo e o fordismo. Estes métodos, em conjunto, cronometraram, padronizaram e dividiam as funções e cada movimento do trabalhador, e assim pretendia otimizar a produção, ao eliminar qualquer desperdício de tempo, energia, e agilizar o processo com as esteiras e os movimentos mais mecânicos. O que, por obviedade, auxiliou ainda mais o processo de alienação (Ribeiro, 2015).

Por conseguinte, o trabalhador era treinado para executar tarefas de forma que seu desempenho fosse controlado e otimizado. Aqui, a Psicologia entra como ferramenta de adequação dos trabalhadores a esses novos critérios produtivos, de maneira a validar cientificamente a racionalização do trabalho e contribuir, nas relações sociais, com a participação direta, ou indireta de seus agentes, para a internalização dessas normas como *naturais* pelos trabalhadores (Merani, 1977).

Por sua vez, a Psicologia no ambiente de trabalho, especialmente no contexto industrial, desempenhou um papel essencial na implementação dessa nova organização do trabalho. O objetivo era selecionar e moldar trabalhadores para que se ajustassem às demandas de produtividade (Merani, 1977).

Nesse sentido, a Psicologia do trabalho ajudou a criar critérios para avaliar e escolher aqueles que, psicologicamente, se encaixassem para exercer suas funções de maneira eficiente. Assim como uma engrenagem se encaixa em uma máquina. Um exemplo dessa prática foi a promoção de operários com alto desempenho para cargos de supervisão, o que individualiza a gestão e reforçava a separação entre o trabalhador e o coletivo (Merani, 1977).

Com o passar do tempo, greves e revoltas trabalhistas, que antes eram vistas como respostas coletivas às condições de exploração, passaram a ser interpretadas como problemas subjetivos, ou seja, como falhas individuais dos trabalhadores em se ajustarem à exigência do sistema produtivo (Merani, 1977). É nesse cenário que se torna possível observar as relações sociais da forma da Psicologia que contém em seu conteúdo a condição de diagnosticar e corrigir essas falhas, tal como uma engrenagem quebrada, que precisa ser consertada, ou então, substituída.

Na Psicologia clínica a história não é diferente, pois, tal como outras áreas da Psicologia, esse campo nasce como reforço da lógica de adaptação do indivíduo às demandas do mercado. Isso se configura através da ação prática da emergência da Psicologia clínica na patologização, enquanto garantia da lógica burguesa de adaptação ou justificativa para a correção da normalidade para o indivíduo do capitalismo -reificado (Yamamoto, 1987).

No contexto capitalista, na maioria das vezes, o sofrimento psíquico é visto como um problema individual, desvinculado das condições sociais e materiais que o geram. Assim, crises de ansiedade, depressão e estresse, que são comumente encontradas nos indivíduos, são interpretadas como desvios individuais, e a Psicologia clínica intervém para normalizar essas falhas (Merani, 1977).

Assim, como será melhor explanado no próximo capítulo, existem diversas abordagens na Psicologia, no entanto é possível especificá-las em três dinâmicas, as materialistas vulgares, as idealistas e o projeto de Psicologia geral de características histórico-culturais, que é orientado por uma perspectiva ontológica (Vigotski, 2004). No entanto, nem mesmo essa atuação, ao se situar na forma da Psicologia, consegue escapar de sua forma burguesa.

Esse movimento, de existência de diversas abordagens em psicologia, será melhor trabalhado no terceiro capítulo, mas cabe aqui mencionar que, devido às condições da Psicologia não estar apenas como uma ciência, não adianta nada uma base metodológica ontológica para uma forma que sempre atinge seu próprio objetivo: a reificação do ser social, a normalização da civilização individualista burguesa fetichizada. Assim, independente, da

abordagem ser crítica ou não, sua forma acaba, em maior ou menor grau, por se subordinar a lógica burguesa.

Por mais que o sentido de trabalhar com a subjetividade no campo da Psicologia rompa com a perspectiva da dicotomia entre indivíduo e sociedade, a sua finalidade será voltada em si mesma, assim como as outras abordagens. Isso quer dizer que a finalidade do trabalho da Psicologia será a de adaptar o sujeito como indivíduo civilizado do capitalismo. Caso isso não ocorra, e contribua para uma emancipação do sujeito, isso não será mais Psicologia e sim sua negação (Yamamoto, 1987).

Portanto, psicólogo clínico, nesse cenário, está como agente de controle social, cuja função é ajustar a subjetividade do paciente para que ele possa continuar a operar dentro do sistema, de maneira fetichizada. Ao invés de uma cura emancipatória que possibilite ao sujeito questionar as condições alienantes que o oprimem, o papel da Psicologia, será o da normalização, enquanto resultado da reificação do indivíduo de acordo com sua condição social.

É notório que existem algumas abordagens que, ao tentar romper com essa lógica, mesmo que não consigam ao fim e ao cabo, conseguem fazer um trabalho com menor teor de alienação. Mas é sobre a impossibilidade de eliminá-lo e sobre o movimento prático que empurra essa forma para aumentar esse teor, que se encerra a presente crítica, mas não é desconsiderada a existência de contradições dentro deste meio.

Dessa maneira, o foco da Psicologia clínica é atuar na reificação do sujeito para que os mesmos se vejam como indivíduos do capitalismo, isto é, enquanto mercadoria. Novamente, assim como o Direito faz, pois se tratam todos dos mesmos sujeitos, o ser social, que se perde de si mesmo de maneira fetichizada através das múltiplas formas de relações sociais burguesas que cercam sua existência nesse momento histórico (Pachukanis, 2017).

Dessa maneira, tanto para o trabalhador ou para o burguês, a lógica da Psicologia serve para manter em funcionamento a dinâmica do capitalismo, de maneira a preservar todas as relações e estruturas burguesas. O conteúdo dessa forma é a patologização, a superioridade científica vulgar, e a ação da sofisticação da violência burguesa sob todos aqueles que apresentam movimentação contrária à dinâmica capitalista, isso na clínica ou nas relações sociais da Psicologia.

Assim, esse movimento de individualização dos problemas sociais reforça o fetiche da mercadoria, em que o sujeito é tratado como um objeto que pode ser ajustado ou corrigido de acordo com as demandas do capital. A clínica psicológica, ao invés de emancipar o sujeito,

acaba por contribuir para a perpetuação das relações de exploração, pois ajusta o indivíduo para continuar a funcionar, de maneira fetichizada, como mercadoria.

À vista disso, Yamamoto (1987) argumenta que a Psicologia, desde sua origem, fundamenta-se na construção da figura do cidadão, moldada pela ideologia liberal burguesa. A centralidade do indivíduo é vital para a sua existência, uma vez que a sua autonomia é baseada na concepção de uma *natureza humana* anterior às relações sociais. Esse indivíduo sustentado pela Psicologia é, na verdade, o indivíduo civilizado do capitalismo.

Então, tem-se no indivíduo do capitalismo, a pedra fundamental da reificação e por consequência, da Psicologia. Esse é o objeto da Psicologia. Enquanto ciência burguesa a Psicologia age como instrumento em volta de seu objeto, e enquanto estrutura social, que engloba sua ciência, a Psicologia auxilia na formação de seu objeto, quer dizer, que atua na construção do indivíduo reificado do capitalismo.

Nesse sentido, o leitor já pode observar que a Psicologia não se trata apenas de uma ciência burguesa, embora, para o desenvolvimento do seu conteúdo, foram necessárias as bases teóricas que, de maneira gnosiológica, desenvolveram seu próprio objeto, isto é, o indivíduo do capitalismo. Para que essa forma se estabelecesse foi necessário entender minimamente a subjetividade humana, para que assim pudesse agir sobre ela, para reifica-la.

Embora o campo científico seja uma teorização dessa forma, observa-se que ela surge nas relações sociais no momento que o capitalismo se germina, na complexificação da universalização do mercado. Assim, a forma da Psicologia nasce com o surgimento do seu objeto, o indivíduo do capitalismo, que será desenvolvido pelas formas sociais burguesas, o que inclui a própria Psicologia.

Como supramencionado, a ciência da Psicologia fornece bases ideológicas burguesas para inúmeras atividades e campos de atuação. Mas, de maneira a contar com os agentes psi ou não, as relações sociais da Psicologia extrapolam o campo Científico da mesma, seu conteúdo está em funcionamento nas dinâmicas sociais que envolvem enquadramento ou não dos indivíduos como indivíduos civilizados do capitalismo, ou seja, reificados.

Obviamente, como se vive em uma sociedade em que o modo de produção é universal e mercantil, todos os indivíduos estão em uma sociedade alienada (Marx, 2023). No entanto, a forma da Psicologia funciona, exatamente para uma manutenção da sociabilidade nessa reificação do trabalho, com uma relação de poder que perpetua o fetichismo da mercadoria e da individualidade.

Por isso, entende-se que, além de atuar como instrumento sobre seu objeto, a Psicologia se manifesta como uma forma de relações sociais que ajusta o sujeito às demandas

do sistema capitalista, e atua diretamente na objetificação da subjetividade do ser social. Enquanto estrutura social, a Psicologia participa ativamente da conformação do indivíduo às exigências e normas da ordem capitalista.

Nesse processo, o ser social, que deveria ser compreendido em sua totalidade histórica e coletiva, é limitado à condição de indivíduo isolado e fetichizado, um produto da sociedade que internaliza sua alienação como algo natural. Dessa maneira, a Psicologia, ao agir sobre a subjetividade, reifica o sujeito ao transformá-lo em um objeto passível de análise, correção e ajuste, de maneira a operar em conformidade com a lógica da mercadoria.

Assim, a Psicologia tem uma forma mais ampla e sutil da violência em seu conteúdo, pois organiza as relações sociais de tal maneira que naturaliza a alienação. Dessa forma, o indivíduo apenas não se percebe isolado de sua essência social, mas é condicionado a aceitar essa reificação como parte de sua própria identidade, o que acaba por consolidar sua função na sociedade capitalista.

Para tanto, nas relações sociais da Psicologia, esse processo se manifesta através da classificação, patologização e normalização de comportamentos. A Psicologia atua como uma forma de poder que sofisticada a violência do controle social, e assim molda as relações sociais para que se ajustem ao funcionamento da sociedade capitalista, por meio de definir em sua estrutura social o que é aceitável ou desviante, em relação ao indivíduo do capitalismo.

Ao patologizar indivíduos que não se conformam às normas burguesas, a Psicologia reforça a lógica de que o problema é individual, de jeito a negar as contradições sociais e econômicas que estão na base desses conflitos. Isso em qualquer abordagem que cumpra um dever de sustentar cientificamente sua forma e que esteja a fazer a Psicologia.

Dessa forma, a Psicologia atua diretamente para a reificação, pois constitui relações sociais fetichizadas em que os indivíduos se perdem de si mesmos, e assim, alienam-se de sua essência social e se vendem como mercadorias. A proposta de solução para a Psicologia, nesse contexto, é a atuação de mediar a reificação do sujeito para indivíduo do capitalismo e não uma transformação das condições materiais que causam o sofrimento da subjetividade do ser social.

Essa atuação da Psicologia na objetificação da subjetividade não é acidental. Ao classificar, diagnosticar e normatizar o indivíduo, a Psicologia impõe uma lógica de controle que organiza o ser social de acordo com os interesses do capital. O sujeito, por sua vez, torna-se um indivíduo civilizado do capitalismo, adequado para reproduzir as relações de produção e perpetuar as dinâmicas de exploração capitalista.

À vista disso, a Psicologia, em sua forma, atua diretamente na formação dos indivíduos do capitalismo, que se alienam de sua essência social e passam a se ver como meras mercadorias. Com isso, entende-se que a Psicologia atua como uma força ideológica e estrutural que contribui para a manutenção da alienação e da reificação do ser social, ao sofisticar a violência do controle social.

A partir do que Pachukanis (2017) apresentou a respeito da *mercadoria e sujeito* pode-se encontrar algumas semelhanças entre a relação jurídica com a relação da Psicologia. Trata-se que a relação da Psicologia é uma relação entre sujeitos. Dito isso, entende-se que como demonstrado na sociedade capitalista, é através das relações sociais reificadas, que ocorrem no processo de produção, que “o sujeito perde sua tangibilidade material” (Pachukanis, 2017, p.125).

Consequentemente, os indivíduos do capitalismo se relacionam através do valor, então de maneira fetichizada, e nega-se a existência do ser social. Isso quer dizer, que, no momento em que se criam condições para que o trabalhador venda livremente sua força de trabalho, é o momento em que emerge a *liberdade individual* de ser subjetivamente capaz de se adaptar a sua função de acordo com sua classe social (Yamamoto, 1987).

Para tanto, nas palavras de Pachukanis (2017):

Antes de se valer do mecanismo estatal, o sujeito apoia-se na organicidade e na estabilidade de suas relações. Assim como a repetição regular dos atos de troca constitui o valor na qualidade de categoria em geral, que se eleva sobre as avaliações subjetivas e as trocas por porção ocasionais, a repetição regular dessas mesmas relações - o costume - confere um novo sentido à esfera subjetiva de domínio, fundamentando sua existência em uma norma externa (Pachukanis, 2017, p. 125-126).

Dessa maneira, a Psicologia surge como essa relação social, que se submete a encaixar a classe dominante como tal, e o proletariado como proletariado, ambos reificados pelo trabalho, distantes de se enxergarem como ser social, mas cada um de acordo com sua classe, e por conseguinte, com a relação de poder a que pertence. Sem possibilidades materiais para a mudança da sociedade.

Como exemplo, veja:

No período feudal, o senhor feudal exerce o controle direto sobre seus servos, que ocorre através da coerção física e do domínio da terra. A relação de poder era clara: o servo trabalhava, em troca de proteção e de acesso limitado à terra, e assim ficava submisso à autoridade, direta do senhor. Não houve questionamento da posição; a dominação era uma

realidade tangível e cotidiana. Essa violência direta, brutal e visível, era essencial para manter o sistema de produção feudal.

Com a universalização das trocas comerciais como centralidade nas relações sociais, que marca o surgimento do capitalismo, essa violência física, escancarada e arcaica, precisou ser sofisticada. A coerção direta, já não se mostrou viável, em um sistema no qual o trabalhador era *livre* para vender sua força de trabalho. Porque, a base para essa estrutura capitalista, e o seu avanço da civilização, é a exploração.

Conseqüentemente, o controle social passou a se manifestar de forma mais invisível e sutil, disfarçado sob uma ideologia liberal de liberdade individual e autodeterminação. É nesse contexto que a Psicologia ganha relevância.

O que não quer dizer que as antigas formas de controle social foram abandonadas, como a própria violência do Estado, que, embora tenha se sofisticado para a Psicologia, também se sofisticou em si própria. A expressão dessa violência torna-se mais nítida em momentos de crise do capitalismo, com o aumento da expressão das contradições do sistema, e então como resultado, o conflito entre classes sociais se intensifica (Netto & Braz, 2012).

Na ditadura empresarial-militar brasileira, instaurada em 1964 e que perdurou até 1985¹⁸, a violência assumiu uma forma brutal e altamente sofisticada. Diferentemente de outros momentos históricos, como o feudalismo, essa violência tornou-se mais direcionada e cruel, escondida sob camadas de organização e propaganda ideológica.

Em especial, sob o regime, o controle social era implementado por meio de ações calculadas, como as operações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que realizavam perseguições e torturas com precisão estratégica. Além disso, o regime empregou justificativas ideológicas que mascaravam suas práticas autoritárias, e assim difundiam uma narrativa que buscava legitimar o autoritarismo e esconder suas verdadeiras intenções (Viveiros, 2023).

Até os dias de hoje os resquícios dessa violência permanecem presentes como formas de controle social voltadas contra a classe trabalhadora. As relações sociais capitalistas e suas estruturas de dominação foram aperfeiçoadas, de modo a permitir que essa violência se tornasse mais intensa, porém camuflada (Nogueira, 2024).

Dessa maneira, ressalta-se que a falta de informação sobre os métodos de tortura, os desaparecimentos forçados e os assassinatos ocorridos durante o regime é um exemplo dessa continuidade. Muitas vítimas permanecem desaparecidas, seus destinos encobertos, e até

¹⁸ Existem controvérsias, mas aqui para esse trabalho, fica-se na definição aceita nos livros de história do Brasil, mas vale levantar o questionamento, a ditadura militar já escreveu seus últimos capítulos?

mesmo os locais de seus corpos seguem desconhecidos, o que revela a profundidade e a persistência das estratégias de ocultação e repressão herdadas daquele período (Valente, 2024).

Ademais, é perceptível que a violência de Estado hoje, carregada dessa herança do mencionado período, manifesta-se especialmente na atuação autoritária e violenta da Polícia Militar e de outros setores militares que permanecem impunes por seus crimes cometidos durante a ditadura. Essa ausência de responsabilização também assola a política brasileira até o presente momento, como diversos casos de ameaça de golpes militares e disseminação de polícia fascista (Rosa, 2024).

Dessa maneira, dessas antigas estruturas de relações de controle social, a Psicologia se originou, para somar na sofisticação da violência, e não substituir. Esses são os caminhos da civilização, a sofisticação da exploração do ser humano e do meio ambiente.

Para tanto, a Psicologia surge como uma nova estrutura social burguesa, que atua na subjetividade dos indivíduos. Em vez de coagi-los fisicamente, em sua estrutura de relações sociais, cria-se entre sujeitos, relações de ajustamento às exigências do capital.

Por conseguinte, o trabalhador, alienado do produto de seu trabalho e de suas condições de existência, começa a ver a si mesmo como uma mercadoria, tal como é visto socialmente. A violência que outrora era explícita agora se torna invisível, interiorizada na forma de normas sociais e expectativas psicológicas.

Considere o exemplo de um gerente e um trabalhador de nível inferior que se encontra em constante conflito. O trabalhador, além de enfrentar uma carga de trabalho extenuante, sofre discriminação racial por parte de seus colegas. No entanto, de uma maneira culposa, ou então, apenas pela boa convivência no capitalismo, o trabalhador é incentivado a entender esses conflitos como falhas individuais. Ele é pressionado a internalizar a ideia de que precisa se ajustar melhor, ser mais resiliente e se adaptar às exigências do mercado, caso contrário, ele pode perder a sua sanidade, o que dá condições para ele viver no capitalismo, e cumprir suas funções enquanto mercadoria.

Esse mecanismo é uma das formas mais sofisticadas de controle social, exercido pela Psicologia. A violência - presente na exploração de classe e ainda, intensificada com a questão do racismo - torna-se invisível, e o problema é apresentado como algo que o trabalhador precisa resolver em sua subjetividade, como uma mercadoria estragada ou uma engrenagem danificada, que depende de reparos para se encaixar em sua função.

Ao exercer suas possibilidades de atuação, dentro do campo psi, ou mesmo, fora, nas relações sociais entre as pessoas próximas desse trabalhador, todos os caminhos levam a

patologizar os problemas como questões individuais. Que precisam ser resolvidas pela atuação do indivíduo, no entanto, enquanto indivíduo do capitalismo.

Dessa maneira, a Psicologia reforça a lógica, de que o sujeito é uma peça defeituosa em uma especificidade maior, portanto, que precisa ser consertada para funcionar no sistema. Nesse contexto, a forma da Psicologia atua de maneira a legitimar e perpetuar a reificação do ser social.

Ao criar essa ilusão, a Psicologia mascara as contradições e explorações que geram sofrimento psíquico. Isso é válido devido a sua natureza e sua função, que embora possa até existir abordagens que enxerguem as contradições do capitalismo como causa dos problemas subjetivos, a ação na Psicologia é restrita a uma dinâmica estrutural capitalista.

Como o leitor pode perceber, e já foi comentado na introdução, bem como será trabalhado mais para frente nesta exposição, ainda que um trabalho psicológico se proponha crítico, e que, por consequência, consiga minimamente trabalhar com seu paciente a realidade material da estrutura do capitalismo como condições para o desenvolvimento da sua subjetividade, o que a Psicologia têm a fazer com isso? Será que a Psicologia consegue mudar essa realidade? Transformar a sociedade para uma eventual mudança?

A resposta é um assertivo *Não*, até porque, mesmo se fosse possível tal feito, o que não é, como se viu em Marx (2020a), a conscientização é tomada em massa, no momento em que, em coletivo, o ser social se vê em si mesmo e na sociedade, distante do objeto, da natureza e da função da Psicologia. Portanto, a tomada de consciência do ser social é o contrário da ação da prática da Psicologia, que tem em vista a reificação.

Entende-se como tomada de consciência do ser social o processo revolucionário de inverter a relação de dominação do inconsciente sobre o consciente, com o objetivo da superação desta relação para o desenvolvimento da subjetividade consciente do gênero humano. Assim, têm-se que esse processo só é possível por meio da práxis coletiva. Que é a ação de compreender e agir sobre a universalidade, com a única possibilidade de ser realizada em coletivo (Marx, 2020a).

Veja, se um trabalhador procura um atendimento psicológico, o que já é um desafio social, mesmo que nesse atendimento se trabalhe de maneira crítica, e consiga trazer a realidade as condições sociais do capitalismo que permeiam a subjetividade desse sujeito, a prática psicológica pode até contribuir, em oferecer a possibilidade de visualizar e trabalhar decisões de mudanças adaptativas dentro dessas estruturas. No entanto, ela se limita em si mesma, em não fornecer possibilidades de mudança das estruturas do capitalismo, em termos de atuação prática da Psicologia.

Reforça-se que considerar o limite objetivo da própria forma não elimina o fato de que existem práticas mais ou menos alienantes na Psicologia. Mas o foco do trabalho é demonstrar esse argumento mais geral dessa limitação em termos estruturais.

Diga-se, por exemplo, que esse trabalhador procurou o atendimento para resolver alguns problemas de ansiedade. No decorrer do processo psicoterapêutico, descobre-se como a ansiedade do trabalhador é aguçada durante seu espaço de trabalho. Dentro dos limites da Psicologia, o que pode ser trabalhado na clínica são ferramentas para uma melhor adaptação desse sujeito às condições do capitalismo, como ou tentar uma nova forma de ter sua força de trabalho explorada, ou então, minimamente aceitar e se adaptar no próprio emprego.

Por isso a Psicologia não tem nada a fazer, a não ser mediar a reificação do indivíduo, mesmo com um trabalho crítico que tem por finalidade trazer a realidade do capitalismo para o sujeito. A Psicologia é parte da estrutura do capitalismo, e seu campo de atuação direto, na clínica, por exemplo, se limita a estar em função de si mesma, isso é, em construir a reificação do indivíduo capitalista.

Por conta dessa questão, a violência que antes era explícita e física, agora também se torna simbólica e psicológica, e assim opera, ainda mais, na esfera da subjetividade. O trabalhador, alienado de sua classe, compete com seus pares, para sobreviver no mercado, por condição de se adequar às expectativas do capital, como uma mercadoria que busca ser a mais *útil*.

Por fim, com esse exemplo, mostra-se que a Psicologia, legitima a reificação do indivíduo e também atua diretamente para garanti-la. Nas relações sociais contemporâneas, ela se manifesta tanto como ferramenta de normalização e controle, que ajusta o indivíduo à ordem vigente, quanto é uma estrutura de relações sociais, que acaba por moldar as suas condições de existência da sociedade capitalista.

A ciência da Psicologia reflete a forma da Psicologia enquanto estrutura de poder de relações sociais, assim como o contrário também ocorre, portanto, a Psicologia como ciência é a base teórica da forma da Psicologia, enquanto a atuação psicológica já é a própria prática da Psicologia pelos seus agentes.

Nesse contexto, a Psicologia se revela como uma ciência burguesa, nascida no seio de uma sociedade capitalista e voltada para a manutenção de suas estruturas. Seu papel histórico é o de adaptar o sujeito às demandas do capital, o que contribui para a perpetuação das relações de exploração.

Assim, longe de ser uma ciência que busca a emancipação do sujeito, a Psicologia se torna um instrumento de controle social, cuja função é adequar o indivíduo às dinâmicas de

mercado e às estruturas alienantes que moldam sua subjetividade. Pois a Psicologia atua sobre seu próprio objeto, tal como uma materialização do problema de uma ciência gnosiológica, que descreve e atua sobre seu objeto de estudo.

O porquê da Psicologia não ser uma ciência antes do seu devido momento histórico é justamente devido à falta de necessidade de haver uma ciência vulgar que ocupasse esse papel, uma vez que o grau de sofisticação das violências no processo de alienação do indivíduo ocorria nas relações jurídicas, religiosas e políticas de maneira que não necessitava de algo mais complexo até então, e a força no controle das leis, da moral e da brutalidade já bastavam para manter o sistema pré-capitalista. Mas com a sofisticação das relações na sociedade capitalista, e o desenvolvimento do indivíduo de sua maneira individual e fetichizada, se exigiu o surgimento da Psicologia enquanto área científica vulgar.

Pois, somente com esse aval científico, estruturou-se de vez a vinculação da Psicologia como reificação, tanto como uma estrutura de relações sociais burguesas quanto como uma ciência vulgar da superestrutura com limitações à ideologia burguesa. Com isso, a Psicologia termina em si mesma seu problema, bem como se inicia em si mesma sua necessidade, e através de sua origem, pode-se observar que, sua natureza de crise e sua função social se desenvolvem a partir daí, como uma forma que tem em seu conteúdo a adaptação das pessoas ao mercado, enquanto subjetividade.

Nesse ponto, em sua origem, entende-se que todos os ramos da Psicologia, tanto em um trabalho conservador, quanto na mais árdua tentativa crítica de atuação, ou mesmo nas relações sem seus agentes, que tudo na Psicologia parte e resulta no sentido da patologização. Isso se refere à sofisticação da violência de outras estruturas, só que agora sustentado e avançado por uma ciência burguesa e colocado em prática na estrutura burguesa.

Dessa maneira, o conteúdo da Psicologia são as relações sociais fetichizadas enquanto relação mercadoria-mercado e a adaptação/validação dos indivíduos nesse processo. A alienação, que permeia as relações de produção, também molda a consciência humana, o que leva o indivíduo a se perceber como uma mercadoria, passivo diante das forças que o dominam.

Devido a essas condições, sustenta-se que analisar a Psicologia apenas como uma ciência vulgar é uma limitação que se apresenta como um problema metodológico. Ao tratar de forma simplista, de uma perspectiva gnosiológica, perde-se a profundidade necessária para entender seu papel enquanto estrutura social e forma de relações burguesas.

Historicamente, o fato da Psicologia tem sido vista apenas como ciência burguesa escondia de maneira mais eficaz as suas verdadeiras funções diante da crítica materialista

histórico-dialética. E isso ocorre porque em muitos momentos, a crítica não poderia acessar a totalidade das suas implicações nas relações de produção, pois essas funções de controle social e reificação da subjetividade estavam mais veladas e ainda em estágio menos sofisticados.

No entanto, o avanço do capitalismo e das suas contradições fez com que essas formas de controle social, das quais a Psicologia faz parte, se tornassem cada vez mais evidentes. Hoje, a Psicologia, em sua função estrutural, avançou um estágio de desenvolvimento em que suas relações com o capital e a reificação do ser social já não se ocultam tão facilmente.

Com o tempo, alguns autores chegaram a formular pesquisas ou compreender caminhos que deram a possibilidade para essa pesquisa que está aqui acontecer. Como exemplo, Vigotski e Yamamoto, pois acabaram por desenvolver outros caminhos e análises, que serão mais abordados adiante neste trabalho.

Por fim, para fechar de vez com essa denúncia da origem da forma da Psicologia, recorre-se à própria explicação da American Psychological Association (s.d.) sobre o que é Psicologia:

A Psicologia é uma disciplina científica autónoma que tem aplicações em praticamente todas as áreas e contextos das nossas experiências de vida. Os Psicólogos trabalham numa vasta variedade de contextos – podemos afirmar que em qualquer lugar onde o funcionamento humano seja relevante (American Psychological Association, s.d., p. 1).

Dessa maneira, justifica-se que ao mesmo tempo que as condições, isto é, as contradições na sociedade capitalista, criam a emergência para a Psicologia se originar, a própria Psicologia cria condições para desenvolver o capitalismo, de maneira a sofisticar suas dinâmicas. Portanto, dialeticamente, a Psicologia é resultado e causa do desenvolvimento do capitalismo, visto que a subjetividade se sofisticou, mas a violência, para o controle sobre ela também.

Dito isso, entende-se que objetivo que dá origem à Psicologia é o de avaliar, controlar, colonizar, normatizar o homem, enquanto mercadoria, a fim de ajustá-lo em prol da sociedade capitalista/mercado, com a cura de seus sintomas, de indivíduo enquanto possibilidade de se ver como ser social. Ou seja, é dar condições para que o indivíduo seja explorado no capitalismo

2.3. Síntese do Capítulo

Neste capítulo aprofundou-se uma análise sobre a gênese da Psicologia dentro do contexto histórico do capitalismo e como sua forma se origina com a estrutura social burguesa. Primeiramente, explorou-se o processo de formação do indivíduo do capitalismo, cuja constituição é marcada pela alienação do ser social.

Para tanto, partiu-se das transformações sociais e econômicas do feudalismo ao capitalismo, discutiu-se como a Psicologia emerge como estrutura social necessária para a manutenção do sistema capitalista. Diferentemente de eras anteriores, no capitalismo o trabalhador se encontra alienado de sua produção, e em suas relações sociais, de maneira fetichista, se vê como uma mercadoria.

Esse indivíduo reificado, agora ajustado à lógica do mercado e ao fetichismo da individualidade, passa a ser o objeto da Psicologia, sobre o qual ela atua para que sua subjetividade seja orientada conforme as demandas do capital. Portanto, para obter sua forma enquanto estrutura social burguesa, a Psicologia necessitou de se desenvolver enquanto ciência burguesa vulgar.

Nesse sentido, a Psicologia assume um papel ativo na consolidação desse indivíduo reificado, por distanciá-lo de seu ser social, de maneira a mediar a sua adaptação ao sistema. Longe de se limitar a um campo teórico, a Psicologia se origina tanto como instrumento ideológico, quanto uma estrutura de relações sociais que, como objetivo, cumpre estabelecer um espaço de mediação das relações interpessoais que reforçam o fetichismo da individualidade e da mercadoria, e assim, perpetua a reificação do ser social.

Ademais, a Psicologia descreve o sujeito do capitalismo, atua sobre ele, de maneira a legitimar e fortalecer as normas e expectativas que o moldam como uma mercadoria. Assim, ela consolida o fetichismo da mercadoria, e reforça a ilusão de que o indivíduo, e não a sociedade, é o centro dos problemas que enfrenta.

Para tanto, o indivíduo da Psicologia é o indivíduo do capitalismo, que é o sujeito reificado de si mesmo, aquele que se enxerga enquanto uma mercadoria que atua no mercado, e não na sociedade. Na Psicologia, esse objeto sofre tamanha sustentação, no momento em que se percebe seu problema na dicotomização do indivíduo-sociedade, e isso para além da sua sustentação científica, mas na sua forma, enquanto uma estrutura de relações sociais reificada.

Das formas de controle explícitas do período feudal, como a violência física e a coerção, no capitalismo, exige-se mais sofisticação e internalização das formas de controle.

A Psicologia, nesse sentido, desempenha um papel fundamental na adaptação dos indivíduos às demandas do mercado, ao mesmo tempo em que fomenta uma visão individualizada e reificada da subjetividade.

Dito isso, entende-se que a gênese da Psicologia está justamente no surgimento desse indivíduo do capitalismo civilizado. Isto é, na transição do modo de produção feudal para o capitalista, no momento em que se inicia a universalização das relações sociais serem direcionadas pelo mercado, o trabalhador agora se encontrava livre para vender sua força de trabalho, pois nesse ponto, o sujeito começou a se ver como uma mercadoria, portanto, nesse momento, marca-se o nascimento do indivíduo do capitalismo.

É nesse ponto que a Psicologia desempenha um papel como uma forma capitalista. A Psicologia estabelece condições para uma estrutura de relações sociais que atua sob a subjetividade para que o trabalhador se perceba de forma alienada, como uma peça isolada e autônoma que precisa se adequar às normas sociais e critérios do mercado.

A Psicologia, enquanto forma e em seu conteúdo a sustentação de suas bases científicas, atua sobre a subjetividade individual, de maneira a mediar a reificação do trabalho no sujeito, e estabelece uma norma coletiva que define o que é aceitável ou patológico, e assim, acaba por adaptar o ser social às dinâmicas da exploração. E isso ocorre até mesmo nas bases científicas mais críticas da Psicologia.

O indivíduo reificado do capitalismo, ao ter sua subjetividade moldada pela forma da Psicologia, é aquele que possui a consciência subordinada pelo inconsciente, guiada pelo fetichismo da mercadoria e pela ilusão da individualidade. Esse sujeito, alienado de sua essência social, orienta-se nas relações humanas como se estas fossem meramente transações de mercado, venda-se e aos outros como mercadorias.

A superação dessa condição exige um movimento coletivo que rompa com a fetichização da realidade, de maneira a permitir que o ser social tome consciência de sua classe e, assim, compreenda-se como parte de uma totalidade histórica. É somente pela transformação social e pelo reconhecimento das contradições que o indivíduo pode superar a lógica da reificação e agir para além da alienação que o sistema capitalista impõe. E isso não está na alçada da Psicologia, pelo contrário.

Desse modo, a Psicologia enquanto ciência ganha repercussão como instrumento burguês, mas ao mesmo tempo, camufla a forma da Psicologia. Ao se fazer Psicologia, as bases científicas para a sua atuação contribuem para a forma que a Psicologia toma na sociedade burguesa, que é na verdade, uma sofisticada violência à subjetividade do ser social,

de maneira a mediar o processo do mesmo se encontrar dicotomizado da sociedade, isto é, como indivíduo civilizado da sociedade capitalista, como uma mercadoria.

Por fim, o capítulo revela como a Psicologia, na sua constituição e prática, é inseparável das condições materiais e históricas do capitalismo, pois sua gênese se encontra no momento de universalização do mercado e da alienação do trabalho. Ao operar como uma violência simbólica sofisticada, ela consolida a reificação do ser social, e assim atua na perpetuação da alienação ao ajustar o indivíduo ao sistema, e desta forma, se limita em si mesma a não transformar as estruturas que geram seu sofrimento, pois, em sua origem, observa-se que a forma da Psicologia é uma dessas estruturas do capitalismo.

Capítulo 3: A natureza da Psicologia

Entende-se que a ciência da Psicologia é extremamente importante para o exercício da sua forma nas relações sociais. Dito isso, até então, sabe-se que a Psicologia emergiu no surgimento do capitalismo, ainda mais, de maneira a moldar e mediar, ideologicamente e, também em suas estruturas de relações sociais, o indivíduo do capitalismo. Cabe agora, investigar a natureza dessa forma que a Psicologia se desenvolveu.

Será a anatomia da Psicologia a chave para a anatomia do capitalismo? A resposta claramente é um não, o capitalismo não é uma forma primitiva da Psicologia, embora, defende-se aqui a Psicologia como mais uma das diversas constituições da complexidade que o capitalismo se tornou nos dias de hoje, mas, cabe-se outros questionamentos, será a natureza da Psicologia a chave para a natureza da reificação? Será a natureza do capitalismo a chave da natureza da Psicologia?

A decifração da alienação já está posta, visto que na sociedade capitalista, ocorre inicialmente a separação dos trabalhadores dos meios de produção que utilizam para realizar seu trabalho. Isso, junto com a transformação desses meios em propriedade privada, já se responsabiliza por desenvolver o fetichismo da mercadoria. No entanto, à medida que a produção capitalista se consolida e ganha autonomia, essa separação se mantém e, também, expande-se, o que agrava essa divisão de maneira contínua e em escala crescente.

Essa supramencionada explicação é, segundo Marx (2023), o que marca a pré-história do capitalismo, e, por consequência, pode-se pensar que ela também marca a pré-história da Psicologia. Portanto, como foi visto no capítulo anterior, o leitor pode perceber em que momento a gênese da Psicologia surge, se transforma e marca, por fim, a origem da forma da Psicologia, junto com a consolidação do capitalismo, Agora não é tão mistério assim perceber a natureza da Psicologia, basta retomar a natureza do próprio capitalismo.

Para tanto, neste capítulo, busca-se demonstrar como a natureza da Psicologia é ser uma forma burguesa, que se forma como parte desse agravamento, tanto em sua influência ideológica quanto nas dinâmicas de suas estruturas de relações sociais. O que a faz servir para propagar o capitalismo pela violência sofisticada na subjetividade do ser social.

Por isso, justifica-se analisar a fundo a base científica da forma da Psicologia, pois nela se encontra o problema e a fundamentação vulgar da dicotomização do indivíduo-sociedade, através da perspectiva gnosiológica que perde de vista a totalidade do ser social, e por consequência, acaba por fomentar bases para a naturalização do indivíduo do capitalismo como forma histórica do ser humano. Portanto, esse limite vulgar da sua ciência,

é também o que embasa a violência sofisticada da Psicologia enquanto uma específica do capitalismo.

Afinal, sem mais delongas, a natureza da Psicologia, assim como no capitalismo, é a exploração do ser humano pelo ser humano, mas com suas especificidades, a Psicologia acaba por constituir, como uma das diversas outras partes, essa natureza do capitalismo. Nesse sentido, a Psicologia é contraditória, ao mesmo tempo que se desenvolve sua forma-conteúdo, abre espaço, em suas brechas, para a superação das suas estruturas de relações e para o surgimento de uma nova ciência.

Por fim, o que marca a natureza da ciência da Psicologia é a sua crise. Sua permanente e inevitável crise, essa é sua maior vulgaridade. Encara-se colocar aqui que, ao contrário do que Vigotski (2004) defendeu, mas sem perder de vista suas críticas e outras contribuições que serão mais trabalhadas por aqui, o projeto de Ciência Geral da Psicologia é sua própria crise, tudo além disso, como uma ciência ontológica, já deixa de ser Psicologia.

3.1. O desenvolvimento interno das contradições da Forma Psicologia

3.1.1. A natureza do problema científico

Como sustentação da forma Psicologia, a sua ciência partiu, desde sua gênese, por um método gnosiológico, no qual, qualquer abordagem psicológica, tenha no indivíduo do capitalismo seu objeto. Por isso, rememora-se que, por se tratar de um método gnosiológico, a Psicologia age na formação de seu objeto, por isso, age no indivíduo do capitalismo.

A questão que se levanta é: qual é essa ação que atua em seu objeto? Pois bem, para isso, é necessário entender o essencial dos problemas na Psicologia, que até então foi analisada apenas como ciência.

O essencial do problema da ciência da Psicologia é sua crise. Assim, como Vigotski (2004) demonstrou, a formação entre duas linhas de abordagens completamente distintas, isto é, cada uma com seu próprio método, prática, fundamento, e diálogo, impossibilitava a Psicologia de ser vista como uma ciência geral. Uma abordagem era materialista vulgar e a outra idealista.

Observa-se que, para Vigotski (2004), as características essenciais/natureza que formam essa crise na Psicologia estão no problema metodológico, devido às condições históricas e ao desenvolvimento das ciências vulgares, que colocam a ciência da Psicologia como mais uma beneficiária dessa leitura política-teórica enquanto uma ciência vulgar que se

forma como compromisso ideológico à classe dominante. E que, por isso, a natureza da crise da ciência da Psicologia impede ela de se tornar uma ciência geral.

Para tanto, o autor sustenta que essa crise pode ser superada, pois, como mencionado, Vigotski não investiga a Psicologia como uma forma social, mas como uma ciência. O autor defende que a superação desta crise para a construção de uma Psicologia Geral perpassa o processo de rompimento com os métodos fragmentados e comprometidos com a lógica da ciência burguesa, a adoção do materialismo histórico-dialético para a elaboração de um método em Psicologia que, por consequência, tem por reconhecimento do ser humano como um ser social, com características histórico-culturais (Vigotski, 2004).

Mas, frisa-se observar, se o problema científico da Psicologia é sua crise, como Vigotski levantou, qual é a natureza de existir um problema científico, não na ciência, como o autor muito bem investigou, mas na forma da Psicologia? A característica essencial do problema científico da Psicologia, que é sua crise, é o resultado material da função da Psicologia, que, por conseguinte, devido a sua relação gnosiológica naturalizada enquanto tal, age na dicotomia do indivíduo-sociedade, e acaba por prevalecer na formação do indivíduo do capitalismo.

Como se naturalizaram as funções da Psicologia? Como mencionado neste trabalho, o objeto da Psicologia ditou muito bem a necessidade do seu surgimento e desenvolvimento. Dito isso, entende-se que a gênese da Psicologia já marca por si só as suas características, enquanto uma forma necessária para o controle social. Sua camuflagem pode se dar devido ao fato de sua confusa sustentação científica, que é tratada enquanto crise.

Por isso, relembra-se que a Psicologia emerge em um contexto histórico marcado pelas contradições do capitalismo. Sua gênese está enraizada nas relações sociais de produção, e assim reflete, e também começa a ditar, com o desenvolvimento de sua forma, tanto os limites quanto as possibilidades de sua época. Assim, torna-se essencial analisar como a Psicologia participa na mediação entre o indivíduo e a sociedade, como estrutura de relações sociais que consolidam a alienação no capitalismo.

Como já supramencionado, desde sua origem, a Psicologia enfrenta sua crise. No entanto, é crucial avançar essa crítica para além da análise de Vigotski (2004). Ao contrário do que o autor defende como uma possibilidade de superação, analisar a Psicologia enquanto forma, permitiu a observação de que o problema da crise da ciência da Psicologia são expressões diretas da divisão social do trabalho e da alienação imposta pelo capitalismo, e que depois, também em relação dialética com a forma da Psicologia, recebem contribuições da mesma para sua complexificação.

Ademais, o que não é novidade na Psicologia, e expressamente estudada pelos pesquisadores de sua ciência, como Merani (1977) e Yamamoto (1987), a Psicologia também exerce um papel ideológico na superestrutura da sociedade capitalista. Ao atuar como mediadora entre as necessidades ideológicas e produtivas da sociedade, a Psicologia contribui para a perpetuação das estruturas de dominação. Como o exercício de todas as ciências vulgares.

Essa sua ciência, orientada pela sua ação técnica, é o conteúdo de sua forma. Por isso, sua fragmentação interna reflete as contradições da própria superestrutura burguesa, que busca legitimar a exploração enquanto mascara suas contradições. Essa relação dialética entre forma e conteúdo explica por que a Psicologia, mesmo em suas abordagens críticas, reproduz os limites por sua própria natureza, que é sustentada pelo problema da dicotomia em sua teoria.

Agora sim, se o que dita a teoria é a sua prática (Vigotski, 2004), encontra-se no problema da crise da Psicologia a natureza que reside em sua forma social. Pois bem, isso quer dizer que a análise dicotômica entre o indivíduo e a sociedade, não se trata apenas de um resultado do processo de alienação e da ciência vulgar da Psicologia na propagação ideológica, mas também nesta estrutura, edificada em relações psicológicas que caracterizam todo indivíduo do capitalismo como sujeito portador de psicodiagnóstico e passivo a normalização, enquanto reificação, no capitalismo.

A Psicologia naturaliza suas funções por meio da internalização da dicotomia indivíduo-sociedade. Esta missão transforma o indivíduo em objeto de estudo e intervenção, e de maneira fetichizada, atua como uma estrutura que cumpre a função de desenvolver o indivíduo do capitalismo como sujeito abstrato, desconectado da totalidade social.

Assim, em geral, propaga-se que o sofrimento humano é individual e desvinculado das suas condições materiais e, com isso, ocorre mais do que o processo de reificação, mas mais uma forma de alienação, na qual o sujeito se enxerga enquanto seus problemas individuais, como a maneira fetichizada de ver o impedem de crescimento na sua vida social em si próprio, como um produto falho, sem valor, e que se relaciona com outros produtos, como valores iguais, maiores ou menores que ele.

Desta maneira, encontra-se nas relações sociais reificadas a expressão mais simples da Psicologia, que desenvolve em seu conteúdo a condição de agir no sofrimento humano como algo desvinculado das condições materiais, e com isso organiza as relações sociais de maneira a reforçar o processo de fetichismo da individualidade. Ao fazer isso, a Psicologia

age diretamente na estruturação das interações sociais, e assim desenvolvem indivíduos que se relacionam entre si e com a sociedade de forma alienada.

Com as estruturas da Psicologia presentes em vários ambientes de relações sociais, como na clínica psicológica, nas fábricas, nas escolas, e também com a propagação ideológica de seus conceitos, através de vários mecanismos de informação e propaganda - como jornais, redes sociais, revistas, entre outros -, o indivíduo, ao se relacionar com outros e consigo mesmo, passa a utilizar categorias psicológicas para compreender e justificar sua existência, o que, por sua vez, acaba por intensificar o processo de alienação no capitalismo.

No ambiente de trabalho, por exemplo, a Psicologia organizacional atua na formação de trabalhadores adaptáveis, de maneira a utilizar técnicas que naturalizam a alienação e reforçam a subordinação à lógica produtiva do capital (Merani, 1977). Na mesma lógica, na escola, a Psicologia categoriza e intervém nos alunos de maneira a moldar comportamentos que atendem às demandas sociais.

Esses exemplos provam a relação dialética da Psicologia que, embora vista como apenas uma ciência até então, não se observava ela enquanto componente estrutural, que se torna indispensável para a manutenção da ordem social. Por isso, a forma da Psicologia participa diretamente da reprodução do da natureza do capitalismo, de modo a operar como um mecanismo que organiza as relações humanas dentro do sistema e para o sistema.

Nesse contexto, a reificação das relações humanas se torna central para a compreensão da Psicologia. No momento em que o indivíduo se relaciona com os outros e com a sociedade através das ações dos espaços da Psicologia, ele internaliza a lógica da dicotomia indivíduo-sociedade, na qual a alienação e o fetichismo nas relações sociais são naturalizados. Isso significa que a Psicologia atua diretamente na construção do indivíduo do capitalismo ao atuar na subjetividade e organizar as formas pelas quais ele se relaciona e se entende no mundo.

Dessa maneira, rememora-se que a maior contradição da forma da Psicologia é que, enquanto proposta de uma ciência, se mostra interessada em promover a compreensão plena do ser humano, de acordo com sua abordagem, e justamente por essa fundamentação, que significa, em outras palavras, a crise como sustentação teórica da prática psicológica, ela atua como uma forma social que fetichiza a individualidade. Isto é, age para que o ser social veja sua subjetividade, suas relações sociais, e por consequência, a si mesmo, enquanto mercadoria em relação com outras mercadorias.

Mas, como exposto na introdução, e no decorrer do texto, enquanto ciência, no interior da Psicologia, existem algumas tentativas de alternativas para o exercício de uma

ciência crítica. Como exemplo, Vigotski (2004) e seu projeto de uma Psicologia Geral, ou mesmo Martín-Baró (2017) com a Psicologia da Libertação, entre muitos outros.

Entretanto, embora Vigotski tenha elaborado uma Ciência Geral da Psicologia que se propõe a ver e investigar o psiquismo do ser social, sem a questão problemática da fundamentação gnosiológica, que é um ponto central na questão da dicotomia entre indivíduo-sociedade, ao investigar a natureza da Psicologia enquanto forma social, observa-se que sua prática possui como fator essencial/natureza a dicotomização e a propagação do fetichismo da individualidade. O problema gnosiológico não está na crise das teorias psicológicas, mas na própria relação da ciência com a prática e sua função social.

Bem como, no mesmo sentido de enxergar a impossibilidade de uma alternativa crítica no interior da Psicologia, Yamamoto apresentou uma investigação sobre a possibilidade dessas alternativas, e assim acaba por demonstrar que a tentativa de construir uma Psicologia que rompa com os esquemas tradicionais acaba por continuar a ser uma “pseudo-nova-Psicologia que não passa de Psicologia convencional recheada de terminologia emprestada da dialética materialista” (Yamamoto, 1987, p. 76). E, ainda, cabe entender que, esse *esquema tradicional*, de acordo com o que foi trabalhado nesta dissertação, é a forma Psicologia com sua crise como ciência vulgar que fundamenta seu conteúdo.

Por fim, a crise da ciência da Psicologia, não é uma mera coincidência, muito menos consequência da prática psicológica, Vigotski identificou muito bem seu sentido, mas agora, é necessário avançar ainda mais. O sentido histórico do problema científico da Psicologia é a expressão da natureza da Psicologia em sua verdadeira forma social que regula e dá sentido às relações no capitalismo. Por isso, o essencial da ciência da Psicologia é estar em crise, para que possa atuar enquanto uma forma de fetichização da individualidade no capitalismo.

Portanto, de maneira nenhuma, expressa-se esse movimento como forma mecânica, ele é uma condição de sua natureza, de que, para ser Psicologia necessita existir essa dicotomia do indivíduo-sociedade, até nas abordagens mais críticas. Isso caracteriza a forma da Psicologia enquanto uma forma do capitalismo, e é, exatamente, seu papel, o de contribuir para a manutenção deste sistema, o que quer dizer que contribui para sua própria manutenção.

Por isso, a ciência da Psicologia carrega contradições que revelam sua incapacidade de abordar o ser humano como um todo. Essas contradições manifestam-se na sua fragmentação, em que diversas abordagens competem e muitas vezes se contradizem, e assim refletem a própria crise das relações sociais no capitalismo. Esse aspecto é fundamental para mostrar como a ciência psicológica reproduz, em seu próprio desenvolvimento, a fragmentação e alienação do indivíduo no sistema capitalista.

A natureza do problema científico é a crise, mas ela é proposital, dentro do movimento dialético forma-conteúdo da Psicologia, que se constituía, e desde então, essa crise se mostra presente. Essa natureza do problema irá percorrer a Psicologia desde seu início até seu fim, por isso a crise da Psicologia é a concretização do que é a própria Psicologia: a forma que estabelece a maneira fetichizada do indivíduo se ver como ser social, a dicotomia indivíduo-sociedade.

3.1.2. A crise da Psicologia como Psicologia Geral

De maneira provocativa, inicia-se este capítulo de jeito a contrariar Vigotski (2004), mas, não é a toa que seu trabalho é parte do marco teórico desta pesquisa. Vigotski pode contribuir muito mais do que a proposta da formação de uma Psicologia Geral, e será levantado aqui que, devido a diversas condições, como o momento histórico da revolução russa, o sentido de seu trabalho deixou um legado, no qual a crítica desta pesquisa se propõe a continuar.

Sem mais delongas, frisa-se mergulhar no trabalho intitulado de “O significado histórico da Crise da Psicologia: Uma investigação metodológica” (Vigotski, 2004). Nele, o autor examina a Psicologia enquanto uma ciência, que está em um estado de germinação, no qual, como já mencionado, os caminhos para ela se tornar verdadeiramente uma ciência geral seja a superação da sua crise.

Por isso, o autor entende que a crise é um problema metodológico, em que, na questão de estruturar um método em Psicologia, várias perspectivas gnosiológicas se colocaram como o problema de entender a chave do objeto da Psicologia. No caso, trata-se dos dois caminhos diferentes, entre duas perspectivas de Psicologia já citadas, uma perspectiva materialista vulgar e outra idealista.

Resumidamente, o início desses dois caminhos são: a anatomia do animal como a chave para entender o comportamento humano; o sujeito normal como a chave para entender o patológico, o que acaba por reproduzir as condições históricas que as moldam, enraizadas no capitalismo. Assim, acabam por seguir uma “pressuposição efetivamente real” (Marx, 2021, p. 69) tomada como ponto de partida, e isso resulta em um retrato caótico e incompleto da realidade.

No caso das abordagens idealistas, como a psicanálise, o ponto de partida está impregnado de fetichismo. O indivíduo é compreendido como naturalmente reificado, isto é, limitado a uma essência específica e fixa, separada das condições históricas e sociais que o

caracterizam, e que é entendido como *sujeito normal*. Essa perspectiva trata das relações sociais como derivadas do indivíduo abstrato, em vez de entendê-las como elementos mediadores e constituintes da subjetividade do ser social (Vigotski, 2004).

Por isso, o autor identifica nesse tipo de abordagem um problema metodológico fundamental: a desconexão entre a subjetividade e a prática social e histórica, o que resulta na naturalização das formas sociais próprias do capitalismo. Nesse contexto, o psiquismo é abordado como uma estrutura natural, independente da materialidade e das contradições históricas, o que reforça a visão de que o indivíduo e suas relações são dados a priori, descolados do movimento dialético que os constituem e transformam.

Consequentemente, ocorre a naturalização da reificação das relações sociais. Ao fazer isso, perpetua-se o dualismo entre mente e corpo, subjetividade e objetividade, e ignoram-se as mediações concretas que conectam esses aspectos da existência humana.

Dessa maneira, ao assumir o sofrimento humano como algo essencial à subjetividade, tais abordagens ignoram a totalidade das relações que estruturam a subjetividade no capitalismo. Esse movimento distorce a compreensão do sujeito, o que acaba por atuar na apresentação das relações sociais alienadas como condições naturais da existência humana.

Ao partir do sujeito normal para entender o patológico, as teorias de cunho idealistas utilizam de uma abstração, em que a subjetividade é analisada isolada de todo seu contexto histórico e social. Como resultado, obscura-se a relação inconsciente-consciente, a compreende de maneira fetichizada, reforça e naturaliza o fetichismo da individualidade.

Além de que, ainda que a questão do normal na Psicologia já tenha sido exposta inúmeras vezes, ainda assim é importante sempre rememorar, pois a relação do sujeito normal da Psicologia com o indivíduo civilizado do capitalismo ainda está muito camuflada. Isso quer dizer que o problema metodológico das abordagens idealistas, é partir de uma abstração reificada da subjetividade.

Não distante disso, as abordagens materialistas vulgares, como a ciência do comportamento, também reproduzem esse erro, mas de outra forma. Ao buscar explicação em um modelo reducionista mecanicista, partem do comportamento do animal para compreender o comportamento humano. Para executar isso, ocorre uma abstração vulgar que, também, ignora a complexidade histórica e social do ser humano, voltado a expressões materiais reais, mas limitadas à expressão imediata, e a perguntas mecânicas, nas quais a dialética não é presente (Vigotski, 2004).

A linha mecânica reflete a lógica do método gnosiológico, que, ao partir do aparente, fracassa em alcançar uma compreensão dialética e totalizante da realidade. Na prática essas

abordagens concentram o psiquismo humano em processos fisiológicos, como reflexos mecânicos, o que ignora a verdadeira qualidade do psiquismo, ao tratá-lo como um epifenômeno da biologia.

Isso porque a realização deste processo despreza as mediações complexas entre atividade material e o psiquismo, o que resulta em respostas superficiais que não captam a essência dialética do desenvolvimento humano. Nesse sentido, ocorre o distanciamento da Psicologia em relação à totalidade das relações sociais.

No fim das contas, trata-se de ambas as linhas partirem de uma abordagem gnosiológica, na qual a totalidade não é compreendida em troca de uma representação da realidade de maneira caótica. Como resultado, a ciência psicológica reproduz os pressupostos do capitalismo e, assim, contribui para a sua forma atuar no indivíduo como objeto reificado, adaptado e adequado às necessidades do mercado.

Dessa maneira, pode-se entender que essas abordagens fragmentam o sujeito, seja por meio do fetichismo presente na idealização do sofrimento humano ou pela redução mecânica do comportamento a estímulos e respostas. Por isso, essa crise da Psicologia, para Vigotski (2004) é metodológica. Mas, se a Psicologia for analisada não apenas como uma ciência vulgar, explica-se muito mais sobre os motivos de sua crise, enquanto condições essenciais para a sua existência.

Aqui, acredita-se que, por algumas condições, como estar presente em um momento histórico na construção do Socialismo, após a revolução do povo russo, permitiu com que Vigotski (2004) visse a possibilidade para o nascimento de uma ciência geral, que fosse desenvolvida sobre as bases de contribuição de uma superação da ciência da Psicologia. Mas o referido autor em seu trabalho, tratava sobre a construção da Psicologia como esta ciência.

No entanto, as mesmas condições mencionadas, podem ter servido para que essa ciência geral, seja na verdade uma ciência de transição, mas não a Psicologia, com sua forma e conteúdo, mas a possibilidade para uma ciência geral que se preocupa com o desenvolvimento do gênero humano. Embora Vigotski (2004) não defenda isso, visto que ele irá ressaltar com unhas e dentes a manutenção do nome da Psicologia.

Todavia, aqui, ainda sustento a perspectiva de que Vigotski pode ter contribuído muito mais para a possibilidade do desenvolvimento desta nova ciência geral, que pode ser efetivada apenas no momento da revolução socialista, do que para a Psicologia, que se limita enquanto uma forma social burguesa, posto que com a revolução, a quebra do processo alienante e da visão fetichizada, que ocorria no capitalismo, estava por vir a acontecer. Visto

que, nesse momento de mudança coletiva, a conscientização enfrenta a superação da relação de alienação (Netto, 1981).

Ainda que Vigotski (2004), ao estudar a Psicologia como ciência, tenha buscado a resposta para um problema que ela carregava, e nela encontrou o problema da natureza da sua crise, no momento em que se desvela a face da forma da Psicologia, a pergunta de seu problema se modifica, e passa a ter uma resposta imprescindível. Trata-se de qual é a natureza da Psicologia?

E a resposta não é de assustar, uma vez que o leitor já até observou a explicação sobre ela na secção passada, pois é a sua crise. Portanto, a natureza da crise que Vigotski se propõe a analisar é a natureza da Psicologia, que é presente nas relações sociais estruturadas sob sua forma, como resguarda do capitalismo.

Já o avanço em si da possibilidade dessa ciência geral proposta por Vigotski (2004) não carrega a natureza nem a função social da Psicologia, pois as ciências também correspondem às necessidades de cada momento histórico. Para tanto, no momento histórico em que o fetichismo do indivíduo do capitalismo é superado, abre-se a possibilidade para o desenvolvimento desta nova ciência capaz de partir de uma compreensão da totalidade do ser social como unidade básica.

Na transformação do modo de produção para a transição Socialista, encontram-se condições necessárias para o desenvolvimento de uma ciência que efetivamente se proponha a analisar o desenvolvimento da subjetividade e do comportamento do gênero humano enquanto ser social. Nesse ponto, trata-se também de ser desenvolvida uma nova prática para essa ciência, que já possui um caminho inicial avançado, como a contribuição da *zona de desenvolvimento iminente* proposta por Vigotski (2021).

Em uma sociedade sem a mediação do fetichismo, o ser humano vai ter seu desenvolvimento pautado por interesses genéricos, e não alienado na lógica do lucro. Assim, a subjetividade privada deixa de ter razão de ser, pois as contradições entre público e privado serão superadas, cada atividade do sujeito terá uma vinculação com a totalidade do gênero, e este se orientará por esta perspectiva.

Através desse processo compreende-se que pode ser possível modificar o quadro no qual o ser humano não consegue se apropriar das ferramentas culturais, genéricas, para atuar e transformar a sua realidade, por não ter acesso a eles dado o processo de alienação, bem como assevera Santos (2015). Ainda sobre este quadro subjetivo no capitalismo, atenta-se ao fato que o ser humano passa a não ter o domínio ou ter baixo domínio consciente de seu

comportamento, que fica subordinado ao inconsciente, tendência que se assevera na face hodierna do capitalismo, tal como defende Morais (2024).

Dessa forma, bem como sinaliza Boechat (2022), as questões da ordem do subjetivo poderão ser solucionadas em espaços comunitários, com a mediação coletiva. O que tornará dispensável a existência de um profissional de Psicologia. Em termos científicos, as produções serão impulsionadas pela necessidade de pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e, como supramencionado, a teoria histórico-cultural é assertiva ao sinalizar a zona de desenvolvimento iminente no processo em uma relação mediada de ensino e aprendizagem.

Todavia, frisa-se que não basta, em um momento revolucionário, apenas se apropriar de um conceito e uma técnica para que ela deixe de lado sua forma. Nas revoluções burguesas, por exemplo, a apropriação e o desenvolvimento de questões específicas religiosas, ou mesmo de estratégias do Estado, se complexificam. Então, as contribuições de Vigotski (2004) devem ser trabalhadas com a realidade histórica, e no momento Socialista, cumpre-se partir delas para a ruptura geral da Psicologia.

Ademais, sabe-se que a dicotomia indivíduo-sociedade que sustenta, de certa forma, a origem da Psicologia, também fomenta a sua crise, pois nela estão presentes as contraditórias abordagens, porém que são unidas em seu sentido da forma Psicologia. Como dissertado, Vigotski (2004) propõe em seu projeto o desenvolvimento de um princípio comum à respectiva ciência geral, que derivaria de uma união a partir da compreensão pelo método embasado pelo materialismo histórico-dialético.

Mas, como visto, para isso acontecer, precisa-se superar a forma da Psicologia, pois esta última tem em sua natureza a crise. A unificação e explicação¹⁹ em uma ciência que se estabeleça na base da natureza da Psicologia está necessariamente fadada a sua crise.

Por conseguinte, esse movimento se verifica pelo fato de que, mesmo com o desenvolvimento de uma teoria de transição, sua prática ou é ou não é Psicologia (Yamamoto, 1987). Caso seja na primeira, ela continua, por mais crítica que seja, vinculada como forma social burguesa da alienação enquanto Psicologia.

Além disso, Vigotski (2004) sustenta que

Essas palavras encerram a chave da Psicologia geral como parte da dialética: essa correspondência entre pensamento e realidade que se dá na ciência constitui, ao mesmo tempo, o objeto e o seletivo fundamental e, inclusive, o método da Psicologia geral, isto é, seu princípio geral (Vigotski, 2004, p. 247-248).

¹⁹ Que são movimentos necessários para o desenvolvimento de uma ciência geral (Vigotski, 2004).

Nesse sentido, a essência de um princípio explicativo geral da Psicologia é sobre seu objeto, e por ser estabelecido por meio de uma metodologia gnosiológica, especificamente em sua prática, ocorre que, ao mesmo tempo que a Psicologia vê seu objeto, o indivíduo do capitalismo, ela própria também age/forma ele como tal. Por isso, o princípio geral especificamente da Psicologia falha em explicar a totalidade do ser social.

Portanto, em sua análise, Vigotski (2004) observou as abordagens de Psicologia como ciências avulsas de sua forma e, com isso, defendeu uma sistematização para a formulação da ciência geral da Psicologia. Mas isso não ocorreu de maneira vulgar, ao contrário, o autor buscou cumprir com a finalidade de captar a totalidade que essa ciência geral pretendia.

Ademais, de maneira a pensar na Psicologia, esse objetivo supramencionado é impossível, o que resulta na criação de uma teoria na qual, no capitalismo, perde até suas possibilidades de se propor transitória para essa nova ciência geral, a qual foi mencionada. Trata-se da teoria histórico-cultural²⁰, que no capitalismo acaba por se tornar mais uma abordagem em tantas outras, e não a ciência geral.

No entanto, o autor acerta em simplesmente não descartar o que foi o movimento das teorias, pois uma coisa é reformar a estrutura da Psicologia, outra é destruí-la ou superá-la, e de maneira a se apropriar das ricas contribuições que sua ciência pode oferecer, obtém como resultado, o germine da nova ciência geral, que em seu momento histórico, pode ser colocada como um primeiro passo para fora desta forma da Psicologia.

Portanto, defende-se aqui algo para além do que se propõe esse trabalho, mas que é de suma importância levantar. Diz respeito à possibilidade da teoria histórico-cultural, como primeiro passo para a construção desta nova ciência geral pós-revolução Socialista, portanto de caráter transitório, mas que coloca fim, e acaba por romper com a forma Psicologia.

A autonomia de uma ciência geral parte de estabelecer uma nova metodologia capaz de analisar o desenvolvimento do sujeito enquanto ser social (Vigotski, 2023). Mas, novamente, que só se torna possível em uma outra realidade, em que o indivíduo do capitalismo seja superado, por isso, sustenta-se que Vigotski está um passo à frente do tempo

²⁰ A teoria histórico-cultural compreende o ser humano como essencialmente social e histórico, em que as funções psicológicas superiores, como o pensamento e a memória, são formadas a partir de processos mediacionais nas relações sociais. Nesse sentido, a construção das funções psicológicas superiores depende diretamente das interações culturais e históricas. Além disso, a teoria articula o biológico e o social, o individual e o coletivo, de maneira a superar perspectivas reducionistas que se limitam a explicações naturalistas. Por isso, ela não se restringe à descrição do psiquismo humano, mas busca compreendê-lo em sua totalidade e transformação. Mas, como se apresenta aqui, apesar desta teoria crítica ser muito bem fundamentada, ela esbarra na forma da Psicologia, e no capitalismo acaba por ser mais uma abordagem, no meio de tantas outras.

histórico da Psicologia, em sua análise, verdadeiramente como um intelectual orgânico do seu tempo.

Cientificamente, as contribuições iniciadas por Vigotski não se prendem em uma pesquisa de cunho gnosiológica, mas o seu exercício em Psicologia sim. No capitalismo, enquanto Psicologia, a teoria histórico-cultural, assim como as demais abordagens, não são capazes da superação do indivíduo do capitalismo, pois a prática da Psicologia está fundada sobre este indivíduo, mesmo que a teoria seja criticar a essa condição, não é o que se vê na prática, em que a função da Psicologia é a manutenção de seu objeto.

Ademais, Vigotski (2004), sustenta que uma ciência geral deve lidar com a realidade concreta, de maneira a utilizar conceitos abstratos para compreender fatos reais, do mesmo jeito que um engenheiro elabora um projeto para construir uma máquina. O grande problema disso é que, como sustentado neste trabalho, na Psicologia, a natureza desses conceitos gerais está calcada na sua contradição. Por isso, precisa-se superar toda a sua estrutura, para agora sim, criar essa nova ciência geral.

Para tanto, além das possibilidades do desenvolvimento dessa nova ciência ser vinculado a uma nova realidade do modo de produção, como foi na revolução russa, ao contrário do que Vigotski (2004) defendia, devido a sua natureza, a Psicologia deve ser abolida. Contudo, sob seus escombros, aproveita-se da gênese científica que Vigotski (1930) apontou, como parte inicial da superação da Psicologia para o caminhar de uma ciência geral que condiz com a transição socialista, de compreensão do desenvolvimento da subjetividade do gênero humano, pois esta é, tal como, a dialética do ser social.

Outro ponto extremamente relevante no trabalho de Vigotski (2004) é a possibilidade de que ele tenha identificado, na Psicologia aplicada, uma manifestação concreta da forma da Psicologia que se critica aqui. Nesse contexto, o autor argumenta que a prática da Psicologia aplicada exerce influência direta na orientação da Psicologia teórica. Contudo, é importante notar que Vigotski não conseguiu analisar essa dimensão como uma forma social, e acaba por se limitar à Psicologia apenas enquanto ciência.

Tanto é isso que o autor observa significativas contribuições das influências das instituições como a Igreja, o Estado e outras estruturas históricas do capitalismo, por conta das exigências de uma prática psicológica que atenda e cumpra com as necessidades que partiam dessas estruturas. Por isso, Vigotski ficou preso apenas nas influências ideológicas, que nesse ponto, realmente, a Psicologia seria um campo de disputa, como uma ferramenta científica, e não na forma que a Psicologia toma.

Contudo, ao considerar o propósito delineado por Vigotski (2004), e com as condições levantadas nessa pesquisa, observa-se que a forma Psicológica emerge como resultado da sofisticação da violência estruturada por essas formas sociais. Portanto, ao invés de possuir possibilidade para a configuração da Psicologia como um campo voltado à compreensão crítica das questões ideológicas, a ciência da Psicologia enquanto ferramenta ideológica também está em função da sua forma, então sua formação é um caminho voltada para si mesma.

Nesse contexto, a transformação metodológica promovida pela Psicologia, especialmente na Psicologia aplicada, resulta em uma análise fragmentada e caótica de toda a totalidade. Esse movimento reforça a mecanização do pensamento e sustenta o fetichismo da individualidade e das mercadorias, o que se confirmou como contribuição para a reificação das relações sociais.

Consequentemente, a crítica do Vigotski (2004) de fato enxerga essa ciência de transição, mas a análise da forma Psicologia revela um limite fundamental para o entendimento deste ponto de transição. Não é por meio da Psicologia que essa transformação, enquanto ciência no socialismo, ocorrerá, pois sua natureza está atrelada a um caráter contrarrevolucionário.

A prática de suas características essenciais, sustentam as estruturas de relações sociais reificadas na Forma Psicologia, e assim funciona como sustentação do capitalismo. Isso acontece, principalmente, pela complexificação de uma violência sofisticada que, mediada pela reificação do indivíduo, perpetua a dicotomia entre indivíduo-sociedade, elemento essencial à própria natureza da Psicologia. Novamente, esse movimento expressa a questão da Psicologia ser a causa e o resultado em si mesma, com um ciclo vicioso de relações sociais que sempre se volta para o ponto do indivíduo do capitalismo.

Por isso, as contribuições de Vigotski são, na verdade, para além da Psicologia, pois trata-se dessa nova possibilidade de ciência geral, que, na realidade do capitalismo hodierno, se torna impossível de ser trabalhada. A prova mais eficaz dessa condição é a de que, mesmo com sua base teórica desenvolvida a partir da proposta de Vigotski, o exercício/prática da Psicologia definem o que ela é, e se é Psicologia, na sociedade capitalista sua forma acabou por envolver sua contribuição teórica, e assim, ela se tornar mais uma abordagem no meio de tantas outras.

Devido a Psicologia ter um potencial histórico e científico voltado como uma forma de alienação, ela não é capaz de existir em uma nova sociedade sem a exploração do ser humano pelo ser humano. As contribuições de Vigotski e da teoria histórico-cultural, são

fundamentais para o caminho dessa nova ciência, mas após a revolução socialista, que é o momento histórico em que se possibilita desenvolvê-la, pois não será mais Psicologia.

Embora Vigotski defenda que o nome da Psicologia deve ser mantido devido a suas condições históricas, e ainda justifique isso através do sentido de que “a ciência é o caminho da verdade, ainda que caminhe através de erro” (Vigotski, 2004, p.405), utiliza-se aqui da mesma justificativa, para agora sim, com a condição de enxergar a Psicologia em sua forma desvelada, contribuir ao trabalho da análise do autor. Se antes, negar o nome da Psicologia era visto como uma atitude a-histórica, agora se tornou uma condição histórica para a superação do próprio capitalismo.

Diversas condições históricas, como as já citadas, e também as limitações da época no quesito do desenvolvimento científico, podem ter influenciado o autor no sentido de entender que a Psicologia seria a “ciência do homem novo” (Vigotski, 2004, p. 417). Mas, este trabalho concorda com o autor que, aquilo que ele insiste em chamar de Psicologia deve ser comprometido com o conhecimento objetivo da subjetividade, mas, devido às críticas aqui apresentadas, não é na Psicologia que isso deve se efetivar.

Nesse sentido, sustenta-se a provocação do título deste subcapítulo em que, a partir de agora, enxerga-se a Psicologia não como uma ciência que ainda precisa se estruturar, como uma ciência estruturada propositalmente pela relação dialética da sua forma e conteúdo sobre a crise e o seu sentido para a propagação do indivíduo do capitalismo e o fetichismo da individualidade. O caminho propício para a efetivação de uma ciência geral com os propósitos levantados por Vigotski, só pode ocorrer após a revolução Socialista, na sua elaboração desvinculada da forma burguesa da Psicologia.

3.2. A naturalização do indivíduo reificado

Como consequência desta forma capitalista da Psicologia, sob a apresentação das suas contradições, observa-se que, em sua prática ocorre a intensificação da naturalização do indivíduo alienado como representação essencial do ser humano. Essa naturalização ocorre à medida em que é consolidado um entendimento do sujeito humano dissociado da totalidade social, ou seja, como um ente que carrega em si próprio, de forma autônoma, a origem de suas condições psíquicas e existenciais e que, pior, sua autonomia nele depende de atos de submissão ao encaixe no modo de produção capitalista.

Justamente por conta desta questão, Merani (1977) demonstra essa característica do serviço psicológico nas empresas, ao expor como a Psicologia se coloca no cumprimento do

papel da alienação sobre o trabalhador, assim como Yamamoto (1987) reforça a questão desta atitude enquanto Psicologia tradicional. Embora os dois autores não tenham enxergado a Psicologia como forma, percebe-se em ambos a investigação desta atribuição da função social da Psicologia no processo de alienação do trabalhador.

Essa lógica reflete as contradições históricas da Psicologia, na qual a alienação do indivíduo, condição própria do capitalismo, é traduzida em termos descontextualizados. Ainda, relembra-se que a contradição central é em como a Psicologia aborda a subjetividade humana: ao mesmo tempo que busca compreender o indivíduo, acaba por reforçar a imagem de um sujeito reificado, isolado e naturalmente alienado.

Esse movimento resulta numa aparente neutralidade científica que, na verdade, esconde os elementos estruturais e históricos que moldam o sofrimento psíquico, de maneira a incluir a própria Psicologia. Assim, a alienação, ao invés de ser vista como um produto das relações sociais contraditórias do capitalismo, é apresentada como uma característica própria do ser humano.

Dessa maneira, ao transformar em natural ao sujeito aquilo que é, de fato, uma expressão histórica e social, a Psicologia age para a reprodução das relações alienadas. Assim como Pachukanis (2017) expõe o sujeito de Direito. O jeito como essas contradições são mascaradas dentro da Psicologia reflete a dinâmica do capitalismo, que transforma fenômenos históricos em categorias aparentemente naturais, de maneira a apagar os traços de sua origem social.

É nesse contexto que o indivíduo alienado e isolado é consolidado como o centro de suas investigações e intervenções. Como mencionado, essa naturalização atende diretamente às demandas do sistema capitalista, que dependem da manutenção de relações sociais alienadas para sustentar sua lógica de produção e exploração.

Como visto, no capitalismo o indivíduo é limitado à condição de um agente econômico, cuja existência é mediada pela venda de sua força de trabalho para garantir renda e acesso às mercadorias que ele próprio ajuda a produzir. Essa condição é propagada e assegurada pela Psicologia ao agir sobre a naturalização do indivíduo reificado, de maneira a agir em sua prática pela função social de que todo sujeito seja potencialmente sujeito com transtornos psicológicos.

O que não é uma falácia, no entanto, o problema é sobre as condições em que isso se desenvolve. Trata-se das condições mencionadas da forma Psicologia, nas quais, ao deslocar o foco das contradições estruturais para o interior do indivíduo, a Psicologia transforma o sujeito em um agente que deve adaptar-se às condições alienantes de sua existência.

Portanto, o sujeito como necessariamente um sujeito com transtornos psicológicos, na realidade, se configura como um sujeito, necessariamente, cabível ao seu encaixe como indivíduo do capitalismo. E esses transtornos, que são condições reais, acabam por se tornar uma condição privada de qualificação do sujeito no seu devido quadro social, na sociedade de classes.

Isso, na prática, significa que o problema central da prática da Psicologia não reside no quadro da saúde mental em si, mas na adequação do indivíduo à estrutura de classes enquanto um sujeito reificado (Merani, 1977). Um exemplo evidente dessa dinâmica pode ser observado na inserção do trabalhador em um ambiente de uma empresa ou fábrica.

Por exemplo, nessa lógica, a Psicologia avalia suas condições psíquicas para determinar seu potencial com um papel para o trabalhador exercer, como um líder ou, de diagnosticar suas limitações para funções específicas, e nesse caso, justificar sua não adequação no quadro profissional. Essa avaliação, embora revestida de uma aparência neutra e técnica, não é, de fato, uma violência sofisticada? Afinal, ela exige que o trabalhador se molde às exigências do capital, e qualquer comportamento fora desse o classifica como incapaz, ou capaz para uma determinada vaga x.

Ao desviar o foco das causas estruturais que originam o sofrimento psíquico e concentrar os seus esforços na normalização do indivíduo, a Psicologia se reforça enquanto estrutura capitalista. Esse movimento mascara as contradições do sistema, faz com que o indivíduo se compreenda não como parte de uma comunidade social, mas como um elemento independente e responsável exclusivo por sua condição.

Na medida em que o sujeito internaliza essa perspectiva, ele passa a se perceber como um produto fixo, isolado das relações sociais que ele participa. Através de relações assim, o sujeito acaba por ser impedido de desenvolver uma consciência crítica sobre a origem de sua alienação, de modo a restringir sua capacidade de transformação individual e coletiva. Antes, a violência física policial ou o conceito moral religioso poderia dar conta dessa atividade, mas agora, a Psicologia também se desenvolve como forma para realizar essa violência.

Para concluir, a Psicologia atua para perpetuar a condição de tratar como natural o indivíduo do capitalismo, de maneira a participar do ciclo de alienação e exploração que define uma sociedade de classes. Dessa forma, o papel da Psicologia, a partir da naturalização do indivíduo reificado, revela-se mais uma vez essencial para a reprodução das dinâmicas que sustentam o capitalismo.

3.3. A Natureza da forma Psicologia

Diferentemente de um aparelho/instrumento ideológico que acaba por reproduzir ideias dominantes, a Psicologia atua como um eixo articulador que define como os indivíduos devem se relacionar consigo mesmos e com a sociedade. Essa organização é enraizada nas necessidades de reprodução do capitalismo, o que revelou o caráter essencialmente contraditório dessa forma social.

Para tanto, o primeiro ponto a ser elucidado, para que o leitor possa compreender a natureza da forma Psicologia, é que ela não se limita a operar em um nível individual. Enquanto ciência e prática, a Psicologia também organiza relações sociais em níveis estruturais e, assim, estabelece normas e práticas que perpetuam as dinâmicas de alienação do capitalismo.

Dessa maneira, embora a Psicologia esteja presente nos ambientes das escolas e empresas, e interfira diretamente nas dinâmicas que os caracterizam, ela não deve ser confundida como uma mera ferramenta nesses espaços. Atenta-se que a Psicologia não é subordinada a esses espaços, pois constitui uma forma social com dinâmica e lógica própria, tal como a forma assumida pelo Direito (Pachukanis, 2017).

Por sua vez, a forma Jurídica, não pode ser detalhada isoladamente ou reduzidamente a uma mera expressão técnica ou normativa das relações sociais. Sua essência está enraizada, assim como na Psicologia, nas contradições e dinâmicas do modo de produção capitalista, de modo a se revelar como uma forma social específica que organiza e regula essas relações (Pachukanis, 2017).

A análise de Pachukanis (2017) parte do pressuposto de que o Direito, em sua essência, emerge e se desenvolve no contexto das relações de produção capitalistas, embora independente de outras formas capitalistas, ela está entrelaçada entre elas, principalmente com a forma da mercadoria. Nesse sentido, a forma jurídica surge historicamente como resultado da necessidade de interações regulares entre sujeitos juridicamente iguais, mas materialmente desiguais, que é uma característica da natureza do capitalismo.

É essa contradição entre igualdade formal e desigualdade material que constitui o núcleo da forma jurídica, de modo a refletir a dinâmica do mercado e da propriedade privada. Na expressão mais simples da forma jurídica, encontra-se a relação entre sujeitos de Direito, em que este sujeito é construído como uma abstração necessária para mediar as trocas no mercado.

Consequentemente, rememora-se ao leitor que o sujeito de Direito, dotado de autonomia e vontade jurídica, não existe fora das condições históricas do capitalismo, mas é produzido por ele, tal como o indivíduo reificado da Psicologia. As relações entre esses sujeitos, na forma jurídica, ocultam as contradições reais que estão presentes em toda dinâmica do capitalismo (Pachukanis, 2017).

Essas são condições de caráter de classe, especificamente, como uma forma burguesa, mas, que no Direito, acaba por ser camuflado por sua aparente universalidade que age assim como a ciência da Psicologia, pois é através desta condição que o Direito se apresenta como neutro e imparcial. Por isso, a crítica de Pachukanis (2017) permite compreender que a forma jurídica é uma parte ativa como estrutura de relações sociais burguesas, assim como outras formas sociais, e agora, também a Psicologia, e que elas não são um simples reflexo das relações econômicas.

Portanto, a Psicologia também constitui uma forma social independente, que organiza as relações sociais de maneira estrutural, possui autonomia enquanto lógica que opera para a manutenção do capitalismo, e também está entrelaçada com outras formas sociais burguesas. Até porque, como mostrado, a forma da Psicologia é resultado da complexificação da sofisticação da violência gerada em outras formas sociais. Por isso sua forma conecta múltiplos espaços sociais, mas, ao mesmo tempo, sustenta uma função específica e indispensável à lógica do capitalismo.

Dessa maneira, frisa-se retomar a discussão se a Psicologia desempenha simultaneamente dois papéis: como instrumento ideológico e como forma estruturante das relações sociais. E de fato, como o leitor pode observar, isso se mostra correto. Contudo, ao longo deste trabalho, a Psicologia como instrumento ideológico já foi referida, mas enquanto aparelho utilizado na atividade voltada para a sua própria forma.

Por isso, a Psicologia na verdade constitui somente um papel, que é a própria Psicologia. Ela enquanto instrumento ideológico, mesmo que apresente boas intenções, é incapaz de extrapolar a sua forma, assim como também é impossível atribuir à Psicologia um caráter revolucionário, visto que sua natureza estará marcada pela sua crise, enquanto dinâmica burguesa, de propagação da estrutura social de relações sociais reificadas.

Assim, ser um instrumento ideológico faz parte da forma da Psicologia, pois sustenta a atuação na reprodução de ideias e valores dominantes. Nesse sentido, entende-se a Psicologia como resultado de um desdobramento do movimento histórico do capitalismo, que se consolidou como um mecanismo de controle e organização das interações humanas em função das necessidades produtivas do capital.

Desse modo, a forma Psicologia emerge como uma extensão das estruturas capitalistas, que se desenvolve em uma relação com a reificação das relações humanas, no capitalismo. E por isso, sua natureza contraditória reflete as próprias contradições do capitalismo, uma vez que, ao mesmo tempo em que organiza as relações sociais, sustenta a alienação necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista.

De fato, o leitor não pode perder de vista que esse movimento não se deu de forma natural. A formação da Psicologia é histórica, e cumpre um propósito, assim como foi dissertado no segundo capítulo deste trabalho. Sua edificação é resultado de um árduo processo histórico de luta de classes que envolve a todos, e foi desenvolvido em função da classe opressora, por isso se trata de uma forma social burguesa.

Ademais, argumenta-se que, por meio de características que são alinhadas às necessidades do capitalismo, a forma Psicologia age na moldação das subjetividades reificadas e regula as interações sociais. Ao longo deste trabalho, pode-se perceber algumas das principais expressões dessas características, como: a individualização; a neutralidade aparente; a adaptação ao sistema capitalista; a naturalização de relações sociais; a formulação de subjetividades reificadas.

Todas elas estão presentes nas relações sociais reificadas, através da Psicologia. Dessa maneira, explica-se elas da seguinte forma:

1. Individualização: A Psicologia foca no indivíduo como unidade de análise, o que a leva a apressar estratégias de atuação de soluções individuais para problemas que têm raízes sociais e econômicas. Esse foco desvia a atenção das contradições estruturais, e acaba por desenvolver a percepção reificada das relações sociais, ao sugerir que a mudança depende exclusivamente do sujeito, enquanto a sociedade permanece intocada.
2. Neutralidade aparente: A Psicologia, apresenta-se como uma ciência neutra, válida para todos os indivíduos, independentemente de sua posição social. Através disso, ela mostra sua verdadeira forma, que serve para legitimar e desenvolver o contexto da exploração capitalista.
3. Adaptação ao sistema: Em suas aplicações práticas, de modo a cumprir com sua função social, a Psicologia fornece espaço para que os indivíduos se adaptem às exigências do sistema Por meio de intervenções como o treinamento de trabalhadores ou a difusão da normalização psicológica em clínicas, ou demais espaços de atuação, ela reforça uma lógica de adaptação às regras do capital.

4. Naturalização das relações sociais: A Psicologia trata o indivíduo reificado do capitalismo como a naturalização do que é o sujeito, esse movimento prático resulta na eliminação das relações sociais e das condições materiais na formação do indivíduo de seu entendimento. Isso ocorre até mesmo com os trabalhos da Psicologia que buscam uma atuação mais crítica ou até, ilusoriamente, revolucionária. Consequentemente, esse movimento tende a ocultar a base histórica e dialética das subjetividades humanas.
5. Formulação de subjetividades reificadas: A Psicologia participa da produção ativa da subjetividade reificada, de maneira a moldar as interpretações das relações sociais reificadas de acordo com os períodos do capitalismo, e acaba por somar ao processo de alienação do trabalho. Ela age e busca organizar a subjetividade privada, em função de necessidades econômicas e ideológicas, e assim, contribui como forma da alienação no desenvolvimento de indivíduos mais reificados e conformados com as relações sociais reificadas com outros indivíduos, sob o efeito do fetichismo da individualidade no capitalismo.

Essas expressões da forma social da Psicologia, são a marca de um mecanismo contrarrevolucionário. Assim, as relações sociais que ocorrem na estrutura da Psicologia, acabam por contribuir em conter as crises do capitalismo, ao transformar indivíduos em sujeitos que se adequam às exigências do sistema, enquanto mercadorias.

Essa é a função social da Psicologia, ser contrarrevolucionária, que manifesta-se, inclusive, em iniciativas críticas dentro da própria Psicologia, que reproduzem os limites por sua forma burguesa, como foi discutido no subtópico anterior. Assim, a Psicologia, mesmo em suas vertentes mais críticas, reforça os pressupostos ideológicos que sustentam sua própria existência enquanto forma social.

Desse modo, é fundamental destacar a impossibilidade de ruptura interna dessa forma social. Qualquer tentativa de se apropriar da Psicologia como ferramenta revolucionária esbarra em sua própria natureza, que está enraizada em estruturas contrarrevolucionárias do capitalismo. Assim, a Psicologia, enquanto forma social, não pode ser superada sem uma transformação radical das bases materiais do capitalismo.

Por fim, a natureza da forma Psicologia, é a natureza da Psicologia. Para isso não cabe mais a pergunta sobre de qual Psicologia se fala, visto que, agora, pode-se entender que as múltiplas Psicologias e a crise metodológica, são parte essencial do conteúdo da complexa forma da Psicologia.

Então, percebe-se que a natureza da Psicologia é o seu caráter como uma forma social capitalista, independente e estruturalmente vinculada a outras formas, que também constituem as relações sociais capitalistas. A manifestação desta forma é camuflada através da crise científica que impulsiona a Psicologia a ser vista apenas como instrumento ideológico.

Contudo, também é nesta crise que se encontra a possibilidade de perceber o que une todas as abordagens teórico-práticas da Psicologia. Essa unidade é a supramencionada natureza da Psicologia. Portanto, reside em sua capacidade, através de sua função social, uma estrutura de relações sociais reificadas que complexifica a alienação, e constituem parte das dinâmicas do capitalismo.

A oportunidade de avanço da crise na Psicologia reside na maneira de entender que a Psicologia deve ser superada, assim como o capitalismo. Por isso, pode-se sustentar que Vigotski (2004), e a teoria histórico-cultural, contribui para o apogeu e, também ao declínio da Psicologia, justamente porque ao mesmo tempo que, a partir de suas contribuições à ciência da Psicologia apresenta melhoras significativas em sua metodologia, por outro lado, abre os caminhos para a visualização de seus limites enquanto forma social capitalista.

Por isso, é impossível constituir uma Psicologia pelo método marxista, mas é possível, após o processo da revolução socialista, iniciar uma ciência a partir deste, como muito bem Vigotski fez, mas novamente, é importante frisar isso, em seu momento histórico de rompimento com o indivíduo do capitalismo.

Para tanto, reforça-se que, apesar de tentador, principalmente para os poucos camaradas da Psicologia que possuem identificação com a luta Comunista, a Psicologia é parte constitutiva do sistema, e organiza as relações sociais de maneira a perpetuar a lógica do capital e, assim, limitar possibilidades de superação histórica. Ela é uma forma contrarrevolucionária e, por consequência, sua ciência também. Por isso é importante não confundir a ciência da Psicologia com o materialismo histórico-dialético.

Sem contar que, de fato, não se faz revolução sem teoria revolucionária (Lénine, 1977). Mas a Psicologia, além de não ser esta teoria, é uma estrutura teórico-prática de relações sociais contrarrevolucionária. A teoria para a revolução do caminho para a sociedade da associação livre é a práxis do socialismo científico, sob o protagonismo revolucionário do proletariado. Pois é a única classe que é capaz de colocar fim em todas as classes sociais (Marx & Engels, 2008).

Bem como comenta Engels (2023):

Cumprir esse ato que libertará o mundo, eis a missão histórica do proletariado moderno. [...] Aprofundar as condições históricas e com elas o caráter específico e as consequências inevitáveis desse ato, dar à classe chama à ação, classe hoje oprimida, a plena consciência das condições e da natureza de sua própria ação iminente, eis a missão do socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário (Engels, 2023, p. 93-94).

3.4. Síntese do capítulo

O capítulo 3 explora de forma aprofundada a natureza da Psicologia. A análise avança no entendimento da Psicologia como mais do que uma ciência vulgar: trata-se de uma estrutura social enraizada nas contradições do modo de produção capitalista, que atua como relações sociais burguesas que produz e reflete dinâmicas de alienação.

Inicialmente, para a argumentação de que a Psicologia emerge no contexto do capitalismo e é um mecanismo de relações sociais capitalistas, encontrou-se a lógica da separação entre indivíduo e sociedade. É por meio desse ponto que a Psicologia promove a reificação e o fetichismo da individualidade, fenômenos que, juntos às outras formas de alienação, consolidam o indivíduo como uma mercadoria abstrata.

O capítulo também sustenta que a Psicologia é uma das expressões sofisticadas do sistema capitalista e, por conseguinte, apresenta uma função ideológica e estrutural nas relações sociais que a envolvem. Para tanto, partiu-se de examinar com mais profundidade a crise da Psicologia.

Embora Vigotski propusesse a superação dessa crise por meio da adoção do materialismo histórico-dialético, o capítulo defende que tal superação é impossível dentro da forma social capitalista que é a Psicologia. Visto que a Psicologia, em sua essência, está marcada pela dicotomia entre indivíduo e sociedade, o que limita suas possibilidades de superar as contradições de sua natureza. Essa crise, longe de ser acidental, constitui a própria essência da Psicologia enquanto forma social burguesa.

O texto argumenta que a Psicologia participa ativamente da alienação ao naturalizar o indivíduo reificado, de modo a desvinculá-lo de suas condições materiais e históricas. Essa naturalização ocorre tanto na prática clínica quanto nos espaços de atuação, como escolas e empresas, em que a Psicologia organiza relações sociais.

Assim como o Direito, a Psicologia emerge como uma estrutura independente, mas interligada a outras formas sociais do capitalismo, que contribui para a perpetuação das relações de exploração e dominação. Sua autonomia relativa revela sua participação indispensável na manutenção do sistema capitalista.

Nesse sentido, a contradição fundamental da Psicologia se expressa na tensão entre seu discurso de compreensão integral do ser humano e sua prática concreta, que é uma forma da alienação do sujeito ao individualizá-lo e desconectá-lo das condições históricas e sociais. Essa contradição revela-se também em suas diferentes abordagens teóricas, que, mesmo críticas, encontram limites estruturais impostos por sua natureza e função social, que expressam a lógica do capital.

A análise culmina em concluir que a Psicologia não pode ser uma ciência revolucionária; sua natureza contrarrevolucionária está marcada em sua prática e estrutura. Ainda, o capítulo conclui que a contribuição da teoria histórico-cultural como a possibilidade de vir a ser um gérmen para a criação de uma nova ciência geral, a ser desenvolvida após a superação do capitalismo, rumo ao comunismo.

Esse percurso crítico revela que a Psicologia, além de estar como um reflexo das dinâmicas capitalistas, sua natureza, através principalmente da expressão da sua crise, revela que também é um dos mecanismos centrais de sua reprodução. Assim, compreender sua natureza é fundamental para avançar na luta por uma sociedade emancipada, em que uma ciência verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento da subjetividade do gênero humano possa emergir.

Capítulo 4: A função social da Psicologia

Finalmente, após o leitor tomar conhecimento da gênese e da natureza da Psicologia, é possível que o mesmo já encontre respostas para enxergar a sua função social. A função social da Psicologia é desempenhar um papel específico, enquanto uma estrutura de relações sociais, na manutenção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Para melhor entendimento dessa afirmação, é importante que o leitor entenda a função social da Psicologia que se concretiza em um processo psicológico. Sem essa estrutura, as relações sociais podem até estar ricas de fundamentos da Psicologia, mas, indiretamente, como foi demonstrado na gênese da Psicologia, em relação a alguns espaços que as relações sociais e as forças produtivas sofrem interferências da forma Psicologia.

Portanto, sua forma só se consolida no momento em que um agente a executa na estrutura de intervenção psicológica. Dessa maneira, o começo específico da Psicologia é na relação de classes no momento de subordinação da classe trabalhadora para burguesia, como resultado do processo da universalização do comércio, ou seja, a forma Psicologia, definitivamente surge com a produção de mais-valia.

E aqui cabe uma grande ressalva, os agentes da forma Psicologia não são necessariamente psicólogos. Coach, terapeutas psicológicos em geral, palestrantes e youtubers de auto-ajuda, todos esses que, fantasmagoricamente, recebem o *Direito* de atuar em função de interferências no Psicológico dos indivíduos.

Por isso, cabe levantar algumas relações da Psicologia com outras formas sociais, principalmente em seu funcionamento. Também é necessário ampliar a discussão sobre a violência sofisticada que a Psicologia exerce, enquanto essa forma burguesa, que sustenta e faz parte da renovação da exploração do ser humano no capitalismo.

4.1. Mas afinal, o que é essa função social da Psicologia?

Rememora-se que no cerne das sociedades capitalistas, o sujeito emerge além de uma figura biológica, mas como uma construção histórica, social e cultural, moldada por relações econômicas que determinam sua posição no mundo. Assim, Pachukanis (2017), também enxerga nesse indivíduo do capitalismo o sujeito jurídico.

Dito isso, entende-se que tanto o sujeito jurídico quanto o sujeito da Psicologia são expressões da construção do indivíduo civilizado do capitalismo, de modo a funcionar como pilares complementares para sustentar as engrenagens do capitalismo. Cada um, em sua

especificidade, participa do processo de reprodução social, com a regulação de comportamentos, organização de interações e ocultação das contradições que sustentam o sistema.

Ademais, frisa-se comentar que esse sujeito mencionado é o indivíduo que participa das relações sociais reificadas na estrutura da Psicologia. Portanto, para que não tenha confusão com a questão de nomenclatura, entende-se esse sujeito não como o sujeito que pesquisa, mas aquele indivíduo que participa e sofre interferência na forma social da Psicologia, ou seja, o objeto da Psicologia.

A análise marxista nos oferece ferramentas para compreender como essas formas de sujeito são moldadas pela lógica do capital e operam para a manutenção da ordem vigente. Pachukanis (2017), ao analisar a forma jurídica, esclarece a relação entre a forma mercadorias e o sujeito jurídico. Ao explorar a relação entre essas duas formas de sujeito, pode-se revelar uma unidade dialética que conecta Direito e subjetividade na perpetuação das relações capitalistas.

O sujeito jurídico é concebido como a personificação da liberdade, igualdade e autonomia formal. Ele é apresentado como capaz de agir racionalmente, tomar decisões e estabelecer contratos com outros assuntos jurídicos em um plano de equivalência. Contudo, essa imagem idealizada oculta sua função essencial: organizar e legitimar as relações de troca no capitalismo.

Pachukanis (2017) identifica o sujeito jurídico como uma extensão da forma mercadoria. Assim como a mercadoria é abstraída de suas condições materiais e apresentada como um valor de troca, o sujeito jurídico é abstraído de suas determinações sociais e concretizado como um agente autônomo e livre. Na verdade, isso é uma abstração fetichizada, na qual sustenta uma ficção de igualdade no mercado, em que os indivíduos são tratados como equivalentes, apesar das profundas desigualdades materiais, como se as questões de classes sociais fossem inexistentes.

Por trás dessa igualdade formal, está o poder da classe dominante, que utiliza o Direito para garantir a propriedade privada e controlar os corpos e as ações dos trabalhadores. O sujeito jurídico, portanto, é condicionado a atuar dentro dos limites estabelecidos pelo Direito burguês, que assegura a reprodução das relações de exploração.

Enquanto o sujeito jurídico opera na esfera formal e relacional, o indivíduo da Psicologia atua no campo das relações sociais reificadas, que por consequência, acarreta na direta regulamentação da subjetividade. Como consequência, a Psicologia se estabelece

enquanto espaço para a regulamentação ideológica dos pensamentos, emoções e comportamentos, ao cenário e exigências do modo de produção capitalista.

A partir da natureza de sua expressão a Psicologia individualiza problemas que são, na verdade, sociais. Questões como ansiedade, depressão e burnout, embora enraizadas nas condições de trabalho e nas contradições do capitalismo, são tratadas, na aplicação da Psicologia, e também seu limite de atuação, como falhas internas do indivíduo (Merani, 1977). Como visto, até mesmo nas abordagens críticas, a função social da Psicologia está vinculada em sua natureza, o que ocasiona um espaço de relações sociais reificadas voltado para a produtividade.

Para tanto, o sujeito/indivíduo da Psicologia é moldado para ser funcional ao capital. Ele deve ser autossuficiente, resiliente e adaptável às mudanças do mercado. Sua interioridade é capturada e transformada em objeto de intervenção, seja para aumentar sua eficiência como trabalhador ou para minimizar os conflitos que poderiam levar à ruptura com o sistema.

Dessa maneira, pode-se perceber que a conexão entre o sujeito jurídico e o indivíduo da Psicologia encontra sua base na forma mercadoria. Ambos os sujeitos são derivados da lógica capitalista, que transforma tudo - relações sociais, subjetividade e até mesmo o tempo humano - em mercadorias. Essa relação pode ser explorada em várias dimensões: na alienação como fundamento comum; na naturalização do indivíduo do capitalismo; na complementaridade funcional.

Consequentemente, tanto o sujeito jurídico quanto o indivíduo da Psicologia são produtos da alienação capitalista. O primeiro aliena sua capacidade de ação em um sistema de normas e contratos que o define formalmente, enquanto o segundo aliena sua subjetividade em práticas que a fragmentam e regulam.

Ademais, ambos os sujeitos sugeridos para a construção da ideia de que o indivíduo isolado e individual é uma característica universal da humanidade. No Direito, isso aparece na figura do sujeito do contrato; na Psicologia, no ideal do *eu* como autossuficiente, na dicotomia indivíduo-sociedade. Essa naturalização obscurece a historicidade dessas formas, que são produtos específicos do capitalismo.

Por fim, essa relação sustenta uma complementaridade funcional na qual o sujeito jurídico organiza as relações econômicas e sociais de forma previsível, enquanto o indivíduo da Psicologia ajusta a subjetividade à exigência do sistema. Para tanto, eles garantem que o capitalismo funcione sem grandes rupturas, de modo a adaptar corpos e mentes à lógica do mercado.

Uma outra aproximação que se observa no Direito e, por consequência da dinâmica do capitalismo e suas complexidades, pode-se encontrar na Psicologia é que ambas as formas possuem uma função social ideológica, que vai além da regulação ou intervenção direta. Ambas as formas ocultam as contradições do capitalismo, de modo a apresentar a exploração como liberdade, a desigualdade como igualdade formal e o sofrimento social como problema individual (Pachukanis, 2017).

Um exemplo para entender o sujeito jurídico pode ser encontrado em contratos de trabalho. Suponha um trabalhador que assine um contrato com uma grande corporação. Formalmente, ambos estão em uma relação de igualdade: o trabalhador é livre para oferecer sua força de trabalho, e a corporação é livre para adquiri-la. Contudo, essa liberdade é profundamente desigual na prática.

O trabalhador, desprovido de meios de produção, é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Ele não possui uma verdadeira escolha, mas se submete às condições impostas pela corporação, que detém o capital e define os termos do contrato. Essa relação, mascarada pela igualdade formal, é na realidade uma relação de coerção estrutural. O contrato de trabalho, portanto, transforma a exploração em um acordo voluntário, de maneira a legitimar a desigualdade e garantir a reprodução das relações de poder.

Além disso, o Direito protege a propriedade privada da corporação, de modo a garantir que o trabalhador não tenha acesso aos lucros gerados pelo seu trabalho, apenas recebe o salário de acordo com a venda da sua força de trabalho. Dessa maneira, essa estrutura jurídica organiza as relações de trabalho, e reforça a alienação, pois separa o trabalhador do produto do seu próprio trabalho (Pachukanis, 2017).

Por sua vez, a Psicologia torna a ideia de que os problemas do indivíduo são responsabilidade dele mesmo. O sujeito é culpado por sua falta de encaixe ou falta de controle emocional, enquanto as condições que geram esses problemas - como jornadas extenuantes, precarização do trabalho e isolamento social - são naturalizadas. E isso ocorre exatamente porque a prática da Psicologia está vinculada a sua natureza.

Um exemplo que mostra como a Psicologia opera, de maneira fetichista, pode ser encontrado na prática clínica de um trabalhador que procura terapia para lidar com o esgotamento mental causado por longas jornadas em um ambiente de trabalho precarizado. O trabalhador, pressionado por metas inalcançáveis e pela insegurança de sua posição no mercado, busca auxílio psicológico, pois acredita que o problema está exclusivamente em sua incapacidade de gerenciamento emocional e lidar com o estresse.

Na terapia, as intervenções se concentram em técnicas de gestão emocional, como ou exercícios de respiração, ou mesmo minimamente discutir as realidades que permeiam o trabalhador, com o objetivo de o ajudá-lo a lidar melhor com as demandas do trabalho. Embora essas estratégias possam oferecer alívio temporário, ainda que algumas vertentes da Psicologia questionem as condições estruturais que geram o sofrimento humano, a prática psicológica, em sua função social, permanece subordinada à lógica do capitalismo.

Isso ocorre porque, mesmo que por ora o discurso psicológico aponte como injustiças do sistema, a prática que deriva desse discurso opera na esfera da adaptação e construção do indivíduo à realidade capitalista. No momento em que a Psicologia identifica e nomeia os fatores estruturais que geram sofrimento, ela abre um campo de análise importante. No entanto, ao ter sua natureza confinada na dicotomia indivíduo-sociedade, esta análise crítica não desenvolve papel transformador.

Assim, a prática da Psicologia, mesmo crítica, resvala, no máximo, em estratégias que ajudam o indivíduo a lidar com essas contradições, e não a superá-las. Assim, o trabalhador ansioso ou deprimido recebe ferramentas para sobreviver, se adaptar e até ressignificar o ambiente opressivo, enquanto o ambiente que o oprime permanece intacto.

Assim, a Psicologia, ao deslocar a causa do problema para o indivíduo, reforça a narrativa de que ele é o único responsável por superar suas dificuldades. O trabalhador, já alienado do produto de seu trabalho, agora também se encontra alienado de sua própria subjetividade, que é transformada em objeto de intervenção técnica.

Esse processo se conecta diretamente à lógica do fetichismo da individualidade. A subjetividade do trabalhador é fragmentada e moldada para se ajustar à lógica produtiva, e assim, o trabalhador acaba por desenvolver mais uma vontade fetichizada por ser explorado em seu trabalho, do que compreensão das causas de seus conflitos subjetivos. Como com o discurso de que o trabalhador seja *colaborador* da empresa em que ele trabalha.

De maneira subjetiva, várias estratégias psicológicas são utilizadas para essa troca de sentido, no entanto, na prática, ele continua a ser um trabalhador, que vende sua força de trabalho. O problema maior dessa alienação é que, as condições da exploração continuaram, só que ele estará mais distante de tomar consciência disso, então isso gera sofrimento em sua identificação enquanto ser social.

Com isso, o trabalhador pode procurar a Psicologia, e novamente, cai em um ciclo vicioso da função social da Psicologia. Assim como no fetichismo das mercadorias, em que os objetos parecem adquirir uma vida própria, o sofrimento do trabalhador é isolado de seu

material base, e na prática da Psicologia, acaba por ser, de maneira fetichista, tratado como uma falha interna que deve ser corrigida.

Vale ressaltar que, para a construção desse processo da troca de nomes do papel do trabalhador na empresa, a forma Psicologia está mais do que presente. Pois, como percebe-se, para trabalhar com essa adaptação de troca de sentidos, o que coloca a subjetividade como parte da exploração que o trabalhador recebe na venda de sua força de trabalho, a Psicologia atua em sua forma, seja com cursos, palestras, fundamentos filosóficos, ou mesmo trabalho da Psicologia organizacional do trabalho.

Dito isso, entende-se que o sujeito jurídico e o sujeito da Psicologia são expressões do indivíduo no capitalismo, mas não representam o ser humano em sua totalidade, muito menos devem ser analisados sob uma óptica mecânica. Por isso, entende-se que a ação de ambas as formas serve muito mais para concretizar o indivíduo reificado do capitalismo do que para ajudar o mesmo a se ver como ser social. Até porque são formas sociais contrarrevolucionárias.

As funções sociais do Direito e da Psicologia, originam-se como uma das séries de construções ideológicas que naturalizam e perpetuam suas contradições estruturais do capitalismo. O fetichismo da mercadoria, é um exemplo, mas para completá-lo, desenvolve-se no próprio cerne das contradições das relações sociais no capitalismo o fetichismo jurídico e o fetichismo da individualidade.

O fetichismo jurídico, conforme analisado Pachukanis (2017), consiste na transformação das relações sociais em abstrações legais, apresentadas como universais e autônomas. Por outro lado, o fetichismo da individualidade, se manifesta como a construção de um sujeito autossuficiente, isolado de suas condições materiais e sociais (Duarte, 2012).

Juntos, esses fetichismos atuam por cumprir um papel fundamental na ideologia do capitalismo, essas expressões fetichistas é que constituem o fio condutor para o exercício das funções sociais de suas formas. Por exemplo, na função social da Psicologia, seu desempenho ideológico tem em seu direcionamento a base do fetichismo da individualidade.

Dessa maneira, percebe-se que, o fetichismo da mercadoria, age na construção de uma base alienante, que no capitalismo se especifica no processo de reificação do trabalho. Por isso, rememora-se que, nessa base, ocorre uma inversão na relação trabalhador-mercadoria em que as relações sociais entre trabalhadores são ocultadas pelas relações entre os produtos de seu trabalho, nisso, a mercadoria de forma mágica parece ter ganhado vida e o trabalhador, por outro lado, se transforma em uma mercadoria (Marx, 2023).

Enquanto o fetichismo da mercadoria oculta as relações sociais por meio das coisas, o fetichismo jurídico transforma as relações sociais em abstrações legais. Entende-se que o Direito burguês se apresenta como um sistema neutro e universal, e por isso é fetichizado no momento em que as normas jurídicas são percebidas como autônomas e naturais (Pachukanis 2017).

O fetichismo jurídico se manifesta na transformação de interesses sociais, como a propriedade e os contratos, em categorias jurídicas independentes, descoladas de suas condições materiais. A propriedade privada, por exemplo, é tratada como um Direito inalienável e natural, e não como um produto histórico das relações capitalistas de produção. Por isso, nesse processo ocorre a ilusão de que o Direito opera de maneira imparcial e universal, enquanto que na prática ele reflete e reforça as relações de poder e exploração do capitalismo (Pachukanis, 2017).

Um exemplo prático, do fetichismo jurídico, pode ser observado na relação entre um pequeno agricultor e uma grande empresa agroindustrial no contexto de um contrato de fornecimento. Formalmente, esse contrato estabelece uma relação de igualdade entre as partes: o agricultor, como proprietário dos recursos naturais e da força de trabalho, e a empresa, como compradora dos produtos agrícolas. Ambos os lados, no papel, aparecem como sujeitos jurídicos livres e iguais, com Direitos e deveres acordados.

Entretanto, ao analisar a relação concreta por trás dessa formalidade jurídica, percebe-se que a igualdade é ilusória. A empresa detém o controle de recursos essenciais, como sementes patenteadas, tecnologia e redes de distribuição. O agricultor, por sua vez, depende economicamente dessa relação para sua subsistência, o que o leva, muitas vezes, a aceitar termos desfavoráveis, como preços pré-determinados e exclusividade de venda.

O fetichismo jurídico, nesse contexto, aparece ao mascarar a desigualdade material entre as partes. Nisso, o contrato transforma uma relação de dependência e exploração em um acordo aparentemente justo e voluntário. A forma jurídica abstrai as condições econômicas e sociais que colocam o agricultor em uma posição vulnerável, e apresenta o vínculo como uma interação neutra entre indivíduos autônomos.

E sob o fetichismo da individualidade, a Psicologia não age no mesmo sentido? Como uma completude para a forma da alienação no capitalismo? Pois é isso que se mostra aqui, ao entender que o fetichismo da individualidade opera na esfera subjetiva, de modo a se retardar do indivíduo como independente, responsável por seu destino e desvinculado de suas condições materiais e sociais.

Desse modo, o sujeito adquire um dever de ser capaz de competir e se adaptar às exigências do mercado. A individualidade fetichizada desloca a atenção das estruturas coletivas para o desempenho individual do sujeito. Portanto, junto com o fetichismo da mercadoria e jurídico, o indivíduo se vê enquanto uma mercadoria isolada.

Consequentemente, entende-se que mercadorias não constituem relações sociais, por isso ele é isolado. Por conta dessa questão é que, na relação indivíduo-sociedade, a função social da Psicologia é agir na completa ilusão e peso dessa dicotomia e responsabilização individual.

Por isso, entende-se que esses fetichismos se complementam e se reforçam em uma dinâmica dialética que sustenta o capitalismo. Enquanto o fetichismo da mercadoria transforma relações sociais em objetos, o fetichismo jurídico legitima essas relações por meio de normas universais, e o fetichismo da individualidade molda os sujeitos para aceitar e se adaptar a essa lógica.

À vista disso, essa condição fetichizada da realidade sustenta e naturaliza as contradições do capitalismo. Ao ocultar as relações sociais reais, esses fetichismos transformam o sistema capitalista em algo previsto e eterno. Contudo, a crítica marxista mostra que essas construções são históricas, e construídas pelo próprio ser humano e, portanto, passíveis de transformação.

O futuro da humanidade depende da capacidade de romper com essas abstrações alienantes e construir uma sociedade onde as relações humanas sejam livres, conscientes e solidárias. Só então será possível realizar plenamente a essência coletiva do ser humano, de modo a se libertarem das correntes da mercadoria, do Direito e da individualidade fetichizada (ideologia alemã).

Por conseguinte, retorna-se a entender a forma Psicologia nesse processo, e então, a questão não é só desmascará-la como uma forma social, mas também, compreender o desempenho de seu papel para a propagação do fetichismo da individualidade. Para isso, Pachukanis (2017), enxergou na Psicologia sua função social aqui denunciada, no entanto, o autor também observou isso pela camuflagem de abordagens, e assim, criticou uma certa *Psicologia mercantil*.

O que é essa Psicologia mercantil? Ela é, sem sombra de dúvidas, a forma da Psicologia, aquela responsável em sua função social de moldar e comercializar a subjetividade humana de maneira semelhante à mercadoria. Essa crítica dialoga diretamente com a discussão sobre a natureza da Psicologia, conforme explorada no capítulo 3, que

portanto, permite compreender que a Psicologia mercantil não é um desvio ou uma abordagem específica da ferramenta da Psicologia, mas sua verdadeira forma no capitalismo.

Desta maneira, a Psicologia, através de seus agentes, intervém na subjetividade diretamente para ajustá-la aos critérios do mercado. Isso inclui desde técnicas terapêuticas que promovem a adaptação aos limites do capital, até programas de treinamento emocionais voltados para aumentar a produtividade no trabalho, por isso são formas de controle que buscam atender os indivíduos às necessidades do capital.

Através da Psicologia, sobretudo de sua função, a subjetividade é tratada como algo que pode ser moldado, ajustado e, em última instância, transformado em um recurso funcional para o sistema. E assim como as mercadorias, a subjetividade é abstraída de seu contexto social e fornecida como algo independente, passível de ser avaliado, vendido e consumido. Aí está, a propagação e aplicação do fetichismo da individualidade pela Psicologia

Portanto, a Psicologia mercantil descrita por Pachukanis (2017) é, na verdade, a expressão mais evidente da Psicologia como forma social no capitalismo. O que, a partir de Yamamoto (1987), permite concluir que, independente da abordagem se colocar como tradicional, uma alternativa radical, ou se faz Psicologia, ou não se faz, e nesse caso, a Psicologia mercantil é fazer Psicologia.

Com isso, Pachukanis (2017) levanta uma denúncia bem importante para o processo da transformação revolucionária do ser social

Quanto mais radical se apresentar a erradicação das relações mercantis e da Psicologia mercantil na esfera da produção, mais rapidamente se dará a emancipação definitiva de que fala Marx em *Sobre a questão judaica* (Pachukanis, 2017, p 136).

No caso, ele se refere a seguinte frase de Marx (2010b)

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (Marx, 2010b, p. 54).

Agora, como entender essa função social da Psicologia que é capaz de impedir o desenvolvimento do ser humano livre? De acordo com o que se viu até aqui, e de maneira a partir de outras contribuições, como de Yamamoto (1987) e de Merani (1977), percebe-se que a função social da Psicologia está relacionada à manutenção e reprodução das relações sociais

capitalistas. Enquanto estrutura as relações sociais, a Psicologia organiza subjetividades, adapta comportamentos e naturaliza as contradições do sistema, por isso a Psicologia age contra a emancipação humana.

Para demonstrar isso, observa-se que a Psicologia opera como uma organizadora das relações de produção ao moldar comportamentos e subjetividades que se alinham às exigências do capital. Isso é perceptível em contextos como o ambiente de trabalho, o sistema educacional e as práticas clínicas, nelas é gerada a partir da estrutura de relações sociais da Psicologia a ação para que indivíduos se adaptem às condições alienantes impostas pelo sistema econômico.

E que ações são essas? Essas, na verdade, há muito tempo já são investigadas por vários críticos da Psicologia e entusiastas pelas *Psicologia anticapitalista*, trata-se de ser aquilo que se entendia ser a instrumentalização da Psicologia, a sua própria prática.

Dessa maneira, essa prática culmina em um resultado da atuação de um serviço que se pretende prestar, como por exemplo, o manejo clínico e o resultado adquirido com ele para o indivíduo. O mesmo ocorre com uma proposta de intervenção psicológica em grupos, em fábricas, aconselhamentos psicológicos, dinâmicas organizacionais, palestras de auto-ajuda, entre outros.

Yamamoto (1987) identifica que a Psicologia no espaço industrial apresenta uma função de ajustar e controlar o comportamento humano para atender às exigências da produção. Merani (1977) também irá denunciar essa função a respeito do taylorismo, que busca maximizar a eficiência e produtividade, de modo a tratar os trabalhadores como engrenagens da máquina produtiva.

Ademais, com o desenvolvimento da Psicologia, como o surgimento de outras abordagens, esse controle se sofisticava e envolve uma aparência mais sutil, mascarada por uma suposta preocupação com os aspectos sociais do trabalho. Yamamoto (1987) considera essa transição um movimento oportunista, que mantém a subordinação dos trabalhadores às relações de produção enquanto busca conquistar sua *consciência espontânea*, que assim, promove a adaptação ao capital sob uma nova roupagem ideológica.

Considere uma grande empresa que implementa um programa de cultura de alta performance. E, nesse contexto, os trabalhadores são incentivados a superar continuamente as suas metas, com promessas de reconhecimento e recompensas.

A Psicologia estrutura dinâmicas que reforçam a competição interna e mascaram a exploração, de modo a modificar o aumento da carga de trabalho em algo estranho. Concomitantemente, aqueles que não alcançam as metas são vistos como incapazes, de

maneira a desconsiderar as condições precárias que dificultam seu desempenho, como jornadas exaustivas e a falta de recursos adequados.

Neste exemplo a Psicologia organiza o trabalho alienado e avança na lógica do capital ao desumanizar os trabalhadores em benefício do lucro. É nesse processo que a estrutura social da Psicologia se coloca a dispor da produção de relações sociais reificadas. Não que o próprio trabalho não faça isso, muito bem como Marx (2023) coloca, mas, para além disso, é na forma Psicologia que ocorre esse fetichismo da individualidade, que o indivíduo mais se vê enquanto uma mercadoria, isolada de outras mercadorias e das interferências mercado, bem, mas bem distante de se ver como ser social.

Um outro exemplo que Yamamoto (1987) também rememora é o da Psicologia na escola. A sua função social se revela de forma evidente na mensuração e classificação das diferenças individuais, utilizadas para reforçar as divisões de classe. Ferramentas como testes psicológicos e avaliações de inteligência, historicamente, serviram para desenvolver desigualdades educacionais com uma base aparentemente científica, que ocultam as condições sociais entre outras condições.

No sistema educacional, a Psicologia atua para preparar os indivíduos para se tornarem trabalhadores adaptáveis às normas do mundo capitalista. A estrutura da Psicologia mais uma vez age em função da adaptação e dos fetiches do capitalismo, de modo a promover a conformidade imposta aos indivíduos às normas e expectativas pelo sistema. O resultado é a legitimação de uma lógica que naturaliza a exclusão e perpetua as condições permitidas para a reprodução da exploração da força de trabalho.

Considere uma escola pública que implementa um programa de desenvolvimento de habilidades individuais baseado em avaliações psicológicas. O objetivo declarado é identificar o potencial de cada aluno e promover intervenções pedagógicas personalizadas. Para isso, a instituição utiliza testes padronizados de inteligência e desempenho, de modo a acreditar que tais instrumentos oferecem uma visão neutra e científica das capacidades dos estudantes.

Os testes são aplicados a crianças de diferentes idades, e seus resultados categorizam os alunos em níveis de exigência, como acima da média, média e abaixo da média. Com base nessas classificações, a escola decide alocar os recursos educacionais. Os alunos considerados acima da média recebem acesso a aulas avançadas e programas extracurriculares especiais, enquanto aqueles abaixo da média são direcionados para atividades corretivas que enfatizam habilidades básicas.

Em um primeiro olhar, essa abordagem parece justa, uma vez que promete atender às necessidades de cada aluno. No entanto, ao analisar o contexto mais amplo, percebe-se a lógica do fetichismo da individualidade e da reprodução das relações sociais capitalistas na forma da Psicologia.

Os testes utilizados mascararam as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional e na sociedade em geral. Crianças que vivem em situações de vulnerabilidade socioeconômica, com acesso limitado a recursos culturais e educacionais fora da escola, são mais propensas a receber classificações baixas. O teste psicológico, tratado como uma ferramenta neutra e científica, desconsidera os impactos das condições materiais e sociais na formação das capacidades dos estudantes. Nesse contexto, os alunos são avaliados pela sua capacidade de se ajustarem aos critérios padronizados, impostos pela lógica capitalista.

Ao dividir os alunos em categorias fixas, o programa reforça uma visão fragmentada do ser humano, assim é ignorada sua totalidade enquanto é social. Essa fragmentação contribui para a alienação, pois reduz os estudantes nas análises de desempenho e desconsidera as relações sociais que moldam suas trajetórias. Assim, o papel da Psicologia na educação exerce sua função de reificação, de modo a atuar na subjetividade em prol do indivíduo do capitalismo.

Além disso, essa abordagem naturaliza as desigualdades sociais. Ao apresentar os resultados dos testes como uma medida objetiva de mérito ou exigente, a escola oculta as condições materiais que limitam o desempenho de certos alunos. Dessa forma, a Psicologia opera pelas divisões de classe, e pela adaptação do indivíduo em um cenário fetichizado, como um indivíduo do capitalismo, pronto para ser explorado no mercado.

Por fim, a função social da Psicologia nesse contexto, molda subjetividades para que os indivíduos aceitem e se adaptem às condições alienantes impostas pelo sistema capitalista. Os alunos que obtêm bons resultados são incentivados a perseguir carreiras que os tornem mais produtivos para o mercado, enquanto aqueles classificados como abaixo da média são preparados para aceitar posições subalternas na posição social.

No âmbito clínico, observa-se que a Psicologia opera a partir de conceitos como *normalidade* e *patologia*, que embora a Psicologia forneça lógica para eles, ambos são construídos historicamente para atender às necessidades do sistema capitalista. Para tanto, a prática clínica age em prol da ideia de que o sofrimento e o desajuste são problemas individuais.

Dessa maneira, entende-se que a intervenção se concentra na adaptação do indivíduo às normas sociais. Ao tratar desvios como questões exclusivamente pessoais, a clínica

psicológica tem problemas estruturais, e se limita em atuar em função da adaptação do indivíduo, de maneira fetichizada, a se tornar uma boa mercadoria.

Como exemplo, pense em uma política educacional renovada em uma rede de escolas públicas que busca melhorar o desempenho escolar por meio de programas psicológicos voltados para autorregulação emocional e motivação. A proposta central é realizar sessões periódicas com psicólogos escolares para ensinar os estudantes a lidar com suas dificuldades e atingir seu máximo potencial. Essas disciplinas frequentemente incluem atividades como o ensino de técnicas de mindfulness, estabelecimento de metas pessoais e exercícios de visualização de sucesso.

Inicialmente, o programa é apresentado como uma iniciativa inclusiva, destinada a oferecer suporte psicológico a estudantes que enfrentam dificuldades acadêmicas ou comportamentais. Contudo, ao analisar criticamente a estrutura subjacente a essa prática, percebe-se a função social da Psicologia constituída como instrumento de adaptação ao sistema capitalista, que mascara desigualdades estruturais e reforça o fetichismo da individualidade .

Por trás das boas intenções, o programa desvia o foco das condições materiais que afetam o desempenho escolar. Como pobreza, precariedade das infraestruturas escolares e sobrecarga de trabalho dos educadores, e desloca a responsabilidade para a capacidade individual dos estudantes em superar essas barreiras.

Uma narrativa psicológica elabora a ideia de que o fracasso escolar é uma falha pessoal de motivação ou de controle emocional. Assim, reforça-se a alienação do sujeito em relação às condições concretas que determinam a sua trajetória educacional.

Ou então, até mesmo com uma Psicologia consciente deste processo da questão social, e que traga essa crítica a ser trabalhada. Por mais que tenha essa condição, os trabalhos dentro da Psicologia se limitam a exercer sua função social em prol da classe dominante, de maneira a estar sempre vinculada a sua natureza burguesa. Por isso a prática da Psicologia terá como condição a dicotomia indivíduo-sociedade.

Além disso, as atividades propostas têm como objetivo moldar subjetividades adaptáveis às condições do capitalismo, características funcionais do mercado de trabalho. Ao construir o trabalho psicológico de que o sucesso depende unicamente do esforço individual, o programa legitima a lógica meritocrática e naturaliza as divisões de classe. Enquanto os estudantes internalizam a ideia de que devem ser autossuficientes, eles se afastam da compreensão de sua condição como parte de uma classe explorada e da possibilidade de ação coletiva.

No final, percebe-se a Psicologia como uma estrutura de relações sociais que promove a reificação subjetiva. Ao tratar emoções, comportamentos e outras habilidades como objetos manipuláveis, ela desconsidera a historicidade e as relações sociais que são importantes para o ser humano, e isso é feito através do fetichismo da individualidade. Para tanto, o estudante é transformado em uma mercadoria em formação, preparada para o mercado, mas alienado de sua dimensão social e coletiva.

Por isso, nas práticas psicológicas, o sujeito é limitado a categorias ou métricas que facilitam sua adequação ao mercado. Esse movimento de propagação da reificação, através da forma social da Psicologia, contribui arduamente no processo da exploração da subjetividade do trabalhador. Eis aqui um ponto central para o agravamento na mais-valia relativa.

Dessa maneira, a Psicologia, hoje, desempenha um papel central na sustentação da lógica do *empreendedor de si mesmo*, característica que reconfiguram as relações de exploração no capitalismo contemporâneo. A transformação, fetichizada, do trabalhador em *colaborador* é um exemplo emblemático desse processo.

Ao substituir o termo *trabalhador*, carregado de um histórico de luta de classes, pela ideia de *colaborador*, busca-se apagar subjetivamente a exploração inerente à venda da força de trabalho. A palavra *colaborador* remete a uma falsa ideia de parceria, o que oculta as contradições entre quem lucra e quem sustenta o sistema. Nessa dinâmica, o trabalhador deixa de se considerar como tal, o que enfraquece sua capacidade de compreender sua posição enquanto sujeito explorado, ou seja, sua realidade.

Nesse contexto, a exploração ultrapassa a esfera material e atinge a subjetividade do trabalhador. Como afirmou o deputado estadual Renato Freitas, “a servidão já não é mais apenas pela necessidade, mas por vontade” (Kritikê Podcast, 2024). Essa vontade, construída ideologicamente, transforma o ato de trabalhar em uma suposta escolha individual, e assim mascarar a coerção estrutural.

Por conseguinte, em sua estrutura, a Psicologia contribui para consolidar essa lógica por meio de diferentes estratégias. Desde a comercialização de cursos, palestras, livros e manuais que ensinam gestão de pessoas até práticas clínicas que, em sua prática, acabam na adaptação do trabalhador às condições de exploração, a Psicologia fornece o material e o espaço necessários para a construção e o fortalecimento desse movimento. No ambiente organizacional, ela sustenta a dinâmica de dominação e submissão, de modo a promover o discurso de harmonia e esforço individual (da ideia da meritocracia), enquanto, no espaço clínico, é necessário ajustar subjetividades ao sofrimento sofrido pelo capitalismo.

Além disso, a Psicologia desempenha um papel crucial na manutenção da classe dominante. Ela prepara o trabalhador para aceitar sua condição e, também molda o burguês como burguês, e assim, reforça nele os valores de competitividade, acumulação e controle. Seja nas empresas, em que as práticas psicológicas são usadas para maximizar o lucro, seja nas clínicas, no espaço em que o trabalhador é estimulado a lidar com a realidade a partir de sua adaptação às relações reificadas, que o levam a ter *vontade* de ser uma mercadoria.

Essa dinâmica direta da forma da Psicologia cria também espaços de sua propagação, pois de maneira indireta, temas, assuntos e fundamentações filosóficas aparecem nas relações de dominação e submissão em empresas, escolas e outros espaços. Daí, pode-se levantar até um outro questionamento em relação a forma do Direito, a Psicologia não teria também sua jurisprudência?

As interpretações da subjetividade e as diversas formas de atuação, que acabam por resultar na forma da adaptação do sujeito ao capitalismo, as nomenclaturas extravagantes para lidar como o que é adaptável e o que não é, como patológico ou normal, ou anormal, ou então o próprio manual de psicodiagnósticos e patologias, não seriam a jurisprudência da Psicologia? Ou melhor, a ciência da Psicologia, aquela que formata filosoficamente a própria existência da sua forma. Forma de agir, de ter uma função, e ela é, inevitavelmente, a de propagar a exploração do ser humano pelo outro ser humano.

No fim, o agir da função social da Psicologia é duplo: impedir que o trabalhador se rebelde, ao ajustá-lo às condições alienantes do sistema; fortalecer a posição do burguês, que garante a perpetuação das relações de dominação e exploração. Nesse movimento, percebe-se, de modo mais evidente, que a Psicologia se torna uma peça-chave na engrenagem do capitalismo, como uma forma social, que ao mesmo tempo atua e legitima suas contradições e assim, garante sua reprodução.

Uma outra demonstração ocorre em processos seletivos, com testes psicológicos, que são usados para avaliar habilidades como liderança e trabalho em equipe. A forma da Psicologia, permite que esses instrumentos sejam apresentados como ferramentas neutras, que acaba por reproduzir a dicotomia indivíduo-sociedade, pois desconsideram as relações dialéticas indivíduo-sociedade em sua aplicação, assim privilegia aqueles que já estão em posições de vantagem social. O trabalhador é transformado em um objeto de avaliação, enquanto as contradições estruturais do mercado de trabalho são mascaradas.

O que mais seria isso, se não uma violência sofisticada? Enquanto a violência em seus modos primitivos desde expressões mais físicas até lições morais, era predominante nas

formações sociais anteriores, no capitalismo, a violência psicológica, tornou-se uma herdeira sofisticada dessa coerção para o controle social.

4.2. A violência sofisticada burguesa como função social da Psicologia

Ao analisar a acumulação primitiva da sociedade capitalista, Marx (2023), percebe que o uso de violência marca a atual sociedade. A maneira da utilização desta violência pode variar, de acordo com as formas capitalistas, mas o grau e a aplicação dessa violência vai depender do papel que desempenha o sujeito na sociedade de classes.

Nas palavras do autor

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro de certos limites favoráveis à produção de mais valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência (Marx, 2023, p.809).

Dessa maneira, entende-se que, como já muito percebido por aqui, a violência necessitou se sofisticar, não que a Psicologia seja o limite da sofisticação da violência, mas sim que, em sua estrutura, essa violência ganha novos ares, novas maneiras de se enquadrar nos avanços da luta de classes. Portanto, “a violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (Marx, 2023, p. 821).

A forma da Psicologia, assim como outras formas, surge então, e em seu campo ocorre a disseminação da aplicação dessa violência de acordo com os avanços das explorações. Agora, entende-se porque é mais fácil, principalmente na realidade de hoje, pensar em uma mais-valia relativa que age também com a subjetividade do trabalhador. Trata-se então, de que a Psicologia herda de outras violências a natureza burguesa da exploração da força de trabalho com a finalidade da acumulação de lucro para a classe dominante.

A princípio, no processo da acumulação primitiva, essa violência se demonstrou fortemente de maneira mais agressiva. Percebe-se isso tanto na estrutura do Estado, como aplicador de decisões que favoreciam a burguesia, por exemplo a administração pública e, também, a utilização de forças policiais, como na estrutura do Direito, em que, inicialmente, ocorreu a validação da expropriação de terras com leis que regulamentavam isso, e também, no contrato de venda de força do trabalho (Marx, 2023/ Pachukanis, 2017).

Portanto, já em sua gênese, o capitalismo utilizou da violência, visto que se trata de um sistema da máxima exploração da força de trabalho, e, em toda a sua continuidade, a

violência, manteve-se em suas dinâmicas. No entanto, como a *história é movida pela luta de classes*, ocorre que essa violência vira resultado de diferentes situações, uma violência da classe dominante sob a classe dominada, como maneira de controle social com objetivos na acumulação do capital, e uma violência que é oriunda de resultados dos processos opressivos como resposta da classe oprimida (Marx, 2023).

Dessa maneira, com as estruturas de relações sociais burguesas, a violência da classe oprimida, que é resposta da opressão sofrida pela classe opressora, é combatida de maneira punitiva. Isto é, seja com o funcionamento do Estado, com a regulação de leis e execução de violência policial, seja com a forma do Direito, com a falsa defesa da liberdade que permite que todo trabalhador seja explorado enquanto mercadoria, ou então que este não possua terras perante a lei, ou então, seja perante adaptações subjetivas na forma da Psicologia.

Então, recapitulam-se algumas questões dessa lógica e, desenvolve-se um raciocínio perante a questão da violência burguesa e como ela se sofisticou e é também executada na forma da Psicologia. O período pré-capitalista é marcado pela *Lei geral da acumulação primitiva*, nesse momento para ocorrer essa acumulação, foi utilizado de uma violência, na expropriação de terras, na escravidão, na implementação cultural, e ou, todas como o mesmo objetivo, o de acumular mercadorias (Marx, 2023).

A aparição do Direito nesse processo foi fundamental para a legalização, dentro do próprio estado burguês, da exploração da força de trabalho, o que, nessa dinâmica, com tantas violências, a classe trabalhadora como resultado, responde com violência, para sua sobrevivência. Mas, em seu contexto, essa violência é esmagada e acaba por significar o desenvolvimento de um exército industrial de reserva de oprimidos, que são jogados para presídios, colocados à beira, ou na própria miséria, e sem saída para qualquer tipo de esperança na sociedade burguesa (Marx, 2023/ Pachukanis, 2017).

No espaço de trabalho capitalista, essa violência na exploração da força de trabalho, em um certo momento com o desenvolvimento de todo o processo de produção, isso muito associado com os períodos de revolução industrial, marca a necessidade de intensas formas de dominação com o uso da violência para o controle social. Contudo, se a violência usada antes, durante o momento pré-capitalista, continua-se de maneira igual, perderia de vista o próprio processo da alienação, pois com as demais mudanças sociais, de modo a incluir toda a dinâmica do capital, o capitalismo necessitou sofisticar a violência da exploração. Nesse processo, da violência utilizada para a alienação do trabalhador é que enxerga-se a Psicologia.

É a contradição da Psicologia que denuncia a sua violência burguesa. Olhe primeiro para o Direito, a sua contradição, segundo Pachukanis (2017), é a falsa ideia de liberdade e

igualdade, em que, como uma forma burguesa, o Direito acaba por, no discurso e nas palavras bonitas, defender esses dois princípios, mas em sua execução, legalizar, a exploração do trabalho, privilegiar a classe burguesa, fundamentar a posse de terra nas mãos de latifundiários, entre outros, esse movimento contraditório expressa a função social do Direito, que é sua violência, enquanto forma burguesa, sobre o trabalhador.

Dito isso, com a contradição da Psicologia, pode-se agora aprofundar um pouco mais em entender sua função social, já que a tão falada violência social, já deve estar mais explícita para você leitor. Portanto, a função social da Psicologia é a adaptação e a conformação do indivíduo em seu enquadramento social, ou melhor, é a manutenção para a aceitação da sociedade de classes sociais e o papel que cada um deve exercer nela na dinâmica capitalista.

Então **a função social da Psicologia é a aplicação de uma violência burguesa**, e no momento que nessa pesquisa se utiliza de um termo de complemento, como *sofisticado*, é exatamente para dar ênfase na maneira como essa violência está mascarada na forma da Psicologia. Essa violência, resultado de uma herança que advém de outras estruturas, e que com o avançar do capitalismo, e com sua natureza violenta burguesa, necessitou de se sofisticar, marca a prática da Psicologia como uma ação violenta burguesa.

É da função social que, a normalidade ou a não normalidade psicológica é estruturada em função do mercado, com puros objetivos de perpetuar o modo de produção capitalista. A Psicologia é cheia de alternativas, de boas intenções, inclusive você leitor da Psicologia, que possui intenções até mesmo radicais, porém, se suas ações sempre resultam na Psicologia, então, uma alternativa para a Psicologia continua a ser uma forma da Psicologia.

Diante desse cenário, através das contribuições de Yamamoto (1987), percebe-se que independente das alternativas e cenários, se o fazer psicológico é Psicologia, isto é, atua com a função social da Psicologia, quer dizer que ela carrega consigo sua natureza burguesa, por isso, o autor percebe que, as alternativas, por mais interessantes que sejam, se limitam na própria Psicologia. Não basta atender às camadas populares, mesmo se for feito sob a abordagem x ou y, o resultado final é ser uma relação de exploração e dominação.

No entanto, se o fazer psicológico se coloca como não Psicologia, isto é, na prática, não se tratar de Psicologia, embora a vinculação com sua nomenclatura ainda obrigue a atividade possuir fundamentos em uma estrutura burguesa, ela, politicamente, pode apresentar resultados extremamente distintos da função da Psicologia. Veja o caso de Martín-Baró, em que, embora o autor tenha desenvolvido uma Psicologia crítica, é em uma prática de negação da Psicologia, em uma atividade política de atuação a favor dos povos

oprimidos como consequência da guerra-civil em El Salvador, que ele atua e deixa sua marca enquanto militante. O mesmo ocorre com Fanon.

Nessa limitação, percebe que a Psicologia desempenha um papel central no processo do capitalismo, ao transformar a subjetividade em um campo de intervenção técnica, e assim, mascarar as relações de exploração sob a aparência de cuidado e desenvolvimento pessoal. Então, a forma psicológica se sustenta nas relações como desequilíbrio mental, como ter a sanidade para a produção, em outras palavras, significa, desenvolver a subjetividade para que a sua exploração possa ocorrer como parte da mais-valia.

Ademais, esse entendimento do desenvolvimento da subjetividade como parte da mais-valia, relativa e absoluta, está relacionado à interferência da forma Psicologia nas forças produtivas. Devido a Psicologia atuar na constituição do indivíduo do capitalismo, ela promove o desenvolvimento de uma subjetividade reificada que favoreça o aumento da produtividade.

Assim, embora a mais-valia relativa esteja diretamente ligada ao barateamento da força de trabalho pelo desenvolvimento técnico e redução dos custos de produção, essa dinâmica também ocorre com a subjetividade do trabalhador, que é constantemente modelada para atender às exigências de produtividade. Nesse sentido, o resultado da ação da forma Psicologia resulta em uma interferência que acaba por integrar as estratégias de reprodução do sistema capitalista ao potencializar a exploração do trabalhador como sujeito produtivo.

Já na mais-valia absoluta, a psicologia também entra na mediação da constituição de sujeitos para intensificação da exploração por aumento de jornada e intensificação do trabalho. Por exemplo, na reprodução da própria lógica do indivíduo atomizado, responsável por si, o que é funcional para as formas de trabalho intermitentes.

Mas quem são os agentes dessa forma da Psicologia? Vários são os agentes da Psicologia, devido a questões de menos burocracia dos Conselhos, no cenário brasileiro, e fora dele, até mesmo cursos de um dia que possibilitam pessoas atuarem enquanto agentes da Psicologia. Pois bem, para ser agente da Psicologia é necessário qualquer titulação que medeie um espaço no qual o agente poderá atuar de acordo com a natureza e função social da Psicologia, seja com cursos, livros, formação, terapias, a própria Psicologia clínica ou outras áreas afins.

Por fim, de maneira a partir do debate “de se dar o passo derradeiro no sentido não de refazer, mas de, enquanto questão política, negar a Psicologia” (Yamamoto, 1987, p. 80), está na hora de realmente parar de andar em círculos. O Psicólogo que é, antes de ser profissional, um marxista, que compreende as necessidades de construir uma luta revolucionária, não pode

mais cair no conto de fadas da Psicologia. A atenção para a saúde mental deve estar voltada à subjetividade, não a Psicologia, e uma subjetividade do ser social, não do indivíduo do capitalismo.

Desse modo, negar a Psicologia não é negar a subjetividade, como pode ser observado com os aumentos da crise de ansiedade e depressão, que de fato, são problemas bem reais, que a partir da compreensão do desenvolvimento da subjetividade do gênero humano, entende-se que são originados pelas relações sociais capitalistas. Isso mesmo, em momentos específicos, a própria Psicologia pode desencadear esses transtornos.

Isso ocorre porque a Psicologia atua na reprodução das contradições do capitalismo, de maneira a alienar o sujeito de sua realidade e de suas potencialidades humanas. Ao reforçar a individualização dos problemas, a Psicologia intensifica a alienação do indivíduo. Esse processo leva o sujeito a internalizar conflitos sociais como falhas pessoais, o que pode agravar ou até mesmo desencadear transtornos psíquicos.

Além disso, em suas formas de relações sociais menos diretas, como a propagação de cursos, o ensino e o compartilhamento de saberes da Psicologia, ela contribui para a construção de uma sociedade capitalista. Assim, longe de emancipar o indivíduo, a Psicologia reafirma sua função de adequá-lo à lógica capitalista, de modo a mascarar o sofrimento coletivo da humanidade como um sofrimento individualista, atribuído à culpa pessoal do sujeito. Como já tratado, isso ocorre até mesmo nas abordagens críticas, dada a finalidade de sua prática enquanto Psicologia.

Visto que, durante esse trabalho, demonstrou-se como a natureza e a função social da Psicologia agem enquanto essa forma social burguesa da alienação, o ponto não é olhar para um problema específico do psicodiagnóstico, mas para toda a formação da subjetividade do ser social, o que a Psicologia, e até mesmo os seguidores da teoria histórico-cultural, são impossibilitados de atuar na sua forma da Psicologia.

A crítica dessas formas sociais é, portanto, uma crítica ao próprio capitalismo. A construção de um novo sujeito, coletivo, solidário e plenamente humano, exige a superação dessas formas. O sujeito do futuro não será definido pelo mercado ou pelas normas, mas pelas relações sociais livres e igualitárias que ele ajudará a construir. Essa tarefa não é fácil, mas é essencial para a emancipação da humanidade.

Dito isto, o olhar verdadeiro para o desenvolvimento da subjetividade do gênero humano é compreender que essa realmente só se dará no momento que o capitalismo for superado. Isso quer dizer que, através da conscientização de classe, na revolução socialista, a dicotomia indivíduo-sociedade estará por um fio para ser desmantelada como uma forma

fetichista, e, assim, com a abolição da propriedade privada, das classes sociais, da exploração do trabalho e da alienação, e a edificação da sociedade comunista, definitivamente a Psicologia ficará apenas nos livros de história.

4.3. Síntese do capítulo

No quarto capítulo, a análise da função social da Psicologia parte de uma ampla visão crítica que a apresenta como uma forma social que carrega em si as contradições do capitalismo. Para tanto, a função social da Psicologia é desenvolvida a partir de sua capacidade de atuar sob as subjetividades, de modo a adaptar os indivíduos às demandas do sistema capitalista.

No entanto, essa adaptação ocorre por meio de processos complexos, nos quais a Psicologia desempenha um papel ativo na individualização dos problemas sociais e no encaixamento, de maneira fetichizada, do trabalhador nas lógicas do capitalismo. Para isso, o capítulo explora a relação entre o sujeito jurídico e o sujeito da Psicologia, de modo a destacar como ambos se complementam na reprodução das relações capitalistas.

Como exemplo, o sujeito jurídico regula formalmente os contratos e a propriedade privada, enquanto o sujeito da Psicologia internaliza os valores de liberdade, autonomia e responsabilidade individual. Essa relação revela a centralidade do fetichismo no processo de reificação do ser social, em que as contradições materiais são obscuras por abstrações que reforçam a lógica do mercado.

Sua função, portanto, encontra-se enraizada na dinâmica de adaptação dos indivíduos ao sistema capitalista, ao passo que consolida subjetividades conformadas aos seus critérios e interesses. Para compreender a profundidade dessa função social, foi necessário investigar como a Psicologia atua sobre o sujeito do capitalismo, de modo a legitimá-lo enquanto indivíduo alienado de sua essência social.

A partir desse ponto, tornou-se evidente que a Psicologia opera como uma estrutura de relações sociais essencial para o funcionamento das relações de exploração e dominação. Sua prática atua como mediadora das subjetividades, de maneira a naturalizar os impactos das relações capitalistas sobre os indivíduos e, assim, deslocar a atenção das contradições estruturais para a esfera da individualidade.

Consequentemente, essa substituição cumpre a função de mascarar as condições reais que demonstraram o sofrimento humano, como as jornadas exaustivas, a precarização do trabalho e o isolamento social, de forma a interpretar essas questões enquanto desvios

internos, e não como produtos das relações sociais historicamente específicas. Para tanto, a Psicologia, em sua função social, apresenta-se como uma sofisticada forma de violência burguesa de controle social, que atua sob a subjetividade para que ela se alinhe às exigências do capital.

Dessa maneira, o indivíduo da Psicologia é, antes de tudo, o indivíduo do capitalismo. Ao fortalecer o fetichismo da individualidade, a Psicologia cumpre o papel de consolidar a lógica capitalista em suas dimensões mais íntimas, e assim estabelece normas que atuam na subjetividade para a adaptação às condições alienantes.

Foi destacado que, nesse processo, encontrou-se em vários campos/espços a função da Psicologia, todas vinculadas à sua estrutura social burguesa. No campo educacional, por exemplo, a Psicologia se manifesta ao utilizar ferramentas como testes de inteligência e avaliações padronizadas, que sob a aparência de neutralidade científica, reforçam desigualdades sociais e naturalizam divisões de classe.

No âmbito organizacional do trabalho, a Psicologia aparece por meio de práticas que transformam, de maneira fetichizada, trabalhadores em colaboradores, e assim, elimina subjetivamente a exploração sobre a força de trabalho. Essa transformação semântica, longe de ser meramente simbólica, carrega implicações profundas na forma como o trabalhador se percebe dentro das relações de produção.

Isso ocorre porque ao substituir o termo trabalhador por colaborador, a Psicologia reforça a ideia de parceria e harmonia, enquanto oculta as contradições que fundamentam essas relações. Dessa maneira, o indivíduo é levado a internalizar a exploração como algo natural e até confortável, de modo a se distanciar da consciência de classe.

Na clínica psicológica, a função social da Psicologia se expressa ao organizar subjetividades e moldar comportamentos. Desse modo, a Psicologia contribui para a legitimação de normas que naturalizam as relações de exploração e alienação.

Então, percebeu-se que esse processo não se limita à prática clínica ou educacional, mas se estende ao campo das relações sociais que se constituem por meio da Psicologia na própria construção do indivíduo enquanto sujeito do capitalismo. Porque, ao operar na esfera da subjetividade, a Psicologia reforça a lógica do capital e reforça na finalidade de sua prática a ideia de que os problemas enfrentados pelos indivíduos são exclusivamente seus, enquanto as condições estruturais que os originam permanecem intactas.

Nesse contexto, a prática psicológica se revela como uma forma de violência sofisticada. Essa violência, manifesta-se na adaptação dos indivíduos às condições alienantes

do sistema capitalista. Para tanto, foi discutido como a função da Psicologia, atua por meio da dicotomia indivíduo-sociedade, e acaba por impulsionar o sofrimento humano.

Além disso, o capítulo examina como a Psicologia, enquanto forma social burguesa, atua na regulação das subjetividades por meio da normatização de comportamentos e emoções. Essa normatização estabelece critérios que definem o que é aceitável ou patológico, em que a prática psicológica atua para a adaptação dos indivíduos ao sentido do lucro do capitalista.

Assim, a Psicologia, mesmo em suas abordagens críticas, encontra-se limitada por sua natureza e função social, e assim é incapaz de promover uma transformação social, pelo contrário, acaba por agir como uma forma social burguesa, de características contrarrevolucionárias. Mesmo no momento que denuncia as injustiças do sistema, sua prática acaba por reforçar as condições que sustentam essas injustiças, para ajustar o indivíduo às demandas do mercado.

Ademais, foi destacado que a forma social da Psicologia atua na construção da subjetividade de todas as classes sociais. Contudo, perante a classe dominante, a Psicologia atua para consolidar os valores burgueses, como competitividade, acumulação e controle. Dito isso, percebeu-se que a Psicologia contribui para a manutenção da hegemonia da classe dominante, ao passo que se expressa como relações de exploração e dominação.

Por fim, concluiu-se que a função social da Psicologia é a violência burguesa de atuar sobre a subjetividade do gênero humano para a propagação do fetichismo da individualidade que está vinculada à reprodução das contradições do capitalismo. A superação dessa condição exige um movimento revolucionário que rompa com as formas sociais que sustentam o capitalismo, inclusive a própria Psicologia, e somente assim, será possível a construção de uma subjetividade coletiva, consciente e emancipada.

Considerações finais

Finalmente, a partir de todo o desenvolvimento do trabalho, responde-se a sua pergunta-problema: *do que se trata, e como entender, essa forma da Psicologia no capitalismo?* A resposta encontrada foi que, para compreender essa forma que a Psicologia se desenvolve, é preciso analisar a relação forma-conteúdo da Psicologia.

Para tanto, observa-se que a forma e o conteúdo da Psicologia são categorias dialéticas que permitem compreender sua essência e função no capitalismo. Por sua vez, a forma da Psicologia é uma estrutura social de alienação, que se configura em função da exploração e da dominação na sociedade capitalista. Por consequência, ela age em favor da classe dominante, para que os ricos fiquem mais ricos, e os pobres se tornem mais pobres.

Desse modo, encontrou-se que suas estruturas de relações sociais atendem diretamente às necessidades históricas e materiais da sociedade burguesa. Através de práticas e teorias que agem em torno da dicotomia indivíduo-sociedade, a Psicologia se tornou uma forma de alienação.

À vista disso, a Psicologia reflete as contradições do capitalismo, de modo a fazer parte delas, e por isso, atua para silenciá-las, e em suas estruturas, ocorre a modelação das subjetividades e relações sociais em conformidade com os interesses da classe dominante, por meio da propagação do fetichismo da individualidade, e assim, ela consolida sua função como uma forma social que sustenta a hegemonia burguesa. Portanto, encontra-se em três características principais, a elucidação do papel da Psicologia enquanto forma social capitalista:

1. *Relações sociais reificadas e estrutura de alienação:* A forma da Psicologia é fundamentada em relações sociais que transformam o indivíduo em um objeto alienado e reificado. Esse processo desconecta o ser humano de sua essência social e histórica, e isso ocorre com a prática de atividades psicológicas nas quais o seu resultado é embasado na dicotomia indivíduo-sociedade, e por isso, apresenta o indivíduo como isolado de suas condições materiais. Nesse contexto, a Psicologia age em função para uma fetichização da realidade do indivíduo, para que o mesmo se veja como mercadoria.
2. *Instrumento de controle social a serviço da classe dominante:* Historicamente, observa-se a vinculação da necessidade da origem da Psicologia, e não à toa, em suas estruturas, sua ação opera como um instrumento de controle social que atende diretamente aos interesses da classe dominante. A sua função é ajustar os indivíduos à

critério do sistema capitalista, através da ação frente a adaptação psíquica necessária para a manutenção das relações de exploração. Portanto, a Psicologia aparece também como um mecanismo de perpetuação da relação de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

3. *Crise interna como expressão de sua natureza:* Ocorre que a diversidade de abordagens e teorias que muitas vezes ignoram a totalidade do ser social, reflete uma crise interna da ciência que sustenta a Psicologia, que, por sua vez, diz muito sobre sua natureza. Essa crise não é meramente epistemológica, e ela revela as contradições fundamentais entre a função adaptativa da Psicologia e as condições históricas que geram sofrimento psíquico, o que coloca em xeque a sua camuflagem e desmascara sua natureza burguesa enquanto forma social.

Dessarte, o conteúdo da Psicologia está diretamente relacionado às relações sociais e históricas que dão origem à sua forma. Esses aspectos revelam o papel da Psicologia na reprodução das condições materiais do sistema capitalista e sua atuação enquanto prática de alienação, exploração e dominação, na sociedade capitalista. Os principais aspectos do conteúdo da Psicologia podem ser vistos da seguinte maneira:

1. *O indivíduo do capitalismo:* O conteúdo da Psicologia está centrado no indivíduo reificado, tratado como um ser isolado, desconectado de suas relações históricas, sociais e coletivas. Esse indivíduo é visto como um objeto a ser ajustado às demandas do sistema capitalista, moldado pela lógica do mercado, e isso vale também para as psicologias *sociais*, e/ou críticas .
2. *Alienação:* O conteúdo da Psicologia reforça a alienação do indivíduo, desconectado de sua essência como ser social e histórico. A alienação, nesse contexto, ocorre por meio do objetivo de transformação do ser humano em objeto, adaptado às necessidades do capital. A reificação, que desumaniza o indivíduo, faz parte do conteúdo da Psicologia ao reduzir o sujeito a categorias instrumentais, que de modo fetichizado, fragmentam sua subjetividade e ignoram a totalidade de suas relações sociais.
3. *Relação dialética entre forma e conteúdo:* A relação dialética entre esses dois aspectos evidencia como o conteúdo é determinado pelas condições históricas e sociais do capitalismo, enquanto a forma regula e direciona sua aplicação. Essa dialética reflete as contradições da Psicologia, que, ao mesmo tempo em que se preocupa com o desenvolvimento do psiquismo/comportamento do gênero humano, também atua para mascarar a realidade do ser social e acaba por promover a

alienação, de maneira a ajustar o indivíduo à descrição do modo de produção mercantil por meio de uma função social violenta.

Trata-se das interações entre o indivíduo e as condições sociais, marcadas pela alienação e pela reificação. O conteúdo revela o indivíduo como um produto do capitalismo, formado pela lógica mercantil, em que ele é visto como um ser isolado e instrumentalizado, desvinculado de sua essência social.

Assim, a Psicologia, no capitalismo, apresenta-se como uma forma contrarrevolucionária, tanto em sua ciência, quanto em sua prática, que em sua forma, não podem ser separadas caso contrário, não está de modo a realizar Psicologia. Sua estrutura age e contribui para a adaptação dos indivíduos à lógica do sistema, enquanto suas práticas e teorias são utilizadas em sua forma para a complexificação da alienação e da reificação.

Agora, cabe outra questão, o que diferencia a Psicologia de uma outra área científica? Como mencionado, a ciência da Psicologia faz parte de uma sustentação teórica da Psicologia, sem ela não existiria a sua prática, e é exatamente nesse momento que a diferença aparece. Enquanto as áreas da ciência, seja vulgar ou não, aparecem como instrumentos ideológicos, e aqui cabe muita discussão, porém não neste trabalho, a Psicologia também aparece como instrumento ideológico, mas a serviço de sua forma. Outras áreas não necessariamente estão a serviço de suas próprias formas sociais, até porque, elas podem não constituir isso.

Dessa maneira, levanta-se o questionamento de que se a Psicologia também se constitui como instrumento ideológico, então quer dizer que em suas contradições a mesma pode ser utilizada para uma prática a serviço do povo oprimido? A resposta continua a ser não.

No entanto, isso não impede que no interior da ciência da Psicologia existam discussões e realizações de práticas menos agressivas em relação à função social da Psicologia. Durante o texto, menciona-se a própria teoria histórico-cultural, e além delas, em outras diferentes análises ou mesmo abordagens, pode-se estabelecer um trabalho crítico ao sentido da Psicologia. Isso é inegável.

O que realmente se coloca com a condição da forma Psicologia, é entender os limites no interior de sua forma social. Deste modo, compreende-se que, embora surjam as críticas ou práticas menos agressivas em relação a violência burguesa, a prática em Psicologia, de qualquer modo, continua vinculada a sua gênese, natureza e função social burguesa, e isso não se muda de dentro para fora, pois ela se constitui como uma forma capitalista.

Nesse sentido, a proposta de transformar a Psicologia em um instrumento caiu por terra em dois sentidos, a sua condição enquanto instrumento ideológico burguês, e finalmente, a sua forma social burguesa. Querer converter a Psicologia é o mesmo que querer converter o Estado, o Direito, a Igreja, de dentro para fora, como se essas instituições pudessem se tornar instituições revolucionárias.

Acontece que, no interior de cada forma de relações sociais capitalistas, guarda-se sua gênese, sua natureza e expressa-se sua função social, essas são imutáveis em sua lógica. Visto que são elas que são as relações sociais no capitalismo, pois fora dele, elas perdem todo o seu objetivo.

Nessa lógica, não que no interior do Estado não possam surgir críticas à sua estrutura, no entanto, essas críticas, no final, voltam-se sempre para a natureza burguesa e a função social da manutenção da sociedade que explora o ser humano com objetivos vinculados ao lucro. Por isso, por mais que existam posições contrárias ao Estado burguês, em seu interior, o limite dessas posições esbarra no próprio estado burguês.

Ao mesmo tempo que esse movimento mostra a incapacidade de uma alteração revolucionária no interior das formas sociais, como na Psicologia, também reacende a condição de saber que existem, pessoas que constituem a oposição, que apesar de estarem naquele lugar burguês, elas sim, enquanto indivíduos políticos, fora da lógica de transformar uma forma social capitalista, podem exercer papéis extremamente importantes na mudança social.

É nesse sentido que esta pesquisa é realizada. Ela é voltada para esse público, visto que ela traça a crítica para não esconder a realidade da Psicologia. E, a partir daí, para que elas saibam que existem alternativas, mas de jeito nenhum elas se encontram na Psicologia, pois ela se constitui de maneira contrarrevolucionária. Portanto, apesar de belos e animadores, discursos de uma Psicologia revolucionária se esvaziam e se perdem na realidade.

Mas, na sociedade capitalista, de maneira nenhuma o que se pede é que a Psicologia seja jogada fora, nem que os seus profissionais rasguem seu diploma. A Psicologia é necessária para fazer o capitalismo funcionar, no entanto, a existência de seres humanos também, então o mínimo de saúde mental é excepcional para o capital.

Um exemplo bem próximo desse existe no Direito, em específico no Brasil como as Defensorias Públicas. No caso, conforme disposto no Art. 1º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994

Art. 1º A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos Direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos Direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal (Brasil, 1994).

Para tanto, a Defensoria Pública exerce um papel de extrema importância para as pessoas que não possuem condições financeiras para bancar um advogado, ou mesmo enfrentar um processo judicial na qual a mesma não teria nenhuma condição social para se defender. No entanto, como pode ser observado, esse movimento ocorre dentro do próprio Direito, de maneira a utilizar as leis *burguesas*, isto é, defender o oprimido com as próprias leis que o oprimem.

Esse é o limite da Defensoria, é a atuação no próprio capitalismo. Através dela a revolução comunista não possui horizonte para acontecer, mas, a defensoria pode oferecer, no interior da sociedade capitalista, o mínimo de auxílio para pessoas da classe trabalhadora não estarem submetidas às *prisões políticas*, e que possam ter o mínimo de dignidade, através dos Direitos humanos, por exemplo, embora, seja através desses próprios Direitos que exista o Direito de ser explorado no capitalismo.

Na mesma entoação, pode-se pensar o mesmo da Psicologia, pelo menos em pequenos serviços, assim como a Defensoria no Direito, não como salvação, mas como um espaço mínimo que atenda o povo, para que minimamente exista classe trabalhadora, como os atendimentos da Psicologia que acontecem no Sistema Único de Saúde, ou mesmo, na própria Defensoria. Também será um espaço sem o horizonte comunista, sem perspectiva de transformações sociais, e ainda, a Psicologia causará todos aqueles danos de sua forma, mas sua atuação é necessária para a vida no capitalismo.

Isso de maneira alguma impede que alguns agentes da Psicologia, aí sim, bem como diz Yamamoto (1987), possam negar politicamente a Psicologia, e compreender que podem, fora dessa forma social, exercer um papel político voltado para a classe trabalhadora. Como em sindicatos, organizações e comitês de bairros, e o partido comunista. Já no espaço da Psicologia, é interessante que esses mesmos saibam o limite de sua forma, e que nela, a revolução é sua oposição, mas mesmo assim, podem exercer um trabalho menos grave.

Veja outro exemplo, o caso do Capitão Lamarca no exército brasileiro. Lamarca fez parte do exército brasileiro, durante a ditadura militar, no entanto, ele, como alguns outros

poucos militares, não concordavam com a linha do exército, e até se identificavam como comunistas.

Mesmo com algumas tentativas, até o começo de 1969, Lamarca, ainda Capitão do exército, conseguiu minimamente realizar pequenos feitos no exército contra a própria ditadura. No entanto, individualmente, e de dentro para fora, era impossível reverter o quadro do exército brasileiro, que atuava sob as demandas burguesas de um golpe militar contrainsurgente.

Por isso, Lamarca, que desde 1965 já vivia uma vida dupla no exército e na luta revolucionária contra a ditadura, e chegou até a formar uma célula comunista com alguns outros militares, rompeu com o exército oficialmente em 1969. Ele chega a conhecer Marighella, o qual ajuda com a retirada de sua família do Brasil, com seu rompimento, Lamarca realiza uma desapropriação de alguns armamentos do exército para a luta revolucionária.

Depois disso, Lamarca entra na clandestinidade e participa da Vanguarda Popular Revolucionária, e também participa de atos guerrilheiros em outras organizações, em parceria. Por fim, nessa história, Lamarca, com a cara e a coragem, assume um compromisso com o povo oprimido, seu compromisso como sujeito político, dessa maneira ele entra para a história das lutas revolucionárias, como uma grande inspiração.

No caso da Psicologia, existem diversas especificidades que diferem o exemplo contado, como a questão das próprias habilidades práticas de um militar e um psicólogo em um caso de guerrilha, mas o movimento se mantém, o de compreender que mesmo com seus ideais comunistas, Lamarca não conseguiria nada através do exército na Ditadura, visto que essa entidade era o Estado, naquela época. Então, seu movimento foi o de combater o próprio Estado, através de seu posicionamento na luta revolucionária.

O caso de Marighella também pode ser um exemplo, mas, diferente de Lamarca que ainda consegue sair do ninho de seus inimigos, Marighella, que era eleito Deputado Federal constituinte em 1946, teve a proscrição do seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, em 1948, por isso, ele perde seu mandato, e vive na clandestinidade. Marighella poderia ter tentado modificar o Estado internamente, embora, em alguns momentos, essa até tenha chegado a ser a proposta de seu partido, não foi isso que ele fez. Então, ao invés de apenas aceitar as condições da proibição, e partir para outro partido tentar carreira, acaba por continuar na luta, e marcar história, como sujeito político, pela revolução comunista.

Nesses dois exemplos, frisa-se observar que, embora dentro de formas sociais burguesas, embora individualmente, ou então, com poucos companheiros, ambos se opunham

ao capitalismo, porém, dentro do exercício que ambos ocupavam, nada poderiam fazer, a não ser, minimamente, estabelecer algumas críticas ou pequenas ajudas bem pontuais que não mudam a sociedade capitalista. E nessa mesma lógica, encontra-se o que pode ser feito na Psicologia, entender seus limites, para saber até em que momento se pode fazer algo ou não.

No caso, através de conhecer a forma da Psicologia, é importante que, os poucos psicólogos que se consideram a favor da luta pelo fim do capitalismo, entendam seu papel burguês, sua necessidade, tanto a favor, quanto de sobrevivência de si e da classe trabalhadora com a Psicologia. Mas como dar o pontapé inicial se não for pelas críticas internas? É isso, esse é o máximo que pode ser feito na Psicologia para a atuação do profissional, sua negação política enquanto Psicólogo, e a atuação política fora da Psicologia.

Para tanto, da Psicologia não é possível se esperar uma revolução, nem suas características anticapitalistas, embora possam existir profissionais que sejam anticapitalistas, mas que esses saibam que, em seu trabalho na Psicologia, esse vínculo não se desenvolve para uma atuação psicológica anticapitalista. A forma social da Psicologia é capitalista, são relações de alienação, exploração e dominação, através dela não se desenvolve revolução.

Essa configuração são condições históricas e materiais que dizem sobre a Psicologia, e não um reflexo de limitações individuais de profissionais ou teóricos do campo. Por isso, qualquer tentativa de transformação efetiva deve ultrapassar os limites impostos pelo próprio modo de produção capitalista. Para isso, aponta-se para a necessidade de uma superação radical das formas sociais capitalistas que sustentam esse sistema.

Assim como fizeram Martín-Baró e Fanon. O que suas Psicologias poderiam fazer, se estavam fechadas em sua própria forma? Martín-Baró, faria uma educação da libertação, mas isso é Psicologia, isso é possível com as funções da clínica? O tempo provou que não, a natureza e a função da clínica provou que não. Contudo, Martín-Baró se envolveu politicamente, e não foi através de sua Psicologia que ele mudou ou incomodou o capitalismo, mas sim através de sua luta.

O que se observa em Martín-Baró é um tensionamento político importante dentro da Psicologia. Sua prática revela um esforço de deslocamento da função da Psicologia tradicional. Há, sem dúvida, um gesto de enfrentamento às condições materiais da exploração.

Um exemplo é sua crítica ao fatalismo (Martín-Baró, 2017). Ao dar condições para que o psicólogo se comprometa com a superação da consciência fatalista nas populações oprimidas, Baró oferece uma contribuição concreta para a prática clínica. Essa intervenção

pode ter efeitos positivos no campo subjetivo, de modo a ampliar a percepção do sujeito sobre sua realidade.

No entanto, mesmo esse tipo de contribuição, por mais importante que seja no plano imediato, encontra o limite dentro da forma Psicologia. A proposta de uma Psicologia da libertação para a estruturação de uma conscientização no indivíduo se fecha, enquanto psicologia, em sua própria forma de adaptação do indivíduo às condições reais do capitalismo. Afinal, assim se garante o propósito da Psicologia, sua função social, por mais radical que seja sua fundamentação epistemológica seja, sua prática é a da complexificação da reificação do indivíduo. Ao fazer isso, preserva-se o que deveria ser superado, a sua natureza burguesa.

A libertação que se propõe, então, pode se realizar apenas no nome. Ainda opera sob as determinações da forma Psicologia tal como se constitui no capitalismo. A prática que nasce dessa proposta, mesmo que bem-intencionada, ainda se ancora em uma estrutura teórica e institucional que serve à ordem vigente.

Nesse sentido, a verdadeira libertação não está em uma Psicologia para a libertação, mas na libertação da própria Psicologia de si mesma, isto é, a dissolução do capitalismo e por consequência da Psicologia. Isso significa romper com a forma social que a sustenta. Significa negar seu papel na reprodução da alienação e da reificação da subjetividade, ou seja, a negação da própria Psicologia.

A libertação do sujeito da exploração de um ser humano por outro não será mediada pela Psicologia. Essa superação exige a luta coletiva e revolucionária, capaz de transformar radicalmente a base material das relações sociais. E isso inclui, necessariamente, o desaparecimento da própria Psicologia como forma. Por isso, a libertação mais consequente da Psicologia é a antipsicologia.

Fanon, que já é um caso diferente, por não se tratar de um psicólogo, mas que é um conhecedor de psicanálise e fortemente a usou, o que ele poderia fazer em seu espaço da Psicologia? Uma adaptação do oprimido a seus desejos fortemente reprimidos, a seus sonhos que são frustrados a não se tornarem realidade a frustração de não ser ele o opressor? Não, Fanon fez muito mais que isso, mas fora da Psicologia, na luta revolucionária, e sua contribuição no processo de conscientização do povo é em educação, e não em Psicologia, tal como Baró.

Fanon escancara como a opressão colonial forja a subjetividade, imprime o sofrimento no corpo e naturaliza a inferiorização racial como destino psíquico (Fanon, 1968). Na clínica, suas formulações podem ajudar a nomear o sofrimento racializado.

Por conseguinte, suas fundamentações abrem um campo que permite acolher o impacto psíquico da desumanização e tensionar o lugar do psicólogo frente ao racismo. Isso é valioso para qualquer profissional que se posicione de forma antirracista, e pode gerar efeitos importantes no processo psicoterapêutico.

Mas aqui também se impõe um limite. Propor uma clínica antirracista dentro da Psicologia pode fortalecer o sujeito que a aplica, mas não altera a função social da forma Psicologia. A estrutura da Psicologia continua a operar como parte do aparato que reproduz a exploração de um ser humano por outro.

A crítica tensiona, mas não rompe. A Psicologia segue como um campo que, por mais que se enriqueça com aportes críticos, conserva a mesma finalidade, que é adaptar o indivíduo às exigências da sociedade capitalista. O sujeito pode até se tornar mais consciente de sua realidade, mas permanece alienado enquanto ser social, e ainda sofre com a complexificação da reificação ocasionado pela função da Psicologia, que opera para o indivíduo do capitalismo que é funcional à reprodução da ordem.

Desta maneira, a luta por uma nova sociedade exige o definhamento das formas capitalistas. Estado, Direito, Psicologia, todos compartilham a mesma raiz de dominação. Superar essas formas é condição para que uma nova subjetividade possa nascer, não mais fundada na alienação, mas na liberdade real.

Por isso, levanta-se nesta pesquisa diversos questionamentos e espaços, os quais não couberam aqui, ou então não foram abordados com a devida importância que mereciam. Muito, ainda, se tem para estudar e pesquisar sobre a forma Psicologia, especificamente em algumas condições de sua expressão, como no capitalismo dependente, bem como sua contradição, o indivíduo do capitalismo, a teoria histórico-cultural e seu papel na Psicologia, entre outras.

Ademais, concorda-se com Costa e Mendes (2022), ao apontarem que é possível estabelecer um projeto de Psicologia mais vinculado à realidade concreta. Contudo, é importante considerar que esse projeto, ao se aproximar da realidade da Psicologia, inevitavelmente esbarra nos limites impostos pela sua forma.

Sobre o questionamento político, é fundamental refletir: as Psicologias menos alienantes, em seus processos contraditórios, não seriam, no fim, menos Psicologias? Ao tentar superar os elementos alienantes que definem sua forma, ou se abandona a tentativa de não ser uma forma alienante, ou então, se abandona a própria Psicologia.

Dessa maneira, ressalta-se o debate de Costa com Martin-Baró, a respeito da *antipsicologia* como uma autocrítica importante para o profissional da Psicologia encontrar

nela seus limites e a sua necessária superação (Costa, 2022). Por isso, rememora-se que a Psicologia é feita por pessoas, e nessas culminam a fagulha da esperança desta pesquisa, embora, saiba-se que o número de adeptos é bem baixo, e não poderia ser diferente, visto que se trata de uma forma burguesa.

Portanto, a crítica à forma Psicologia, serve muito mais para que o psicólogo comprometido com questões políticas, possa ter esse horizonte de compreensão do limite da Psicologia e por consequência, do capitalismo. Esse movimento reforça a discussão de Boechat (2022), da não preocupação com a criação de uma nova Psicologia, mas sim na construção de uma sociedade que não necessite dela, e de todas as outras formas que constituem o capitalismo.

As tentativas de criar novas abordagens e construir uma Psicologia voltada para o povo representam uma perspectiva reformista, que inevitavelmente acaba por reforçar a sua forma burguesa. Em contraste, a *antipsicologia* surge como uma perspectiva revolucionária, que pode expor os limites e a constituição capitalista da Psicologia, de modo a contribuir para a clareza de um horizonte da abolição da própria Psicologia.

Esse horizonte aponta para uma sociedade sem classes sociais, sem propriedade privada, sem Estado e, acima de tudo, sem a relação opressor-oprimido. Conhecer a forma Psicologia, portanto, pode representar o fim de uma esperança, mas também o início de outra: a esperança na luta do povo pelo povo, em benefício da história da humanidade e do desenvolvimento do gênero humano. *Que se abaxem as bandeiras das múltiplas abordagens e se erga a bandeira única da unidade pelo fim do capitalismo e, conseqüentemente, da Psicologia.*

Portanto, a crítica à Psicologia não é a crítica à subjetividade do gênero humano, e sim à transformação da subjetividade em mercadoria, de maneira fetichista, que resulta no indivíduo do capitalismo. A questão é ver a verdadeira face da Psicologia, para que não somente a negação política dela ocorra, mas que, no momento certo, seu rompimento e sua destruição, também possam ser marcados na história da humanidade.

Mas, ressalta-se que a revolução socialista “compete, sem nenhuma dúvida e antes de mais nada às massas trabalhadoras”²¹ (Marighella, p.31). E para que a mudança ocorra, é *preciso agir*, com a ação revolucionária comunista. Agora, retorna-se a mencionar, a crise não cria nada, quem cria é o trabalhador, por isso, em termos bem simplificados, sob as condições precárias existentes nas crises, a classe trabalhadora pode desenvolver a revolução.

²¹ Marighella se refere às condições de transformação da história, mas todo o seu trabalho foi em propósito da revolução socialista, especificamente em ação e teoria no território brasileiro.

Dito isso, a classe trabalhadora, que só se originou devido às necessidades de exploração da força de trabalho para sustentar o capitalismo, é responsável por ser protagonista na frente da transformação social, pois, como uma classe que detém apenas sua força de trabalho, ela não tem nada a perder com a revolução, exceto suas amarras (Marx & Engels, 2008).

Deste modo, entende-se que a classe trabalhadora não está fundamentada na exploração de nenhuma outra, ela que é explorada para gerar riqueza para a classe burguesa, então, ela se torna a única com capacidade para abolir as estruturas de classes, a propriedade privada, as estruturas sociais burguesas, e toda exploração do ser humano na sociedade. Por essa razão, a classe trabalhadora é o sujeito revolucionário que pode trazer o fim do modo de produção capitalista (Lessa & Tonet, 2012).

Mas, o sujeito revolucionário enfrenta uma condição de estranhamento, através do fato da alienação no capitalismo separar o trabalhador do produto do trabalho e da sua própria essência humana, então, ocorre a perda de conexão com suas aspirações revolucionárias. Isto porque esse movimento dificulta a percepção das condições de exploração e a mobilização para a transformação radical da sociedade.

Contudo, o movimento revolucionário deve ser organizado, e em formação coletiva, para agir nas brechas das crises do capitalismo, os espaços para construir esses movimentos podem ser os sindicatos e partidos comunistas. Justamente por isso, cumpre mencionar que a mudança deve ser social e não apenas política²², no modo de produção (Marx & Engels, 2008).

Por consequência, a tomada de conhecimento pelo trabalhador, de forma compartilhada, das condições adversas do capitalismo que a sua classe enfrenta, torna-se essencial para o combustível da construção de uma solidariedade em torno dos interesses pela mudança social (Marx & Engels, 2008). Desta maneira, cita-se a importância da teoria do socialismo como ciência que pode servir como uma grande ferramenta para auxiliar nesse processo coletivo de revolução (Engels, 2023).

Dessarte, o Socialismo científico contribui para trazer a informação e a explicação da realidade das condições de exploração, e por conseguinte, participa com fundamentação na ação da aplicação dessa compreensão na formulação de estratégias eficazes para o processo revolucionário. Como a *antipsicologia* enquanto crítica à Psicologia, que é possível no desenvolver de um conhecimento científico que auxilia para a análise profunda das formas

²² Que também tem sua importância em determinado momento histórico.

sociais, e assim expõe as contradições do capitalismo e as possibilidades de sua superação através da ação coletiva.

Ademais, como resposta e superação, Marx e Engels participaram e contribuíram para o movimento comunista, de maneira a lutarem para que “no lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (Marx & Engels, 2008, pp. 44-45). E assim, perpassa uma alternativa de próximos passos, para o comunismo.

Por fim, peço licença para modificar as regras gramaticais da escrita, e escrevo em primeira pessoa, por tamanha importância, pois se tomarmos a consciência da formação social da subjetividade, por meio de várias contribuições sérias do marxismo, e mergulharmos na descoberta e no questionamento: que sociedade é essa? Será levantada uma dúvida preciosa para nós da Psicologia: *em que caminho vou seguir?* Eis aqui o fim da crítica e o início do convite para somarem nas fileiras da luta comunista.

“Não tive tempo para ter medo”

Carlos Marighella

Referências bibliográficas

- Albinati, A. S. (2020). *A questão da moralidade na obra de Marx*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr.
- Almeida, M. R. (2018). *A formação social dos transtornos do humor* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). Recuperado de [URL do repositório ou página oficial, caso disponível].
- Andery, MA, Micheletto, N., Sério, TMAP, Rubano, DR, Moroz, M., Pereira, MEM, ... Zanotto, MLB (2000). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica* (9ª ed.). São Paulo: EDUC.
- Antunes, R. (2015). *Adeus ao trabalho?: as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (16ª ed). São Paulo: Cortez Editora,
- American Psychological Association. (nd). O que a Psicologia e os psicólogos oferecem à humanidade? Recuperado de <https://www.apa.org/international/global-insights/humanity-statement-portuguese.pdf>.
- Boechat, F. (2022). A psicologia entre a política social e o poder popular. In: Oliveira, I. F.; Sousa, B. S. (Org.). *Psicologia e Políticas sociais: Conservadorismo em tempos de capital-barbárie*. Florianópolis, SC: Abrapso editora.
- Bonger, WA (1967). *Direito penal* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense.
- Brasil. (1994). *Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994*. Organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e prescrição de normas gerais para sua organização nos Estados. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm.
- Cafiero, C. (1987). *“O Capital” : uma leitura popular*. (5º ed.). São Paulo: Editora Polis.
- Caponi, S. (2012). Classificar e medicar: A gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 9(2), 101-122. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p101>.
- Carbonari, P., & Van Deursen, F. (2024). *Divã em alta: por que tantas pessoas estão virando psicanalistas ou psicólogas?* BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgld2dz2p5o>.
- Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. da UERJ/Edusp.
- Chagas, E. F.. (2013). O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/form/ação*, 36(2), 63–84. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000200005>.
- Codo, W. (1985) *O que é alienação*. (4ª ed.). São Paulo: Editora brasiliense.

- Costa, M. H. M. da. (2018) Exteriorização da vida e a alienação nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Karl Marx. *Sapere aude*, 9(18), 61-78, jul/dez. Belo Horizonte.
- Costa, P. H. A. da ., & Mendes, K. T.. (2022). Psicologia, 60 anos, e a Crítica da Crítica. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 42(spe), e262857.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003262857>.
- Costa, P. H. A. (2022). Se existiu uma antipsiquiatria e uma antipsicanálise, por que não uma antipsicologia? Diálogos com Martín-Baró. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 27(3), 388-391.
- Duarte, N. (2012) A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: Duarte, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. 2 Ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Engels, F. (1882). *Sobre o Cristianismo* . Arquivo marxista da Internet. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1882/05/11.htm>.
- Engels, F. (2020). *O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia* (G. Perdigão, C. Peters, & M. L. P. Neto, Trans.). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, 26(2), 288-298.
- Engels, F. (2023). *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. (3a ed.). (R.G. Korn, Trans.). São Paulo: Edipro.
- Engels, F (2024). *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. (14a ed.). Rio de Janeiro: BestBolso.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. (J. L. Melo, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Farias, T. M., & Alvares, L. O. (2025). Dialética do desenvolvimento da psicologia no Brasil e contribuições da teoria marxista da dependência para sua “descolonização”. In T. M. Farias & P. H. A. da Costa (Orgs.), *De frente para o quarto de despejo: Contribuições do pensamento social brasileiro para uma psicologia brasileira* (1ª ed., vol. 1, pp. 129–162). Marília, SP: Lutas Anticapital.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Figueiredo, L. C., & Santi, P. L. R. (2008). *Psicologia: uma (nova) Introdução* (2a ed.). São Paulo, SP: Educ.
- Fogaça, A. B. (2023). Redes sociais promovem banalização do diagnóstico de transtornos mentais. *Jornal da USP*. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/redes-sociais-promovem-banalizacao-do-diagnostico-de-transtornos-mentais/>.

- Freitas, M.A (2009). Psicologia e Psicologia jurídica forense: Aproximações e distinções. *Revista de Psicoanálise e Estudos Culturais* , (10).
- Harvey D. (1992) A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In Harvey D. (1992). *A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* (J. A. Peschanski, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Hobsbawm, E. (1977). Do feudalismo para o capitalismo. In P. Sweezy et al., *A transição do feudalismo para o capitalismo* (I. Didonnet, Trad., pp. 201-208). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Ianni, O. (1975). Sociologia e história. *Ciência e Cultura* , 27(10).
- Kritikê Podcast. (2024, 13 de junho). Ativismo social - Podcast KRITIKÊ #342 [Podcast]. YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=ICYma1XfNEw & list = PLX1NjL0jwVbul7NiwFPahq3OqnAOgKhTc & index = 57](https://www.youtube.com/watch?v=ICYma1XfNEw&list=PLX1NjL0jwVbul7NiwFPahq3OqnAOgKhTc&index=57).
- Lénine, V. I. (1977). *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* (Edição portuguesa, t. 1, pp. 79-214). Editorial Avante. (Trabalho original publicado em 1902).
- Lénine, V. I. (1986). Marxismo e Reformismo. In: *Obras Escolhidas em seis tomos* (Vol. 2, pp. 115-118). Edições "Avante!". (Original publicado em 1913). Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/09/12.html>.
- Lênin, V. I. (2021). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público/ Vladimir Ilitch Lênin*. (Edições avante., Trans). São Paulo: Boitempo.
- Leontiev, A. N. (2021). Atividade, consciência e personalidade (E. Schneider, Trad.). São Paulo: Expressão Popular. (Original publicado em 1978).
- Lessa, S. & Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Lukács, G. (2003) Consciência de classe. In *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Maia, CYM (2015). *A trajetória da Psicologia jurídica* . IESP. Rhttps ://www.iesp .ed.br /sistema /uplo/arquivos//público/a -traje-d-p-juridica .pdf
- Marighella. C. (2020). *Marighella: estratégia e revolução: escritos de Carlos Marighella e da Ação Libertadora Nacional sobre a luta armada e a guerra revolucionária no Brasil*.(Edição. Editora Adandé). Bahia: Editora Adandé - Casa da Resistência.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 9(3), 325–356. <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>.

- Marini, R. M. (2020). *Subdesenvolvimento e Revolução na América Latina*. Brasil: Editora Terra Sem Amos. (Obra original publicada em 1968).
- Martín-Baró, I. (2017). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. In: Lacerda Júnior, F. (Org.). Petrópolis - RJ: Vozes. (Obras originais publicadas entre 1980 à 1988).
- Marx, K. & Engels, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010a) *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010b). *Sobre a questão judaica* (D. Schneider, Trad.; D. Bensaïd & WC Brant, Trad., Apresentação e posfácio de D. Bensaïd). São Paulo: Boitempo.
- Marx K. (2011) *Formação econômica pré-capitalista*. (7 ed.). (Maia, J., Trad.). São Paulo: Paz e Terra.
- Marx, K. (2017). *O capital - Crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista*. (Engels, F., Edição) (Enderle, R., Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (2019). *A Ideologia Alemã*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marx, K. (2020a) Prefácio à Contribuição à crítica da economia política. In Frigotto, G. & Ciavatta, M. & Caldart, R. S. (orgs). *História, Natureza, Trabalho e Educação: Karl Marx & Friedrich Engels*. São Paulo : Expressão Popular.
- Marx, K. (2020b) Trabalho alienado e propriedade privada: Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. In: Engels, F. & Marx, K. *História, natureza, trabalho e educação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2021). *A Forma Mercadoria: Escritos Sobre a Teoria do Valor* (G. L. Fazzio & C. Klingenberg, Trad.). São Paulo: Lavrapalavra. (Obra original escrita em meados de 1857).
- Marx, K. (2023). *O capital – crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital*. (3ª ed.). (Enderle, R., Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Merani, A. L. (1977). *Psicologia e alienação*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Massimi, M.. (2001). A Psicologia dos Jesuítas: Uma Contribuição à História das Idéias Psicológicas. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 14(3), 625–633.
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300018>.
- Morais, M. dos S. (2024). *O muro (in)transponível para a consciência: Implicações da alienação no desenvolvimento do psiquismo na dialética consciente-inconsciente* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Goiás.
- Netto, J. P. (1981) *Capitalismo e reificação*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo.

- Netto, J. P.; Braz, M. (2012) *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Nogueira, K. W. A. da S. (2024). Entre o passado e o presente: a presença militar no âmbito da gestão de crises sanitárias no Brasil. *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 16(1), 364–387. <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.58914>.
- Oliveira, B. (2005) A dialética do singular-particular-universal. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.). *Método histórico-social na Psicologia* (pp. 25-51). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Organização Mundial da Saúde. (2022). Relatório Mundial de Saúde Mental: Transformando a saúde mental para todos. Genebra: OMS. Recuperado de <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>.
- Pachukanis, E. B. (2017). *Teoria geral do Direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo.
- Palangana, I. C. (2002). *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. (2ª ed.). São Paulo: Summus.
- Pavón-Cuéllar, D. (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Psicología Política*, 17(40), 589-607.
- Rosa, R. (2024). A herança da ditadura: Nas ruas e nas urnas. *Humanista*. Recuperado em 20 de dezembro de 2024, de <https://www.ufrgs.br/humanista/2024/10/30/a-heranca-da-ditadura-nas-ruas-e-nas-urnas/>.
- Ribeiro, A. de F. (2015) Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, pp.65-79, jul./dez. 2015.
- Rosário, M. J. A. do, & Melo, C. N. . de. (2015). A educação jesuítica no Brasil colônia. *Revista HISTEDBR On-Line*, 15(61), 379–389. <https://doi.org/10.20396/rho.v15i61.8640534>.
- Rose, N.. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155–164. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>.
- Santos, L. G. dos. (2015) O inconsciente desde a Psicologia de Vigotski. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- Saviani, D. (1999). *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política* (32ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).
- Sweezy, P., et al. (1977). *A transição do feudalismo para o capitalismo* (I. Didonnet, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Tonet, I. (2013). *Método Científico: Uma Abordagem Ontológica*. (2ª ed.). Maceió: Coletivo Veredas.

- Tonet, I. (2022). A Importância do Método Científico de Marx. *Revista GESTO-Debate*, 6(01-31). <https://doi.org/10.55028/gd.v6i01-24.17190>.
- Valente, R. (2024). 60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1.654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura. *Brasil de Fato*. Recuperado em 20 de dezembro de 2024, de <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/22/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura>.
- Vigotski, L. S. (1930) A transformação socialista do homem. In *Varnitso*, (3) pp.36-44, Trad. Roberto Della Santa Barros.
- Vigotski, L. S. (2000) *O manuscrito de 1929*. Educação e Sociedade. 1(71).
- Vigotski, L. S. (2004) *Teoria e método em Psicologia*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2021) *Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski*. (Prestes, Z. & Tunes, E. Org. e Trad.). São Paulo: Expressão Popular.
- Vigotski, L. S. (2023) *Psicologia, Desenvolvimento Humano e Marxismo*. São Paulo: Hogrefe.
- Viveiros, C. E. P. (2023). Forças de segurança e sindicatos na Ditadura (1964-1985): uma análise das organizações sindicais maranhenses sob a vigilância da DOPS. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 15(2), 371–389. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54796>.
- Wood, E. M. (2001). *A origem do capitalismo* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: Editora Edicon.